

PMPI

PLANO MUNICIPAL
PELA PRIMEIRA
INFÂNCIA



Bataguassu

2025 - 2035



PREFEITURA DE
BATAGUASSU

Humanizando o progresso Adm 2021 - 2024



REALIZAÇÃO

PREFEITURA DE BATAGUASSU

COMISSÃO MUNICIPAL INTERSETORIAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO

MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

Decreto Municipal nº 183/2024

Akira Otsubo

Prefeito Municipal

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Thalita Mayara Machado Da Silva

Nair Martins

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ana Lúcia de Lima Suyama

Jessyca Laryssa Soares Silva

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Ariele Rodrigues Jerônimo

Camila Franco Correia

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Julio Cesar Alves

Daiani Mikeli Vidotto

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Lawrent Freitas de Souza

Kaio Martins Laurentino

REPRESENTANTES DA SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Camila Carla Facholi Bachega Morais

Éder Da Silva Meira

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO URBANO E RURAL

Alessandro Fermino de Souza

Luana de Alencar Gomes

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Amanda Leão Menezes

Giowani Silva e Souza Bonfim

REPRESENTANTES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Leandro Vitolo Menezes

Larissa Mariana de Almeida

REPRESENTANTES DO EXECUTIVO MUNICIPAL

Geise Alves Fernandes

Matheus dos Santos Felipe

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Elizabete Aparecida de Lima

Iracema de Souza Reis

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Júlio Cesar Faustino

Natalia Lima

REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR

Vandinei Aparecido Pereira Viana

Marileide da Silva Santos

REPRESENTANTES DA COORDENADORIA DE CULTURA

Elizete Duarte de Oliveira

Igor José de Moraes Cardoso

REPRESENTANTES DOS FÓRUNS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Maria Aparecida da Costa Mateini

Patricia Piloto Langhi Lopes

REPRESENTANTES DA COMISSÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME)

Luciane Valdelizia Guedes

Eugenio Inácio dos Santos

REPRESENTANTES DOS DIRETORES MUNICIPAIS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Sandra Maria de Freitas Lima

Rosemery de Mello Nunes

REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS E FILANTRÓPICAS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Sandra Cristina Feiten

Tatiana da Costa Pires

REPRESENTANTES DA APAE (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS)

Rosemar dos Reis Rodrigues

Aparecida Evangelista Soares de Carvalho

REPRESENTANTES DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

João Veríssimo de Luna Júnior

Izabella Maria Reis Andrade

REPRESENTANTES DO CMDCA

Ieda Aparecida Alberto Balbino

Lidiane Gonçalves Rando

BATAGUASSU/MS, NOVEMBRO DE 2024.

ORGANIZADORES:

Elizabete Aparecida de Lima

Leandro Vitolo Menezes





//

**TODA CRIANÇA OU ADOLESCENTE TEM
DIREITOS LEGAIS E PROTEÇÃO PLENA. A
GARANTIA ESTÁ NA LEI, MAS A
APLICAÇÃO E A EFETIVIDADE DEPENDE
DE NÓS ADULTOS QUE: CRIAMOS,
PARTICIPAMOS OU EXECUTAMOS AS
POLÍTICAS PÚBLICAS.**

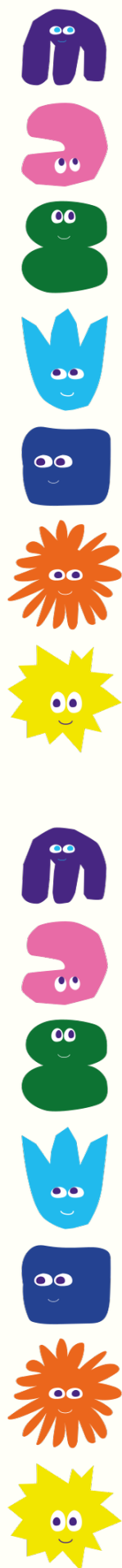
//

Valmário Silva



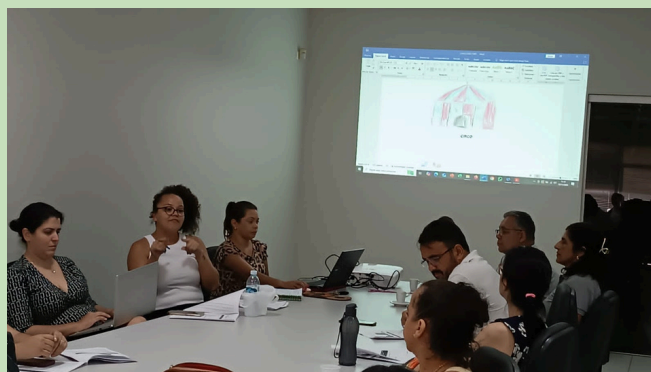
s u m á r i o

	1.APRESENTAÇÃO.....	06
	2.INTRODUÇÃO.....	08
	3.PRINCÍPIOS QUE NORTEARAM A ELABORAÇÃO DO PMPI.....	11
	4.DIAGNÓSTICO TERRITORIAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA.....	14
	4.1.Meio Ambiente Mobilidade.....	15
	4.1.1. História de Bataguassu.....	15
	4.1.2. Desenvolvimento econômico e social.....	17
	4.1.3. Serviços básicos.....	21
	4.1.4. Infraestrutura.....	21
	4.1.5. PMPI, meio ambiente e as ODS.....	25
	4.2. Saúde.....	28
	4.2.1. Contextualização da Saúde no Município de Bataguassu.....	28
	4.2.2. Alguns indicadores da saúde.....	30
	4.3. Educação.....	36
	4.3.1. Espaços lúdicos de aprendizagem na Primeira Infância.....	47
	4.3.2. Diversidade étnico racial.....	50
	4.3.3. Educação integral na Primeira Infância (4 e 5 anos).....	52
	4.3.3.1. Implantação da educação integral no município de Bataguassu.....	53
	4.3.4. Alimentação e nutrição na Primeira Infância.....	55
	4.4. Assistência Social.....	57
	4.4.1. Alguns indicadores da Assistência Social.....	61
	4.4.2. O Conselho Tutelar e o enfrentamento da violência contra a Primeira Infância.....	65
	4.5. Cultura, Esporte e Lazer.....	67
	4.5.1. Esporte.....	67
	4.5.2. Lazer na primeira infância.....	69
	4.5.1 Cultura.....	72
	5. RESULTADOS DAS ESCUTAS DAS CRIANÇAS, DAS FAMÍLIAS E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	74
	5.1. Metodologia e procedimento.....	78
	5.2. População, amostra e participantes.....	79
	5.3. Escuta das crianças.....	80
	5.4. Escuta dos pais.....	84



5.5. Escuta dos profissionais	85
5.6. Conclusões.....	101
6. AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	102
7. AÇÕES FINALÍSTICAS.....	106
1º. Crianças com saúde.....	108
2º. Educação infantil.....	110
3º. As famílias e as comunidades das crianças.....	113
4º. Assistência social às famílias com crianças na primeira infância.....	114
5º. Convivência familiar e comunitária às crianças vítimas de violação de direitos: acolhimento institucional, apadrinhamento afetivo, família acolhedora, adoção.....	115
6º. Do direito de brincar ao brincar de todas as crianças.....	116
7º. A criança e o espaço, a cidade e o meio ambiente.....	118
8º. Crianças e infâncias diversas: políticas e ações para as diferentes infâncias.....	119
9º. Enfrentando as violências contra as crianças.....	122
10º. Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças.....	124
11º. Protegendo as crianças contra a pressão consumista.....	125
12º. Evitando a exposição precoce das crianças aos meios de comunicação e ao uso de telas digitais.....	126
13º. Evitando acidentes na primeira infância.....	127
14º. A criança e a cultura.....	128
15º. O sistema de justiça e a criança.....	130
16º. Objetivos de desenvolvimento sustentável para e com as crianças.....	133
17º. As empresas e a primeira infância.....	134
18º. O direito à beleza.....	135
8. PRIMEIRA INFÂNCIA NOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO.....	136
9. ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E TRANSPARÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO PMPI.....	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	142

Reuniões do Comitê intersetorial PMPI





APRESENTAÇÃO



1. APRESENTAÇÃO

A primeira infância é a fase mais importante da vida do ser humano, corresponde desde a gestação até os 6 anos de idade, constituindo-se em espiral de crescimento, período que ocorre intenso desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social.

O Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) é um importante instrumento de gestão pública, inspirado no Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI) e respaldado pela Lei nº 13.257/2016, também conhecido como o Marco Legal da Primeira Infância. O PMPI tem caráter intersetorial e envolve a colaboração de diversas secretarias municipais, instituições e a comunidade, com o objetivo de formular políticas públicas externas para crianças de 0 a 6 anos.

O processo de elaboração do PMPI é democrático, envolvendo escutas das crianças em diferentes contextos e momentos, permitindo que suas vozes e opiniões sejam incluídas nas decisões que as afetam diretamente. Dessa forma, o Plano regular para crianças como cidadãs, com direitos e voz na sociedade. O documento do PMPI é organizado em torno de metas e estratégias, que estão agrupadas em cinco Eixos Prioritários, quais sejam: **1)** Direito à Saúde; **2)** Direito à Assistência Social; **3)** Direito à Educação; **4)** Direito à Cidade, Mobilidade e Meio Ambiente e **5)** Direito à Cultura, Esporte e Lazer. Cada uma dessas metas é acompanhada de estratégias que se traduzem em ações externas para melhorar a qualidade de vida das crianças, abordando aspectos como saúde, alimentação, educação, proteção contra a violência, entre outros.

No caso do Município de Bataguassu, a elaboração do PMPI contou com a participação de representantes de vários órgãos/entidades, além da escuta das crianças, pais e profissionais da educação, tendo apresentado, após a realização do diagnóstico situacional que abrangeu a coleta, análise e sistematização dos dados, uma série metas e estratégias a serem alcançadas nos eixos prioritários.

No entanto, após a elaboração e aprovação do PMPI, a implementação das políticas públicas no PMPI requer uma efetiva e constante avaliação e monitoramento contínuo, uma vez que somente assim será possível garantir que as metas e estratégias definidas sejam alcançadas, sempre com base em dados coletados sistematicamente, conforme o previsto no art. 11 da Lei nº 13.257/2016.



INTRODUÇÃO



2. INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Primeira Infância do município de Bataguassu foi elaborado com o objetivo de dar atendimento aos direitos de todas as crianças de 0 a 6 anos. Partindo da preocupação de cuidar das nossas crianças, que é a base, o alicerce do nosso futuro, promovendo o desenvolvimento integral abrangendo todas as suas necessidades em todas às áreas como educação, saúde, nutrição, lazer, investindo na primeira infância e garantindo condições dignas de vida e equidade social de forma plena.

A primeira infância é o período de vida da criança que vai desde o nascimento até os seis anos de idade. É uma fase crucial para o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social, e é responsável por construir a base para a saúde, o aprendizado e o bem-estar ao longo da vida.

É nessa fase que o cérebro da criança está em plena construção, ele é formado, e os estímulos adequados devem ser priorizados para o pleno desenvolvimento infantil, e a criança está aberta a explorar o mundo e assimilar rapidamente as experiências que vivencia na escola, na família e na comunidade. São nos primeiros anos de vida que ocorrem o amadurecimento do cérebro e ele se desenvolve em um ritmo sem precedentes: nos primeiros 1.000 dias de vida, quase 1.000 células cerebrais se conectam por segundo e são essas conexões as responsáveis pela saúde mental e física, bem como pela aquisição dos movimentos, o desenvolvimento da capacidade de aprendizado, além da iniciação social e afetiva.

Por esse motivo, nossas crianças precisam crescer em um ambiente estável, saudável, que os permita ter boa saúde e boa nutrição, que os proteja e os ofereça a possibilidade de aprender na idade certa. Durante essa etapa, as experiências e interações que a criança tem são fundamentais para o seu desenvolvimento, influenciando habilidades como linguagem, socialização e raciocínio. A qualidade do ambiente em que a criança vive, incluindo o cuidado parental e a educação, desempenha um papel importante nesse processo.

A preocupação com a primeira infância no município de Bataguassu nos mobiliza a pensar na melhoria da qualidade de vida das crianças de 0 a 6 anos dada a relevância de estratégias que serão tratadas de modo intersetorial e articulado, a fim de se alcançar os esforços e resultados almejados, de modo a garantir maior qualidade no planejamento de políticas públicas para as crianças.

A primeira infância é uma etapa da vida que demanda atenção especial para a garantia do desenvolvimento integral pleno e as políticas públicas são de responsabilidade federal, estadual e municipal. Evidências científicas são comprovadas que quanto mais cedo se investir no desenvolvimento da criança maior será o retorno para ela própria e para a sociedade.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/1990), o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016) foram conquistas importantes para a implementação de políticas públicas para a primeira infância, tais normativas reforçaram a visão da criança como sujeito de direitos, em condições de desenvolvimento e dotado de absoluta prioridade. Nelas além de ressaltar os direitos fundamentais da criança, ressalta também o dever compartilhado do poder público, da sociedade e da família de garantir esses direitos.

O município de Bataguassu diante da preocupação de desempenhar papel fundamental na defesa e promoção dos direitos da primeira infância e no desejo de contribuir para que novas gerações possam ter seus direitos garantidos, com acesso a saúde, assistência social, educação, nutrição, segurança, mobilidade, meio ambiente, esporte, lazer e tudo mais que necessitem para uma existência digna e plena vai focar nas principais necessidades das crianças do nosso município para efetivar as melhorias almejadas.



PRINCÍPIOS DO PMPI



3. PRINCÍPIOS QUE NORTEARAM A ELABORAÇÃO DO PMPI

O Plano Municipal pela Primeira Infância de Bataguassu/MS (PMPI/Bataguassu) é fundamentado em dois princípios essenciais para o atendimento às crianças na primeira infância: a prioridade absoluta da criança e a corresponsabilidade compartilhada entre o Estado, a sociedade e as famílias na promoção e proteção de seus direitos. A prioridade absoluta da criança, estabelecida no art. 227 da Constituição Federal, é reforçada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n.º 8.069/90, que no parágrafo único do art. 4.º define as garantias dessa prioridade, incluindo:

- a)** primazia em receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b)** precedência no atendimento em serviços públicos ou de relevância pública;
- c)** prioridade na formulação e execução de políticas sociais públicas;
- d)** alocação privilegiada de recursos públicos voltados à proteção da infância e juventude.

Além disso, o mesmo artigo da Constituição estabelece a corresponsabilidade entre a sociedade, as famílias e o poder público no desenvolvimento, cuidado e proteção das crianças. Esse princípio fundamenta diversos direitos garantidos por lei, como o dever dos pais em prover alimentos para os filhos e a obrigatoriedade de empresas oferecerem creches aos filhos de seus colaboradores.

A implementação dos eixos estratégicos do PMPI/Bataguassu depende de um esforço conjunto que inclui a participação do Estado, sociedade civil, famílias, organizações do terceiro setor e setor privado. Assim, as metas e estratégias delineadas não se destinam exclusivamente ao poder público, mas englobam todos os responsáveis pela garantia dos direitos das crianças. Para isso, o PMPI/Bataguassu propõe estratégias específicas voltadas para ampliar e fortalecer o envolvimento desses atores na promoção das condições necessárias para o desenvolvimento integral na primeira infância. É por meio dessa articulação de esforços que se poderá transformar a realidade das crianças no município.

O Plano de Metas e Estratégias do PMPI/Bataguassu está alinhado temporal e tematicamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e assumidos pelo Brasil. Esse alinhamento reflete o compromisso de Bataguassu com a sustentabilidade global. As metas e eixos estratégicos do PMPI/Bataguassu têm como horizonte o ano de 2035, seguindo a perspectiva

dos ODS e incorporando, sempre que possível e respeitando as especificidades locais, em relação as seguintes ações finalísticas:

- 1º.** Crianças com saúde;
- 2º.** Educação infantil;
- 3º.** As famílias e as comunidades das crianças;
- 4º.** Assistência social às famílias com crianças na primeira infância;
- 5º.** Convivência familiar e comunitária às crianças vítimas de violação de direitos: acolhimento institucional, apadrinhamento afetivo, família acolhedora, adoção;
- 6º.** Do direito de brincar ao brincar de todas as crianças;
- 7º.** A criança e o espaço, a cidade e o meio ambiente;
- 8º.** Crianças e infâncias diversas: políticas e ações para as diferentes infâncias;
- 9º.** Enfrentando as violências contra as crianças;
- 10º.** Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças;
- 11º.** Protegendo as crianças contra a pressão consumista;
- 12º.** Evitando a exposição precoce das crianças aos meios de comunicação e ao uso de telas digitais;
- 13º.** Evitando acidentes na primeira infância;
- 14º.** A criança e a cultura;
- 15º.** O sistema de justiça e a criança;
- 16º.** Objetivos de desenvolvimento sustentável para e com as crianças;
- 17º.** As empresas e a primeira infância;
- 18º.** O direito à beleza;

Outro ponto central do PMPI/Bataguassu é a priorização de crianças em situação de vulnerabilidade, diretriz fundamentada no Marco Legal da Primeira Infância (Lei n.º 13.257/16, art. 14, §2.º) e na legislação municipal. O objetivo é reduzir desigualdades no município, o que exige estratégias que considerem as diferenças entre os territórios locais, conforme indicam diagnósticos sociais e indicadores disponíveis. Planejar e implementar políticas públicas específicas para os territórios mais vulneráveis é uma resposta viável para priorizar ações onde as famílias enfrentam maiores dificuldades, alinhando-se à universalidade prevista na Constituição sem negligenciar a necessidade de atendimento prioritário às populações mais necessitadas.



DIAGNÓSTICO TERRITORIAL



4. DIAGNÓSTICO TERRITORIAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA

A definição de estratégias para superar os desafios relacionados à primeira infância na cidade de Bataguassu exige a realização de um diagnóstico prévio que identifique e compreenda os reais obstáculos enfrentados pelo município na garantia das condições necessárias ao desenvolvimento integral das crianças. O diagnóstico é essencial para evidenciar quais problemas são mais urgentes, além de apontar quais demandam intervenções prioritárias. Essas informações são cruciais para combater as desigualdades existentes na cidade.

Nesse contexto, apresentamos a seguir dados e informações com base em um conjunto de indicadores sobre a realidade da primeira infância em Bataguassu. Para obter uma melhor organização, optou-se pela divisão por áreas, quais sejam: **(a)** Meio ambiente e mobilidade; **(b)** saúde; **(c)** educação; **(d)** assistência social e **(e)** cultura, esporte e lazer, tendo sido ainda realizado um trabalho de escutas realizadas com as crianças, seus familiares e os profissionais da educação, objeto de capítulo específico.

O levantamento e análise das estatísticas evidenciam lacunas de informação, especialmente nas áreas de proteção social, garantia de direitos e promoção da cidadania. Isso reforça a urgência de ampliar o monitoramento e a coleta de dados em nível local. Além do desafio de melhorar as condições da primeira infância identificadas nas estatísticas, é necessário enfrentar a tarefa da articulação intersetorial.

A organização do poder público, muitas vezes estruturada de forma setorial, impõe barreiras à oferta de um atendimento integral. As crianças na primeira infância e suas famílias precisam se tornar o ponto central no planejamento das políticas públicas.

A coleta e o registro de informações, bem como os protocolos de atendimento, devem ser compartilhados entre todos os envolvidos e organizados com base em uma lógica de atendimento integral e integrado, de modo que PMPI/Bataguassu será uma ferramenta essencial para enfrentar esses desafios, permitindo que a cidade e sua sociedade ofereçam, até 2035, um cenário mais favorável ao desenvolvimento infantil.

4.1. MEIO AMBIENTE E MOBILIDADE

4.1.1. História de Bataguassu

Os primeiros homens civilizados à fixar-se nas terras de Bataguassu, foram Manoel da Costa Lima e sua expedição, partindo de Campo Grande para estabelecer a ligação de Campo Grande e o Estado de São Paulo, conseguindo seu intento em 1.904, onde chegaram à foz do rio Pardo no rio Paraná, onde encontraram um local apropriado para um Porto Fluvial, e por ser aquele o dia 15 de novembro, batizaram-no como Porto XV de Novembro.

As primeiras famílias de colonizadores que aqui se fixaram em 1.906, foram as de Manoel da Costa Lima, sua esposa Dona Maria Luiza Nogueira, seus filhos: José, Luciano, Deocleciana, Laurentino, Ovídia, Theodomira, Eleanora, Izarina, Rogaciana e seu sobrinho Joaquim Cecílio e Lima. Estabeleceram-se primeiramente no lugar denominado Sapé, depois espalhando-se e iniciando-se abertura de novas fazendas, das quais a primeira recebeu o nome de “Fazenda Uerê”.

Em 1.927 a Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso, fundada pelo Coronel Diederichen, comprou de Manoel da Costa Lima, a concessão do Porto XV de Novembro, a lancha Carmelita, balsa que servia para travessia de boiadas e vinte léguas de terras.

Em 1932, Arthur Diederichen vendeu a Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso, incluindo terras, embarcações, pousos de boiadas, armazéns, fazendas e direitos, ao Dr. Jan Antonin Bata, o qual conservou o nome da Companhia.

O Dr. Jan Antonin Bata, nasceu na cidade de Zlim, na antiga Checoslováquia, onde era denominado “O REI DOS CALÇADOS”, naquele país foi um grande industrial. Seu pai era o fundador das Industrias Bata e seu filho Jan foi seu continuador, ampliando suas fábricas em cinco continentes, culto e viajado dominava sete idiomas, perseguido pelos seguidores de Adolf Hitler, exilou-se nos Estados Unidos, de onde veio para o Brasil, onde em 1.941 já havia instalado uma indústria de calçados em Batatuba, no Estado de São Paulo, primeira cidade que fundou no Brasil.

Em 1.942, decidiu criar uma cidade nas terras que adquiriu de Diederichen, no espigão divisor das águas dos Córregos Guassu e Sapé, não muito distante do Rio Pardo, escolheu o local onde seria edificada a cidade de Bataguassu, Além do planejar o loteamento urbano da cidade, fez loteamento rural, construiu as primeiras casas destinadas à seus funcionários, armazém e um pequeno templo católico nele colocando imagens importadas e o primeiro pároco foi o Frei Luiz, montou uma serraria, cuja caldeira fornecia energia elétrica, montou uma cerâmica, leiteria e mais tarde uma granja, sendo portanto, o Dr. Jan Antonin Bata considerado o fundador de Bataguassu.

Em 12 de maio de 1.945, Bataguassu foi escolhido para sede do então Distrito de Ivinhema, fazendo parte do município de Entre Rios, atual rio Brilhante.

Em 11 de Dezembro de 1.953, o então Governador de Mato Grosso – Dr. Fernando Correia da Costa, assinou a Lei nº 683, que elevou a vila à sede do Município, o qual tinha as mesmas divisas do Distrito de Ivinhema, abrangendo as terras que hoje formam os municípios de Bataguassu, Anaurilândia, Nova Andradina, Bataiporã e Taquarussu, a partir desta data foi nomeado Prefeito de Bataguassu, o Sr. Ladislau Deák Filho.

Em 28 de maio de 1.966, foi instalada a Comarca de Bataguassu, com sede nesta cidade, sendo o primeiro Juiz de Direito designado como substituto, foi o Dr. José de Ari-mathéia Paiva, e o primeiro Juiz Vitalício o Dr. Benito Augusto Tiezze, e o primeiro Promotor de Justiça, o Dr. Marcelo de Ataíde.

4.1.2. Desenvolvimento econômico e social

Inserido na Região de Planejamento Leste, que tem Nova Andradina como município polo, Bataguassu está situada no extremo leste do Mato Grosso do Sul, a 322 km da capital Campo Grande, na divisa com o Estado de São Paulo e banhado por uma das principais bacias hidrográficas do Brasil (Bacia Hidrográfica do Paraná).

Representando um importante corredor rodoviário de acesso ao estado, o município ocupa uma área de 2.392,476 km², equivalente a 17,95% do total da região de planejamento no qual se insere e 0,68% do território do Mato Grosso do Sul.



Fonte: Bataguassu em números - Cidade Empreendedora SEBRAE (2019)

Com uma população estimada de 23.031 habitantes (IBGE, 2022), Bataguassu é a 3ª cidade da Região de Planejamento Leste mais populosa, ficando atrás de Nova Andradina (48.563) e Ivinhema (27.821), deixando-a na 27ª posição entre os municípios mais

populosos do Mato Grosso do Sul.

No que se refere ao grau de desenvolvimento socioeconômico, segundo o último IFDM (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal) divulgado em 2016, Bataguassu é que apresenta o melhor IFDM entre os municípios da Região de Planejamento Leste (0,7699), ocupando a 13ª colocação estadual, estando ainda entre os 27 municípios do estado que apresentaram “IDH alto” no último levantamento. (SEBRAE, 2019).

Em relação à economia, no ano de 2020, Bataguassu produziu 919 milhões de reais, sendo a 30ª maior economia do estado, além de um PIB per capita de R\$ 39.408,54, 12ª melhor entre os municípios sul-mato-grossenses.

No que se refere à contribuição dos setores para o PIB local, o setor de comércio e serviços contribuiu com 52,84%, enquanto a indústria, com 37,72%, e a agropecuária, com 9,43% (SEBRAE, 2023).

Apesar de se destacar na prestação de serviços/comércio, ao se analisar os dados globais do PIB Mato Grosso do Sul, mais especificadamente aqueles que demonstram quanto cada município contribui para a formação do PIB com apresentação dos valores adicionados pelos setores de atividades econômicas, é possível observar uma atividade industrial relativamente importante no Município de Bataguassu, sobretudo se comparada com os demais municípios da Região de Planejamento Leste.

Em um primeiro momento, ao se analisar a distribuição regional do PIB, observa-se que as duas maiores regiões econômicas (Campo Grande e Dourados) são responsáveis por 54,19% da riqueza gerada no estado, segundo os resultados de 2020, sendo que a microrregião que abrange o Município de Bataguassu contribui com 3,60% do PIB estadual.

Microrregiões/Anos	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Baixo Pantanal	4,56	4,69	3,99	3,50	3,62	3,48	3,27	2,95
Aquidauana	2,15	2,11	2,34	2,12	2,10	1,95	2,05	2,00
Alto Taquari	4,71	4,51	4,76	4,64	4,38	4,40	4,33	4,45
Campo Grande	32,78	33,08	32,14	30,89	31,15	30,97	31,58	28,37
Cassilândia	4,17	4,26	4,48	4,35	4,30	4,58	4,47	4,66
Paranaíba	5,08	4,87	4,49	4,67	4,41	4,91	4,97	4,56
Três Lagoas	11,78	11,95	12,56	13,23	14,06	13,70	12,59	12,53
Nova Andradina	3,59	3,69	3,32	3,52	3,58	3,41	3,52	3,60
Bodoquena	2,55	2,62	2,61	2,65	2,63	2,60	2,66	2,86
Dourados	21,74	21,64	22,50	23,21	22,61	22,63	23,09	25,82
Iguatemi	6,89	6,59	6,82	7,21	7,15	7,38	7,48	8,21
PIB do Estado	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Semagro (2020)

Apesar da participação discreta da microrregião que abrange o Município de Bataguassu para a formação do PIB do estado, ocupando a 8ª posição entre as 11 microrregiões existentes, os valores adicionados por Bataguassu na formação do PIB do estado no setor

da indústria estão entre os melhores, sendo responsável pela 15ª maior participação:

Posição	Município	Valor (R\$ 1.000,00)
1ª	Três Lagoas	R\$ 6.259.594,88
2ª	Campo Grande	R\$ 4.174.905,18
3ª	Selvíria	R\$ 2.164.529,25
4ª	Dourados	R\$ 1.668.329,95
5ª	Rio Brilhante	R\$ 811.854,55
6ª	Naviraí	R\$ 623.970,86
7ª	Nova Andradina	R\$ 499.481,97
8ª	Ivinhema	R\$ 381.198,23
9ª	Aparecida do Taboado	R\$ 361.098,43
10ª	Corumbá	R\$ 359.626,28
11ª	Nova Alvorada do Sul	R\$ 325.632,26
12ª	Caarapó	R\$ 332.808,07
13ª	Ponta Porã	R\$ 332.133,39
14ª	Angélica	R\$ 325.632,26
15ª	Bataguassu	R\$ 313.898,31
16ª	Costa Rica	R\$ 289.991,72
17ª	Água Clara	R\$ 281.580,97

Fonte: PIB Municipal – Semagro

Os dados relativos às exportações do município de Bataguassu também indicam um traço industrial e exportador no município. Entre 2018 e 2022, Bataguassu se consolidou como o maior exportador entre os municípios da Região de Planejamento Leste:

Município	2018 (x 1000)	2019 (x 1000)	2020(x 1000)	2021(x 1000)	2022 (x 1000)
NOVA ANDRADINA	R\$ 84.518,76	R\$ 74.175,29	R\$ 67.517,80	R\$ 63.293,84	R\$ 71.892,71
BATAGUASSU	R\$ 134.347,28	R\$ 121.765,53	R\$ 110.864,25	R\$ 125.334,86	R\$ 116.023,26
ANGÉLICA	R\$ 1.263,01	R\$ 0,00	R\$ 5.939,90	R\$ 10.649,80	R\$ 66.928,54
IVINHEMA	R\$ 209,74	R\$ 92,96	R\$ 3.361,73	R\$ 24.015,47	R\$ 31.209,57
BATAYPORÃ	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TAQUARUSSU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
NOVO HORIZONTE	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

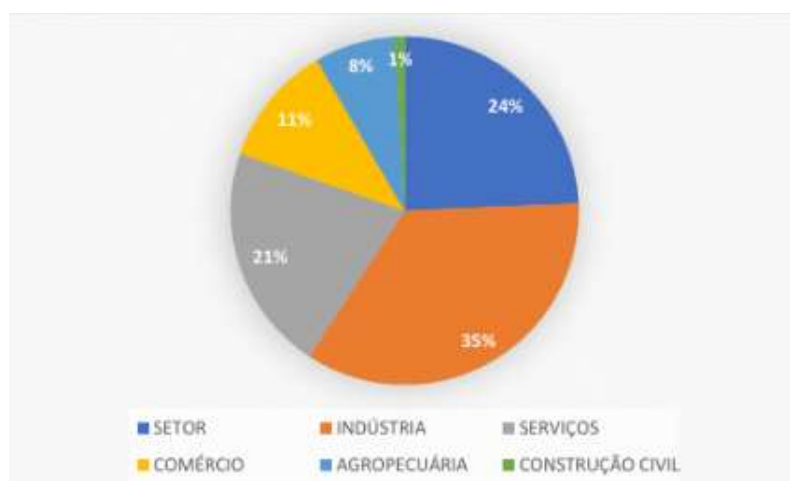
Fonte: Comex Stat, 2023.

Tais números, se considerados todos os municípios sul-mato-grossenses, colocam Bataguassu na 12ª posição na classificação que aponta os municípios do estado que mais exportaram em 2022, sendo responsável por 2,00% de toda a exportação do Mato Grosso

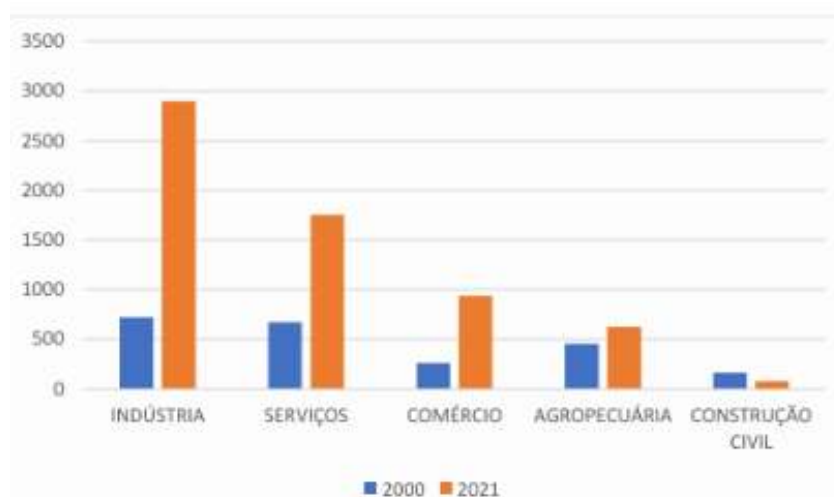
do Sul.

Se considerar o saldo comercial, ou seja, a diferença entre importações e exportações, Bataguassu apresenta um saldo positivo na ordem de R\$ 87 mi, o 11º maior do estado em 2022. As exportações do município são, em sua grande maioria, provenientes da indústria frigorífica com destino para mais de 20 países, enquanto as importações se concentraram em produtos laminados planos de ferro, adquiridos da China, destinando-se às indústrias do setor existentes no município. (Sebrae, 2019).

No quesito emprego, apesar do setor do comércio e serviços ter a maior parcela de contribuição para o valor adicionado do PIB, o setor industrial é o responsável pela maior parte dos empregos formais no município. Nesse sentido, segundo os últimos dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS divulgados em 2022, 46,10% dos empregos formais do município são formalizados junto à indústria, sendo que o estoque atual (jun./2023) de empregos formais é de 6.107, conforme dados divulgados no CAGED.



Fonte: RAIS 2022 (considerando dados de 2021)



Fonte: RAIS 2022

Os dados acima, em especial a participação do município na formação do PIB do setor industrial do estado, os dados relativos às exportações e aos empregos gerados no setor da indústria, evidenciam uma atividade crescente do Município de Bataguassu no setor industrial.

4.1.3. Serviços básicos

Entre os anos de 2000 e 2017, o número de ligações de água em Bataguassu apresentou um aumento de 120%, enquanto na Região de Planejamento Leste e o Mato Grosso do Sul o aumento foi de 67% no período (SEBRAE, 2019), ficando, portanto, bem acima da média regional/estadual. Atualmente, considerando os dados do Censo 2020, a rede geral de distribuição de água alcança 90,71 % de toda a população:

**REDE GERAL DE
DISTRIBUIÇÃO**

20.714

habitantes

90,71%

**POÇO PROFUNDO OU
ARTESIANO**

1.990

habitantes

8,71%

**POÇO RASO, FREÁTICO OU
CACIMBA**

99

habitantes

0,43%

Fonte: IBGE, 2022

Já no que se refere ao serviço de coleta de esgoto, segundo o Atlas do Esgoto, o índice de atendimento do município é de cerca de 42%, com a expectativa de alcançar a marca de 100% em 2035 com um investimento estimado de 25 mi. Atualmente, a extensão da rede de esgoto local é de 15.829 km (SEMAGRO, 2022).

No que diz respeito ao consumo total de energia elétrica, entre 2000 e 2021, o município apresentou um aumento de 187% (SEMAGRO, 2022), enquanto o aumento estadual médio foi cerca de 64%. O aumento bem superior à média estadual foi uma consequência do aumento do consumo no setor industrial (SEBRAE, 2019).

4.1.4. Infraestrutura

Localizado no extremo leste do estado, o município de Bataguassu está em posição estratégico no estado, uma vez que faz divisa com o estado de São Paulo, e está a 140 km

do estado do Paraná. Além disso, Bataguassu fica a 440 km de distância do limite do Brasil com o Paraguai e a 700 km da Bolívia (Semagro, 2019).

Os principais acessos rodoviários se dão pela BR 267 que corta o Sul do estado estabelecendo a ligação entre Porto Murtinho (na região oeste) e Bataguassu (na região leste) e pela MS-395, que liga os municípios de Anaurilândia/MS a Brasilândia/MS.

Já na divisa com o estado de São Paulo, com a Rodovia Raposo Tavares, uma das mais importantes do estado de São Paulo com 654 quilômetros de extensão, articulando-se com o transporte rodoviário e ferroviário paulista (Semagro, 2019).

Banhado pelas águas da Bacia Hidrográfica do Paraná (sub-bacia do Pardo), o Município de Bataguassu/MS conta ainda com o Porto Fluvial localizado às margens do Rio Pardo, há aproximadamente 30 quilômetros do rio Paraná. No entanto, tal porto se encontra inoperante desde 2000, estando atualmente sob os cuidados do governo do estado de Mato Grosso do Sul (Bataguassu, 2023).

Outro modal relevante existente no município de Bataguassu é o acesso à hidrovía do Rio Paraná, com extensão navegável da ordem de 1.020 km, estendendo se desde a Usina Hidrelétrica (UHE) de Itaipu, no município de Foz do Iguaçu (PR), até seus extremos, na barragem da UHE de São Simão situada no rio Paranaíba, município de São Simão (GO), e da UHE de Água Vermelha, situada no rio Grande, município de Iturama (MG).

Nesse sentido, uma das principais transposições na rota de navegação dessa hidrovía está localizada na divisa dos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, entre os municípios de Presidente Epitácio/SP e Bataguassu/MS.

A Hidrovía Tietê-Paraná se apresenta como uma importante alternativa de corredor de exportação – abrangendo os estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais – conectando áreas de produção aos portos marítimos, além de servir os principais centros do Mercosul, sendo atualmente administrado pelo Departamento Hidroviário (DH), da Secretaria dos Transportes do Estado de São Paulo (DHE, 2023).

No estado do Mato Grosso do Sul, a rede ferroviária é composta de 1.618 km de extensão, sendo 1.208 km da Novoeste e 410 km da Ferronorte. O trecho da Novoeste vai de Três Lagoas a Corumbá, passando por Campo Grande e, através do ramal de Indubrasil, segue para Ponta Porã, com 304 km de extensão. Já o trecho da Ferronorte conta com 410 km de linhas entre Aparecida de Taboado (divisa com São Paulo) e Alto Taquari (divisa com Mato Grosso):

A estação ferroviária referente à rede ferroviária sul-mato-grossense mais próxima de Bataguassu é a localizada em Três Lagoas, cerca de 134 km de distância, ferrovia esta

que faz parte do trecho Novoeste, podendo ser acessada pela Rodovia MS-395. Entretanto, o município de Presidente Epitácio/SP, vizinho de Bataguassu e que fica às margens da hidrovia do Rio Paraná, também conta com trecho de linha ferroviária relativa à malha paulista (Semagro, 2019).

O sistema ferroviário paulista, cujo acesso pode se dar tanto pela hidrovia do Rio Paraná quanto pela BR 267 possui aproximadamente 2.000 km, representando um corredor de exportação do agronegócio brasileiro, conectando as regiões produtoras dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul à hidrovia Tietê-Paraná e aos portos de Santos, Rio de Janeiro, Itaguaí e Guaíba (Stefani, 2007).

Em relação ao transporte aéreo, embora não utilizado para transporte de cargas, no município de Bataguassu, há apenas um aeroporto privado dotado de pista asfaltada, com dimensões de 772 m x 18 m e com capacidade para receber pequenos aviões de voos particulares.

Já no município de Presidente Epitácio/SP, o aeroporto estadual também é dotado de pista asfaltada, com dimensões de 1.340 m x 18 m, apto a receber voos particulares. Os aeroportos mais próximos com operação de voos comerciais são os de Presidente Prudente/SP, com voos regulares para São Paulo/SP, Campinas/SP e Porto Seguro/BA, e Três Lagoas/MS, com voos regulares para Campinas/SP, e que possuem capacidade para aeronaves de maior porte.

Além da infraestrutura já consolidada e existente, relevante destacar ainda a existência de um ambicioso projeto de engenharia que engloba alguns países da região (Brasil, Paraguai, Argentina e Chile) e que, dada sua abrangência geográfica, interessa à ZPE de Bataguassu, qual seja o Corredor Rodoviário Bioceânico.

O Corredor Rodoviário Bioceânico é um projeto de integração física institucionalizado na Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA), surgido em 2015 com vistas a viabilizar o desenvolvimento de regiões que não foram adequadamente incluídas nos processos de integração nacional e regional, como é o caso do Chaco paraguaio, do Noroeste argentino, do Norte chileno e do Centro-Oeste brasileiro, englobado o Mato Grosso do Sul (Aladi, 2020). Com o objetivo de criar uma autovia eficiente que conecte por terra os oceanos Atlântico (desde o porto de Santos, no Brasil) e Pacífico (até o porto de Antofagasta e Iquique, no Chile), ligando o Centro-Oeste brasileiro ao Oceano Pacífico, o corredor rodoviário contará com uma extensão de 2.396 quilômetros, passando por Paraguai e Argentina.

O Corredor Rodoviário Bioceânico representará uma alternativa ao Porto de Santos/SP, encurtando a distância e o tempo para as exportações e importações brasileiras entre mercados potenciais na Ásia, Oceania e Costa Oeste dos Estados Unidos, reduzindo em 17 dias o tempo de transporte para transporte para Ásia e Oceânia. Além disso, a expectativa é a promoção da integração física entre países da América do Sul (Brasil, Paraguai, Argentina e Chile), além da promessa de transformar o Mato Grosso do Sul em um hub logístico, um centro de distribuição de mercadorias (Semadesc, 2022).

No estado do Mato Grosso do Sul, a rota tem uma extensão rodoviária de 443 km e incluirá os municípios de Campo Grande, Porto Murtinho, Sidrolândia, Terenos, Dois Irmãos do Buriti, Anastácio, Maracaju, Nioaque, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Bela Vista e Caracol respectivamente, no sentido Leste-Oeste, além de interferir nas atividades de vários outros e, conseqüentemente, de todo o Mato Grosso do Sul (Costa, 2022).

Em estudo preliminar divulgado pela Associação Latino-Americana de Integração – ALADI (2020), foi pontuado que o Corredor Rodoviário Bioceânico poderá gerar uma grande economia na exportação para a Ásia Pacífico nos setores da celulose e frigorífica.

	Transporte via portos do Sul e Sudoeste do Brasil			Transporte via Chile	Redução custo transporte via Chile		
	Ton	US\$/Ton	US\$/Milhões		US\$/Milhões	Em %	Em US\$ Milhões
Celulose	2.762,734	510,00	1.408,99	310,00	856,45	39,2%	552,55
Carnes desossadas de bovino congeladas	41,579	281,85	11,72	253,85	10,55	9,9%	1,16
Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados	61,285	281,85	17,27	253,85	13,56	9,9%	1,72

Fonte: Associação Latino-Americana de Integração – ALADI (2020)

Conforme demonstra a tabela acima, a exportação da celulose poderá ficar até 39,2% mais barata enquanto a exportação da carne bovina poderá ter uma redução de até 9,9%, sendo que tais segmentos estão entre os principais produtos exportados pelo estado do Mato Grosso do Sul (SECEX, 2019).

Apesar de se tratar de um projeto ambicioso e dos encontros dos agentes públicos continuarem sendo realizados, a literatura aponta que fatores como a ascensão econômica

da China na América Latina, a Operação Lava-Jato, a desaceleração econômica e a emergência de governos com agendas econômicas liberais acabaram impactando na integração que se formava em torno da efetivação desse projeto (Virga; Marques, 2020).

O estado do Mato Grosso do Sul, no entanto, desde o início das tratativas vem desempenhando um protagonismo no projeto do Corredor Rodoviário Bioceânico. Por ter uma localização estratégica, pelo fato das exportações sul-mato-grossenses se destinarem como grande intensidade para os mercados asiáticos e por já possuir uma forte agenda marcada pela cooperação transfronteiriça e integração regional sul americana, já que uma parcela considerável do estado fica localizado na faixa de fronteira, é possível notar uma atuação contundente dos atores e instituições sul mato-grossenses pró-corredor.

Nesse sentido, o Mato Grosso do Sul é o único estado brasileiro envolvido diretamente no projeto, sendo que as duas reuniões do Grupo de Trabalho realizadas no Brasil foram sediadas em Campo Grande/MS, com grande participação do governo do estado. Além disso, o protagonismo também é marcado pela forte participação das universidades locais na mesa de discussões realizadas no âmbito do projeto, tendo, inclusive, sido atribuída à Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) a incumbência de redigir o estatuto da rede.

4.1.5. PMPI, meio ambiente e as ODS

O Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) também deve contemplar questões relacionadas ao meio ambiente, considerando a importância de um ambiente saudável e sustentável para o desenvolvimento das crianças. Além de promover os direitos das crianças, o plano pode fomentar a conscientização ambiental desde os primeiros anos de vida e criar condições para que elas cresçam em um ambiente limpo, seguro e sustentável.

O meio ambiente e a primeira infância têm uma ligação essencial, pois as experiências ambientais durante os primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social da criança. Existem várias perspectivas importantes sobre essa relação, como Impacto do meio ambiente no desenvolvimento infantil, Importância de um ambiente saudável para a primeira infância, Educação ambiental na primeira infância, Meio ambiente como espaço de aprendizado, Riscos ambientais na primeira infância.

O PMPI tem uma relação direta com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os que promovem o bem-estar, a educação, a igualdade e a proteção

social. Os ODS, definidos pela Agenda 2030 da ONU, estabelecem metas globais para alcançar o desenvolvimento sustentável, e muitas dessas metas estão alinhadas com as necessidades da primeira infância.

O PMPI se conecta a alguns ODS na seguinte forma:

ODS 1: Erradicação da Pobreza: O PMPI pode incluir ações para combater a pobreza infantil, garantindo suporte financeiro e social às famílias vulneráveis, além de acesso a serviços básicos como saúde, alimentação e educação.

ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável: O plano pode assegurar alimentação adequada às crianças, com programas de nutrição e merenda escolar que atendam às necessidades nutricionais da primeira infância.

ODS 3: Saúde e Bem-Estar: O PMPI pode garantir a oferta de cuidados de saúde de qualidade para gestantes, bebês e crianças pequenas, incluindo imunizações, consultas pediátricas regulares e acompanhamento do desenvolvimento infantil.

ODS 4: Educação de Qualidade: Prevê a oferta de educação infantil inclusiva e equitativa, com a ampliação de creches e pré-escolas públicas, bem como formação de professores para atuar na primeira infância.

ODS 5: Igualdade de Gênero: O plano pode propor medidas para eliminar discriminações de gênero desde cedo, promovendo a equidade de oportunidades para meninos e meninas.

ODS 6: Água Potável e Saneamento: Ações do PMPI podem incluir o acesso a água potável e saneamento básico para as crianças e suas famílias, o que é essencial para prevenir doenças na primeira infância.

ODS 7: Energia Limpa e Acessível: Embora indiretamente, o PMPI pode apoiar iniciativas que levem energia limpa para creches e escolas, contribuindo para um ambiente saudável e sustentável.

ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico: O plano pode abordar a proteção dos direitos trabalhistas de mães e pais, promovendo condições para que possam cuidar adequadamente de seus filhos nos primeiros anos de vida.

ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura: Incentivar a construção e manutenção de creches e escolas bem estruturadas, utilizando práticas sustentáveis e inclusivas.

ODS 10: Redução das Desigualdades: O PMPI pode focar na redução das desigualdades, garantindo que todas as crianças tenham acesso a direitos essenciais, independentemente de raça, condição socioeconômica ou localização.

ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis: Promover ambientes urbanos e rurais seguros para as crianças, com espaços de convivência e lazer adaptados às suas necessidades.

ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis: Educação para pais, cuidadores e crianças sobre práticas de consumo consciente, incluindo alimentação saudável e sustentável.

ODS 13: Ação contra a Mudança Global do Clima: Incluir no PMPI ações de educação ambiental voltadas para a primeira infância, ajudando a formar uma geração mais consciente sobre as mudanças climáticas.

ODS 14: Vida na Água: Embora menos diretamente ligado, o PMPI pode promover atividades de sensibilização para a preservação dos recursos hídricos locais.

ODS 15: Vida Terrestre: Incluir atividades educativas e práticas relacionadas à preservação da biodiversidade e do meio ambiente, fomentando o contato das crianças com a natureza.

ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes: O PMPI pode reforçar a proteção dos direitos das crianças, incluindo combate à violência, abuso e exploração infantil, e fortalecer políticas públicas voltadas à primeira infância.

ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação: O sucesso do PMPI depende de parcerias entre governos, sociedade civil, empresas e organizações internacionais, promovendo a implementação efetiva das ações propostas.

Ao planejar e executar um PMPI eficaz, os municípios contribuem diretamente para o cumprimento de várias metas dos ODS. Essas ações garantem que a primeira infância, considerada uma etapa crítica para o desenvolvimento humano, receba a atenção necessária para um futuro sustentável e inclusivo.

Benefícios do Meio Ambiente para a Primeira Infância:

1º. Saúde e Bem-estar: Um ambiente limpo reduz riscos de doenças.

2º. Desenvolvimento Cognitivo: Atividades ao ar livre em ambientes verdes estimulam a criatividade e a aprendizagem.

3º. Conscientização Sustentável: Ensinar crianças sobre sustentabilidade ajuda a formar cidadãos comprometidos com o meio ambiente.

Para que essas ações sejam implementadas, é importante:

(a) Mobilizar parcerias locais: Envolver secretarias de meio ambiente, ONGs e a comunidade.

(b) Priorizar o orçamento: Direcionar recursos para projetos ambientais voltados à primeira infância.

(c) Monitorar os resultados: Avaliar periodicamente os impactos das ações ambientais na vida das crianças.

Ao incluir a pauta ambiental no PMPI, o município investe não apenas no futuro das crianças, mas também na sustentabilidade de todo o território.

4.2. SAÚDE

O Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI) de Bataguassu para o período de 2025-2035 reflete o compromisso da cidade em promover um desenvolvimento integral para as crianças nos seus primeiros anos de vida, sendo orientado pelos princípios do Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI), o Marco Legal da Primeira Infância e as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), que reconhecem a saúde como um direito social e um pilar essencial para o bem-estar e desenvolvimento das crianças.

Nesse contexto, a saúde infantil é abordada de forma abrangente, considerando não apenas a prevenção e o tratamento de doenças, mas também a criação de ambientes saudáveis que promovam a qualidade de vida. O PMPI busca fortalecer as ações intersetoriais para garantir que cada criança tenha acesso a serviços de saúde adequados, cuidados de qualidade e programas que favoreçam seu desenvolvimento físico, emocional e social.

4.2.1. Contextualização da Saúde no Município de Bataguassu

Situado no estado de Mato Grosso do Sul, o município de Bataguassu possui características econômicas e sociais que impactam diretamente as condições de saúde da sua população. A cidade, com uma economia baseada principalmente na agropecuária e em setores industriais, apresenta uma população diversificada, incluindo um número significativo de famílias em áreas rurais. Essa diversidade de cenários demanda uma estrutura de saúde pública robusta, que consiga atender adequadamente às diferentes necessidades de seus moradores.

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Bataguassu é responsável pela organização e implementação de políticas e programas que visam melhorar a saúde e a qualidade de vida da população, com um olhar específico para os grupos mais vulneráveis, como as crianças na primeira infância. A SMS está estruturada em divisões que abrangem desde a Atenção Básica até os serviços especializados de média e alta complexidade, passando pelas vigilâncias sanitária e epidemiológica, que têm um papel fundamental na promoção da saúde e na prevenção de doenças.

Bataguassu conta com uma rede de Atenção Básica, composta 07 Unidades de Saúde da Família (USFs) distribuídas estrategicamente nas áreas urbanas e rurais. Essas unidades, somadas às equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) e às Equipes de Saúde Bucal (ESB), garantem o acesso a atendimentos de promoção da saúde, prevenção de doenças e assistência integral às famílias.

No Centro de Especialidades Médicas de Bataguassu, os serviços voltados para crianças e adolescentes visam atender de forma abrangente às suas necessidades de saúde. Além dos atendimentos pediátricos regulares, o centro ampliou seu suporte psicossocial, essencial para o acompanhamento de transtornos mentais e problemas psicossociais que afetam tanto os indivíduos quanto suas famílias. Em 2024, o município expandiu significativamente os serviços especializados para atender melhor às necessidades da população infantil e adolescente:

Rastreamento e Diagnóstico de Autismo e Outras Deficiências: Com o intuito de aprimorar a identificação precoce de condições neuro desenvolvimentais, o município implementou o serviço de rastreio e diagnóstico para autismo e demais deficiências. Essa iniciativa permite uma avaliação detalhada e facilita o encaminhamento para os cuidados e terapias necessárias desde os primeiros sinais, o que é essencial para promover o desenvolvimento saudável e o apoio adequado à criança e à sua família.

Ampliação do Atendimento em Neuropediatria: Com o novo credenciamento em 2024, Bataguassu ampliou o acesso ao atendimento em neuropediatria. Esse serviço adicional assegura que crianças e adolescentes com necessidades neurológicas, como transtornos do desenvolvimento e condições crônicas, possam receber cuidados contínuos e especializados. A presença de um neuropediatra na rede de saúde contribui para um atendimento mais completo e abrangente, possibilitando um acompanhamento constante e intervenções eficazes.

Outro destaque é o trabalho desenvolvido pela vigilância em saúde, que monitora e controla doenças endêmicas e transmissíveis, além de coordenar campanhas de vacinação e programas de educação em saúde. A imunização infantil é uma das prioridades da SMS, e o município tem investido continuamente em campanhas de conscientização e programas que incentivam a adesão das famílias, especialmente nas áreas mais afastadas.

Além disso, o PMPI 2025-2035 ressalta a importância da intersetorialidade, considerando que o bem-estar infantil depende não apenas de serviços de saúde de qualidade, mas também de ações integradas nas áreas de educação, assistência social e infraestrutura. A parceria entre setores permite a criação de políticas mais amplas e eficazes, que garantam um ambiente seguro e acolhedor para as crianças, tanto nos espaços públicos quanto nos serviços oferecidos.

4.2.2. Alguns indicadores da saúde

No âmbito do Município de Bataguassu, a cobertura na Atenção Primária à Saúde vem atingindo o percentual de 100% desde 2021, garantindo assim o acesso da população aos serviços de saúde pública mais básicos.

Porcentagem da Atenção Primária à Saúde:

Cobertura da atenção primária à saúde	Município: BATAGUASSU/MS								
	Brasil			MS			Bataguassu		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023	2021	2022	2023
	63,15%	72,09%	76,96%	73,45%	80,39%	85,52%	100%	100%	100%

Fonte: Ministério da Saúde - e-Gestor (2021 - 2023)

No que se refere a cobertura vacinal municipal, o município alcançou um percentual de 81,27% na BCG; 88,96% na Hepatite B; 88,96% na Pentavalente 96,29%; 92,64 % na Tríplice viral primeira dose e 75,25 % na Tríplice viral segunda dose.

Cobertura vacinal infantil:

Cobertura vacinal infantil	Município: Bataguassu				
	2023				
	BCG	Hepatite B	Penta/DTP	Tríplice viral 1ª dose	Tríplice viral 1ª dose
	81,27%	88,96%	88,96%	92,64%	75,25%

Fonte: Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) (2023)

Os números relativos a taxa de natalidade apontam um ligeiro aumento do número de nascidos vivos entre os anos de 2010 a 2022.

Nascidos vivos:

Nascidos vivos	Município: Bataguassu												
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº
	304	362	336	312	350	350	400	372	452	438	461	379	332

Fonte: Ministério da Saúde - DATASUS (2010 - 2022)

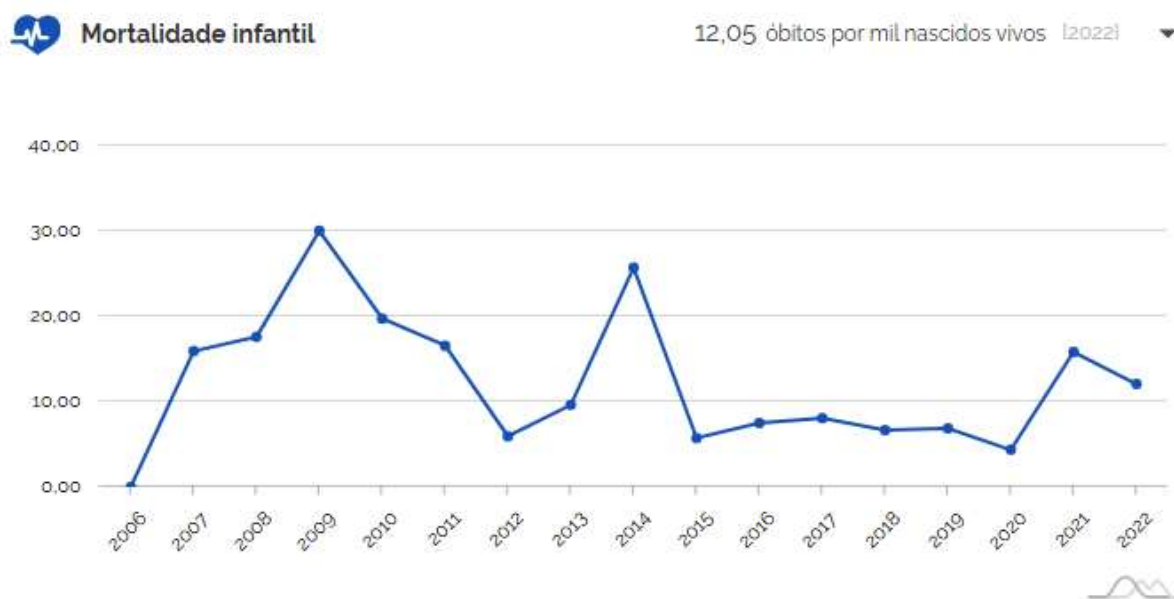
A mortalidade neonatal precoce (0 a 6 dias) e a neonatal tardia (7 a 27 dias) são categorias intimamente associadas às chamadas causas perinatais e anomalias congênitas. Esses fatores estão ligados a problemas na gestação, no parto, condições maternas diversas, além de fatores congênitos ou genéticos. Esse conjunto de causas, denominadas endógenas, contrasta com as causas exógenas, que estão mais relacionadas a condições ambientais, como doenças infecciosas e desnutrição, predominantes na mortalidade infantil tardia (28 dias a menos de 1 ano).

Em Bataguassu, entre 2010 e 2022, as taxas de mortalidade infantil apresentaram variações, com o menor coeficiente registrado em 2020 (4,34%) e o maior em 2010 (19,74%).

De forma geral, a mortalidade infantil, que inclui todos os óbitos ocorridos no primeiro ano de vida, é um indicador fundamental da qualidade de vida e da eficácia dos serviços públicos, como saneamento básico, saúde, educação, e alimentação. No Brasil, as taxas de natalidade e mortalidade infantil têm diminuído progressivamente. Enquanto em 2000 eram registrados 20,3 nascidos vivos por mil habitantes, em 2011 o índice caiu para 15,6.

Em comparação com a média nacional, Bataguassu apresentou resultados que sugerem avanços significativos entre os anos de 2015 a 2020, quando o percentual de mortalidade não ultrapassou 8,06%, mas reforçam a necessidade de investimentos contínuos para melhorar as condições de saúde e bem-estar da população, já que houve um aumento significativo nos últimos 2 anos.

A redução consistente da mortalidade infantil é essencial para avaliar a eficácia de políticas públicas e garantir que crianças tenham um início de vida saudável e seguro.



Fonte: IBGE (2022)

Taxa de Mortalidade infantil para até 1 ano:

Taxa de mortalidade infantil (em %)	Município: Bataguassu												
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	19,7	16,6	5,95	9,62	25,7	5,75	7,5	8,86	6,64	6,85	4,34	15,8	12,1

Fonte: Ministério da Saúde - DATASUS (2010 - 2022)

Taxa de mortalidade infantil por raça/cor:

Mortalidade infantil- por raça/cor	Município: Bataguassu					
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Raça/Cor ignorada
	75%	0,00%	0,00%	25,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Ministério da Saúde - DATASUS (2022)

Porcentagem de mortalidade infantil por causas evitáveis até (1 ano):

Percentual de mortalidade infantil por causas evitáveis	Município: Bataguassu												
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	100 %	100 %	50 %	66,67 %	75,78 %	100 %	0 %	66,67 %	100 %	66,67 %	50 %	83,33 %	100 %

Fonte: Ministério da Saúde - DATASUS (2010 - 2022)

Mortalidade Infantil por causas evitáveis - por raça/cor:

Mortalidade infantil por causas evitáveis - por raça/cor	Município: Bataguassu					
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Raça/Cor ignorada
	75%	0%	0%	25%	0%	0%

Fonte: Ministério da Saúde - DATASUS (2010 - 2022)

Total de óbitos X Óbitos evitáveis (menores de 1 ano):

Mortalidade infantil por causas evitáveis	Município: Bataguassu												
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	6	6	2	3	9	2	3	3	3	3	2	6	4
Mortalidade infantil por causas evitáveis	Município: Bataguassu												
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	4	6	1	2	7	2	0	2	3	2	1	5	4

Fonte: Ministério da Saúde - DATASUS (2010 - 2022)

Em relação ao acompanhamento pré-natal, este tem como principal finalidade garantir o desenvolvimento saudável da gestação, promovendo o nascimento de um bebê em boas condições de saúde e preservando o bem-estar materno. Além disso, o pré-natal aborda aspectos psicossociais e prioriza ações educativas e preventivas (BRASIL, 2013).

Na Atenção Primária, a equipe de saúde se empenha em incentivar a participação das gestantes nas consultas de pré-natal, refletindo diretamente na adesão ao acompanhamento. Em 2022 foi o ano com o menor percentual de partos de mães adolescentes, considerando dados desde 2010, sendo certo que, em 2022, 87,95% das gestantes adolescentes realizaram sete ou mais consultas de pré-natal, um índice significativo que evidencia os resultados positivos das ações voltadas à saúde da mulher.

Percentual de partos de mães adolescentes (até 19 anos):

Percentual de partos de mães adolescentes (até 19 anos)	Município: Bataguassu												
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	19,4 0 %	22,1 %	23,2 1 %	21,1 5 %	22,5 7 %	22,1 3 %	22,5 %	19,6 2 %	20,8 %	18,7 2 %	16,7 %	15,0 4 %	11,4 5 %

Fonte: Ministério da Saúde - DATASUS (2010 - 2022)

Partos de mãe adolescentes por raça/cor:

Partos de mães adolescentes por raça/cor	Município: Bataguassu					
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Raça/Cor ignorada
	42,11%	2,63%	0,00%	55,26%	0,00%	0,00%

Fonte: Ministério da Saúde - DATASUS (2010 - 2022)

Percentual de gestantes com mais de 7 consultas pré-natal:

Percentual de gestantes com 7 ou mais consultas pré-natal	Município: Bataguassu												
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	67,11 %	58,56 %	60,2 %	63,78 %	79,14 %	72,13 %	64,25 %	64,55 %	69,91 %	81,05 %	75,44 %	81,7 9 %	87,95 %

Fonte: Ministério da Saúde - DATASUS (2010 - 2022)

O aleitamento materno é fundamental para a saúde e o desenvolvimento do bebê, sendo considerado o alimento mais completo para os primeiros meses de vida. Rico em

nutrientes essenciais, ele fortalece o sistema imunológico da criança, protegendo-a de infecções e doenças. Além disso, o ato de amamentar cria um vínculo emocional profundo entre mãe e filho, contribuindo para o desenvolvimento afetivo e psicológico do bebê.

Para a mãe, a amamentação também traz benefícios, como a redução do risco de hemorragias pós-parto e a diminuição das chances de desenvolver algumas doenças, como câncer de mama e ovário. Promover e apoiar o aleitamento materno é uma estratégia essencial para a saúde pública, garantindo um início de vida mais saudável e reforçando o cuidado integral com mãe e filho.

No âmbito do Município de Bataguassu, os números relativos ao aleitamento materno de crianças menores de 6 meses está ligeiramente abaixo da média nacional, o que sugere a necessidade de ações nessa área. No entanto, o indicador relativo ao peso baixo em crianças menores de 5 anos de idade está abaixo da média nacional.

Percentual de nascimentos registrados com baixo peso:

Percentual de nascimentos registrados como baixo peso	Município: Bataguassu												
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	7,57 %	7,18 %	5,36 %	7,37 %	8,57 %	6,9 %	5,5 %	8,6 %	5,75 %	6,62 %	6,29 %	7,39 %	7,83 %

Fonte: SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (2023)

Aleitamento materno:

Aleitamento materno em menores de 6 meses de idade	Município: Bataguassu		
	2022		
	Brasil	MS	Município
	55,51%	59,71%	43,69%

Fonte: SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (2023)

Altura das crianças de 0 a 5 anos:

Altura das crianças de 0 a 5 anos	Município: Bataguassu								
	2022								
	Brasil			MS			Município		
	Altura muito baixa	Altura baixa	Altura adequada	Altura muito baixa	Altura baixa	Altura adequada	Altura muito baixa	Altura baixa	Altura adequada
	5,04%	6,75%	88,21%	4,31%	6,71%	88,91%	3,91%	3,91%	92,17%

Fonte: SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (2023)

Peso baixo em crianças de 0 a 5 anos:

Peso baixo em crianças de 0 a 5 anos	Município: Bataguassu		
	2022		
	Brasil	MS	Município
	3,84%	3,11%	2,02%

Fonte: SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (2023)

Peso elevado em crianças de 0 a 5 anos:

Peso elevado em crianças de 0 a 5 anos	Município: Bataguassu		
	2022		
	Brasil	MS	Município
	7,09%	5,87%	8,23%

Fonte: SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (2023)

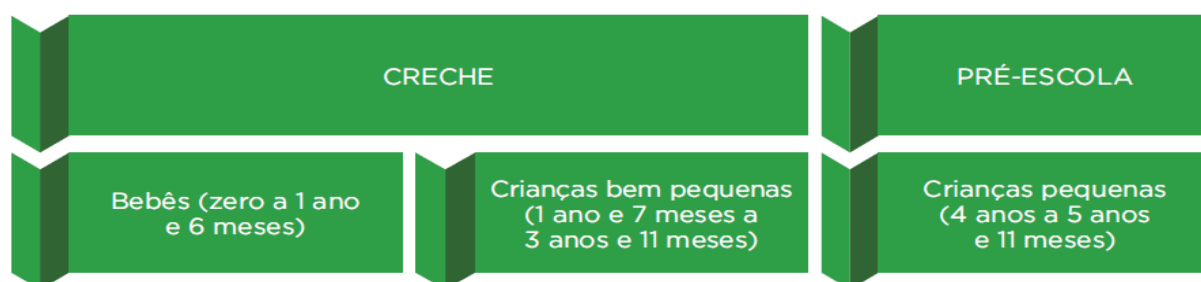
Os indicadores de saúde pública desempenham um papel essencial na definição de políticas voltadas para a primeira infância. Eles fornecem dados concretos que permitem identificar necessidades prioritárias, monitorar avanços e ajustar estratégias para garantir o pleno desenvolvimento infantil.

Com base nesses indicadores, é possível implementar ações eficazes que promovam saúde, nutrição e bem-estar, assegurando um futuro mais promissor para as crianças e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

4.3. EDUCAÇÃO

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica que compreende: Creche e Pré Escola. Cabem à Creche e à Pré-Escola os papéis de cuidar e educar, sempre de modo integrado, indissociáveis. Consolidada como primeira etapa da Educação Básica pela Constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Educação Infantil é dividida em duas partes. São elas a creche (0 a 3 anos) e a Pré-escola (4 e 5 anos).

Com a BNCC (2018) a nomenclatura para creches e Pré escolas passou a ser: Bebês (0 a 1 ano e 6 meses); Crianças bem pequenas (1ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses); e, Pré – Escola (4 anos a 5 anos e 11 meses):



Fonte: BNCC – Base Nacional Comum Curricular

A Educação Infantil tem por objetivo o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. É oferecida em estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial.

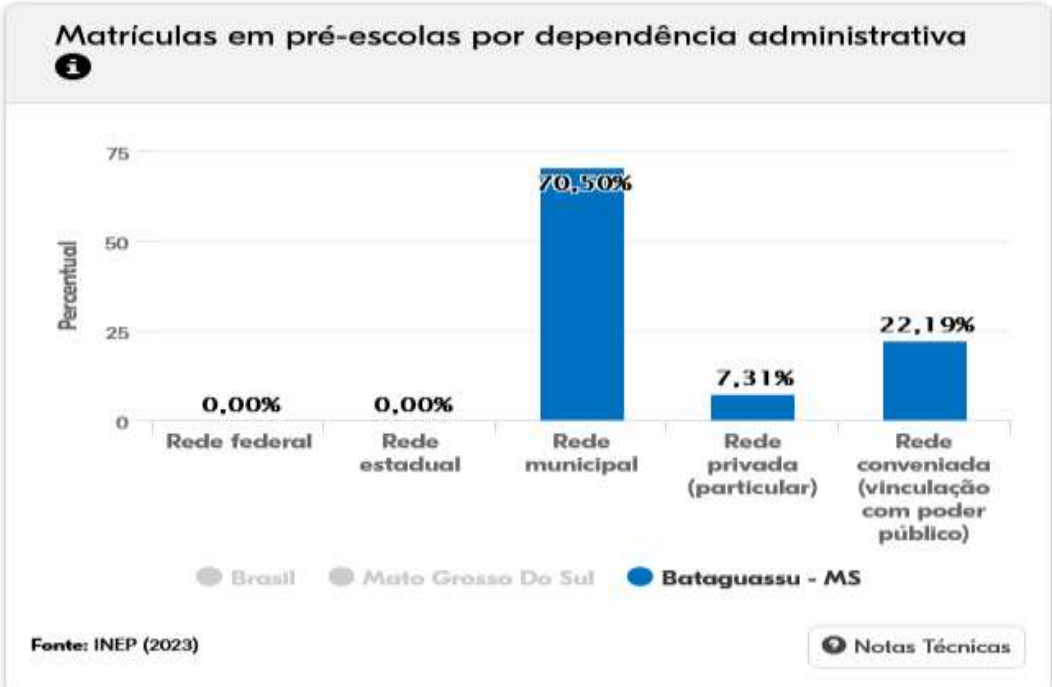
A Pré-escola passou a ser fase obrigatória desde 2016, o que significa que os pais precisam matricular seus filhos aos 4 anos e o poder público deve garantir vagas para todos na etapa dos 4 (quatro) a 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses.

Já a matrícula na creche, embora não seja obrigatória de acordo com a lei, é considerada um direito da criança e um dever do poder público. De acordo com o Plano Nacional da Educação (PNE), a lei que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no país, os municípios precisam oferecer vagas em creches para, no mínimo, 50% das crianças na faixa etária correspondente.

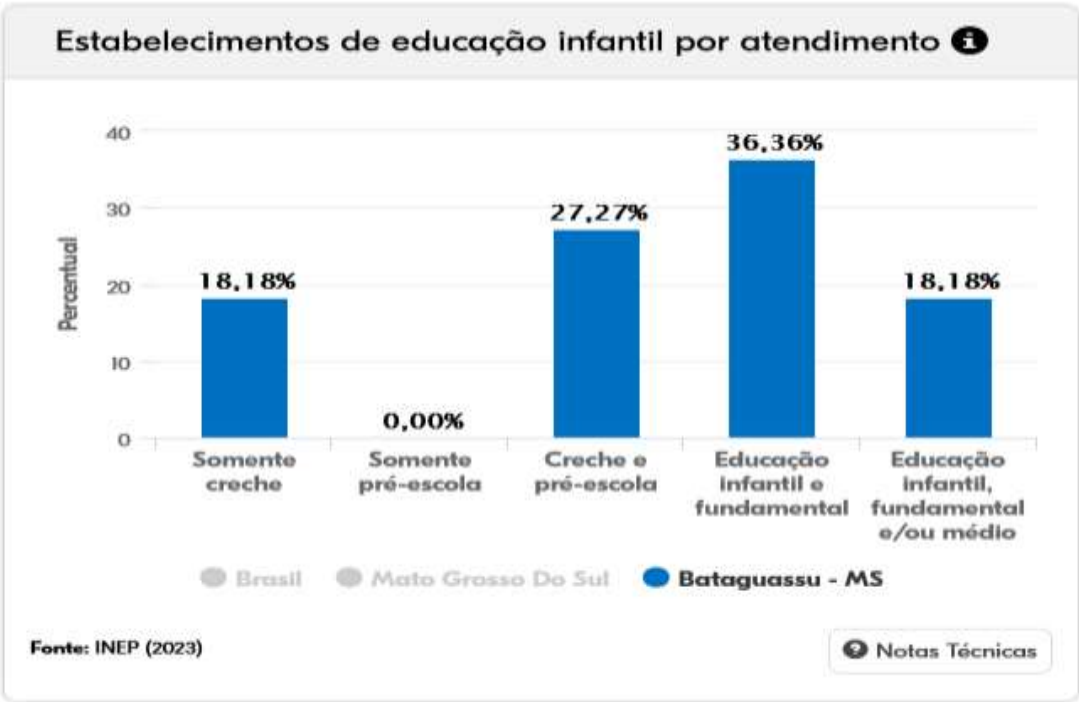
Não é suficiente somente oferecer um número de vagas que dê conta de todas as crianças. Cabe ao município assegurar que todas elas estejam de fato matriculadas e frequentando a pré-escola. Para tanto, é preciso que se faça a busca ativa: uma ação voltada a identificar crianças que não estejam matriculadas na pré-escola ou que sejam infrequentes.

Tanto na creche quanto na pré-escola há diversas razões para uma criança não estar matriculada. Muitas vezes, a causa de fundo é a vulnerabilidade social de sua família. Isso só realça a importância da matrícula, uma vez que as crianças na pré-escola poderão ter acesso, além da educação, às políticas de saúde e assistência social (e, através delas, pode-se atingir as famílias não só com essas políticas, mas também com outras, como programas de trabalho e renda). Neste contexto, a implementação da busca ativa deve ser realizada em parceria com todos os serviços e órgãos que possam apoiar a busca por cri-

anças fora da escola e sua subsequente matrícula em estabelecimentos de ensino da cidade.



Fonte: IBGE / INEP



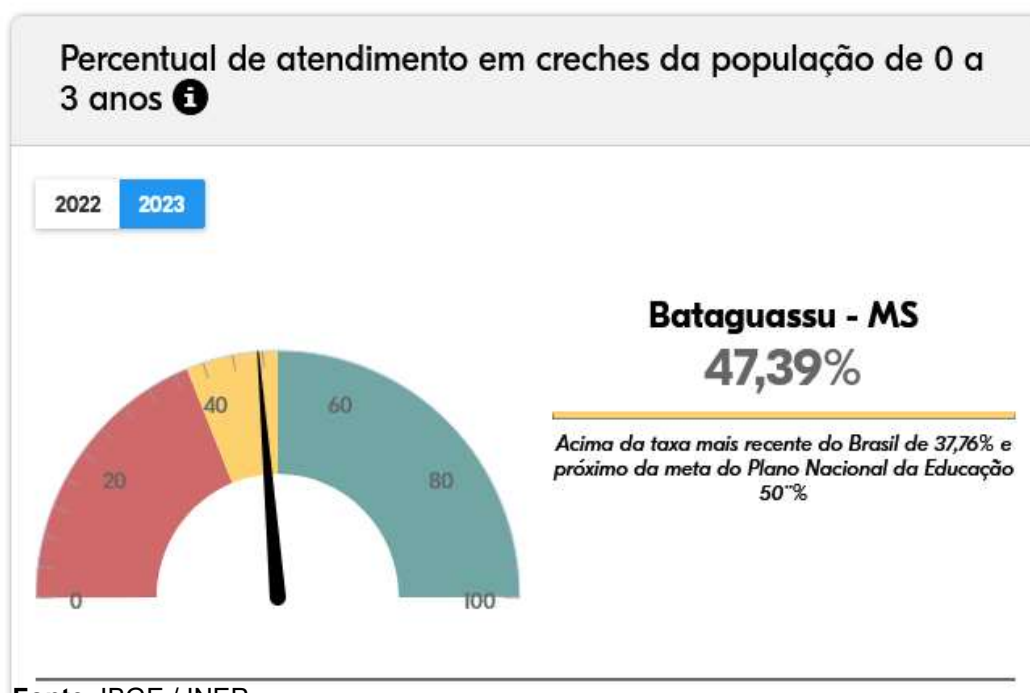
Fonte: IBGE / INEP

No município de Bataguassu temos quatros creches e três escolas públicas e uma creche privada e duas escolas privadas que oferecem Educação Infantil:

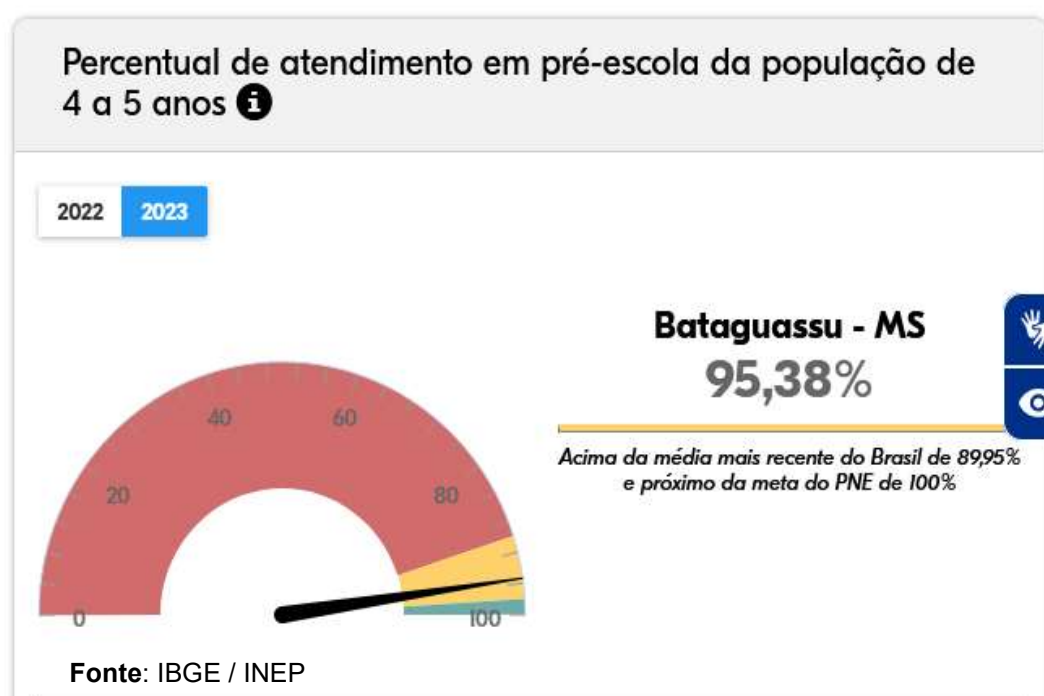
REDE	CRECHE	CRECHE E PRÉ ESCOLA	PRÉ ESCOLA E FUNDAMENTAL	TOTAL
MUNICIPAL	2	2	3	7
PRIVADA	-	1	2	3
ESTADUAL	-	-	-	-
TOTAL GERAL				10

Fonte: Prefeitura Municipal de Bataguassu / Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Em Bataguassu todas as crianças com idade entre 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, inscritas nas unidades escolares tem assegurada matrícula imediata. Apesar da lista de espera por vagas ser pequena, está previsto para a partir de 2025 se iniciar a construção de mais uma creche para o atendimento das crianças de 0 a 3 anos, para suprir essa demanda da rede municipal.



Fonte: IBGE / INEP



A garantia de vaga na creche ou pré-escola não significa ofertar uma educação infantil de qualidade, mas sim permitir que a criança desenvolva seus potenciais na sua integralidade e construa as bases para diversos tipos de aprendizagem ao longo da vida. A criança precisa ser bem estimulada, com estímulos adequados, com qualidade e que promova o seu desenvolvimento.

A elaboração de Políticas públicas de qualidade com foco na educação na primeira infância são capazes de produzir benefícios sociais não somente na educação, mas em diversas áreas, como saúde, nutrição, economia, segurança pública e assistência social. A criança que é bem trabalhada no seu desenvolvimento integral no início da vida tem mais facilidade de se adaptar a diferentes ambientes e adquirir conhecimentos. A promoção desse direito, envolve a escola, mas também outras necessidades básicas, como alimentação saudável, vacinação em dia e saneamento.

O ambiente escolar é uma parte essencial na formação humana. E esse contato deve iniciar já na primeira infância. Nesse período, a Educação Infantil é onde a criança dá seus primeiros passos. Se antes a Educação Infantil tinha como papel apenas ser um lugar onde as crianças passam o dia enquanto as famílias trabalham, agora a situação é diferente. Para além de ser um primeiro contato com o ensino formal, a Educação Infantil é responsável pela formação de aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Na Educação Infantil, frequentar a creche e Pré escola de qualidade favorece o de-

envolvimento infantil integral, aumenta o desempenho das crianças, melhora seu rendimento escolar e suas condições econômicas futuras.

A Educação Infantil é a primeira etapa escolar da criança. É onde ela sai do seu núcleo familiar. Ela sai daquele entorno com o pai, a mãe e os familiares e passa por um convívio dentro da escola.

"Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. Nessa direção, e para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais. Além disso, a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade." (BNCC, 2018, p. 36)

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), em seu artigo 4º, definem a criança como:

"Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura" (BRASIL, 2009).

A partir da concepção da criança, começa o seu desenvolvimento físico, neurológico, sensorial, cognitivo, na linguagem e nas relações sociais.

Etapas do Desenvolvimento Infantil



- 1** Concepção
- 2** Desenvolvimento cognitivo
- 3** Desenvolvimento motor
- 4** Crescimento físico
- 5** Linguagem
- 6** Desenvolvimento neurológico
- 7** Relações sociais
- 8** Desenvolvimento sensorial

Fonte: AUSTER - <https://papauster.com.br/lacos-familiares/>

A fase conhecida como “primeira infância”, período entre o nascimento e os primeiros seis anos de vida, é de vital importância para que a criança agregue as habilidades necessárias para o seu crescimento, e é neste momento que a família deve proteger, supervisionar suas ações e oferecer os estímulos necessários. É com os familiares que ela vai expressar os primeiros sentimentos, formar as primeiras impressões sobre a vida em sociedade para que haja o seu pleno desenvolvimento. A família é a primeira fonte de interação social que a criança tem.



Fonte: INFORMASUS

Na primeira infância, a criança não possui autonomia para realizar as diversas tarefas básicas de autocuidado. E por isso, nessa etapa da Educação Básica, ela depende dos pais, mães, professores (as) e demais responsáveis para auxiliá-la e ensiná-la a realizar estas tarefas.

Dessa forma, o cuidado está entrelaçado com a educação, sobretudo neste primeiro momento do ensino dos (as) pequenos (as), onde esse cuidado é inerente às experiências de ensino. Segundo a BNCC, a criança vai aprendendo conforme observa, vivencia e é estimulada dentro desses cuidados.

Nesse sentido, Cuidar é educar! Cuidar é proporcionar essas vivências, proporcionar brincadeiras. E é na Educação Infantil e na escola que a criança vai ter contato com suas potencialidades. As interações sociais contribuem para impulsionar a atividade cerebral. E também, no contato contínuo com a família. É no dia a dia que vão surgindo as oportunidades da criança se desenvolver, através da interação com o meio ao redor.

Ainda de acordo com as DCNEI, em seu Artigo 9º, os **eixos estruturantes das práticas pedagógicas** dessa etapa da Educação Básica são as **interações** e a **brincadeira**, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização. (BNCC, 2018, p. 36)

Além disso, o brincar vem como uma ferramenta lúdica e de representação, onde a criança experimenta o mundo e sua realidade por meio de jogos e brincadeiras. E deve ser um dos eixos estruturantes das práticas pedagógicas, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI). Dessa forma, a BNCC também coloca o brincar como um dos seis direitos básicos da criança dentro da Educação Infantil, junto com: conviver, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Reforçando, assim, o brincar como direito da criança e dever das famílias e educadores (as).



Fonte: Fluxograma: Direitos de Aprendizagem.
/ <https://mveditora.com.br/2020/07/23/os-campos-de-experiencias-na-educacao-infantil/>

Ainda sobre os aspectos básicos que a criança necessita desenvolver, estão os campos de experiência, onde a criança adquire diversas habilidades tendo como ponto de partida um campo de vivência.

A BNCC elenca 5 (cinco) campos de experiência: 1. O “eu”, o outro “e o nós”; 2. Corpo, gestos e movimentos; 3. Traços, sons, cores e formas; 4. Escuta, fala, pensamento e imaginação; 5. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. E com eles, a criança desenvolve aspectos básicos do desenvolvimento, mas de forma organizada e direcionada. Embora sem uma cobrança de aprendizado formal, e sim com um teor lúdico e

dinâmico.



Fonte: Fluxograma: Campos de experiências Educação Infantil. / <https://mvceditora.com.br/2020/07/23/os-campos-de-experiencias-na-educacao-infantil/>

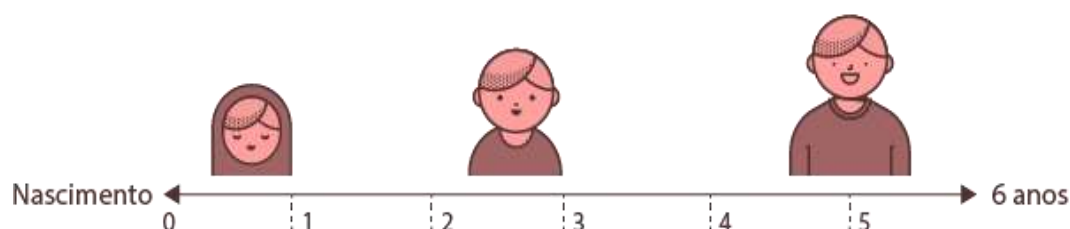
Com todos esses campos de experiência, a criança ganha inúmeros benefícios ao longo da sua jornada na Educação Infantil como:

- 1.Contato com a sociedade e seus pares (colegas da mesma idade);
- 2.Desenvolvimento de habilidades motoras essenciais;
- 3.Acompanhamento pedagógico direcionado e embasado por leis e diretrizes;
- 4.Identificação de dificuldades e atípicas e melhor aprendizado a partir das particularidades de cada criança;
- 5.Preparo para o letramento e a alfabetização.

Na medida em que a criança desenvolve tais habilidades, se abre um caminho para aprimorar o convívio social e a aproximação com as letras. Sendo assim, por meio de atividades que estimulam esse tipo de resposta, é possível fazer com que as crianças se desenvolvam de maneira plena em todos estes aspectos. Cada indivíduo tem seu tempo de desenvolvimento, em especial as crianças atípicas. Desse modo, para além de estabelecer metas, o principal desafio é estimular as potencialidades de cada criança, conhecer cada um e estimular para que ele(a), cada vez mais, avance, e vá realmente se desenvolvendo

plenamente.

Primeira infância



Fonte: <https://www.primeirainfanciaempauta.org.br/bem-vindo-ao-inicio-da-vida.html>

Estudos apontam que o investimento em programas de qualidade nesta fase da vida tem um retorno elevado para a sociedade. Essa questão está associada a plasticidade do cérebro, em que os primeiros anos representam a fase em que o cérebro absorve maiores informações e, consequentemente, maior aproveitamento na aprendizagem. Ou seja, o estímulo e a falta dele impactam diretamente na estrutura do cérebro a longo prazo. Para certas funções, a plasticidade é máxima nos primeiros anos de vida onde existem os períodos sensíveis, que são os momentos de maior capacidade de modificação e maleabilidade dos circuitos cerebrais de acordo com uma determinada atividade.

Nos primeiros anos tem-se um número muito elevado de novas sinapses sendo feitas no nosso cérebro e isso permite que seja formada uma estrutura do cérebro que vai influenciar inclusive no futuro da criança. Experiências socioafetivas, influenciam diretamente nos circuitos fundamentais que surgem nos primeiros meses e anos de vida. Competências mais complexas, que serão desenvolvidas ao longo dos anos, dependem desses circuitos neurais e vão influenciar em funções perceptuais, cognitivas, emocionais, etc.

Experiências positivas na primeira infância contribuem para o desenvolvimento saudável do cérebro, permitindo que a arquitetura cerebral seja sólida e tenha uma estrutura mais apta a superar dificuldades do que a de uma pessoa cuja primeira infância tenha sido marcada por experiências ruins.

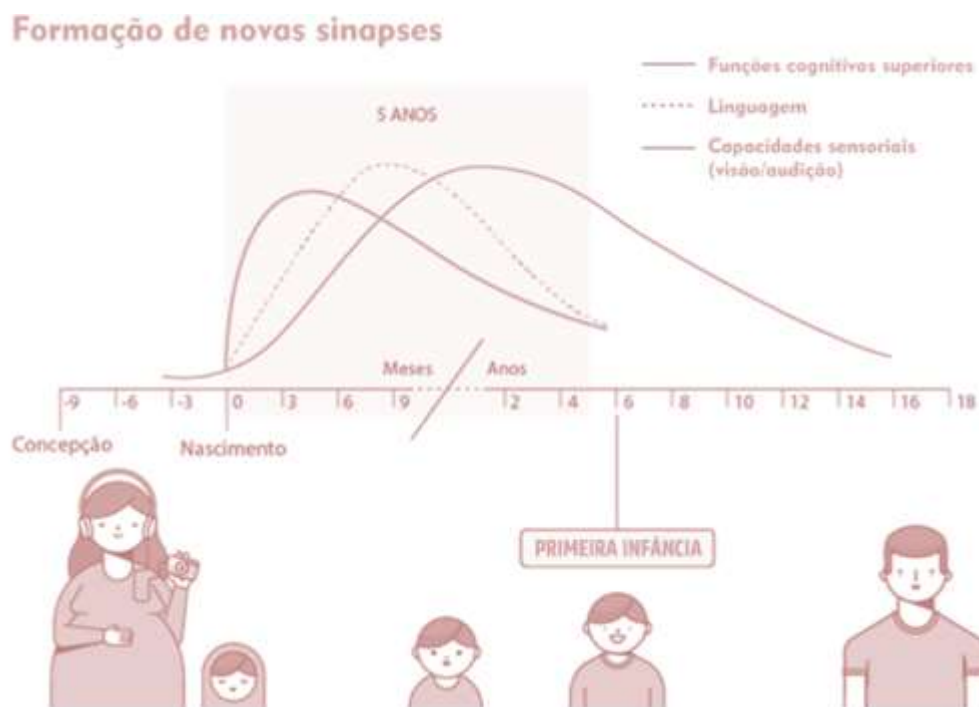


Figura: Formação de novas sinapses (Núcleo Ciência pela Infância, 2014)

A promoção do desenvolvimento integral saudável, com nutrição e cuidados de saúde adequados, ambiente familiar afetivo, seguro e estimulante, relações estáveis e incentivadoras, além da oferta da educação de qualidade, fornecem o alicerce para que cada criança viva bem no presente e alcance seu potencial pleno no futuro.

4.3.1. Espaços Lúdicos de aprendizagem na Primeira Infância

Os espaços lúdicos de aprendizagem na primeira infância são fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças. Nessa fase, que abrange os primeiros seis anos de vida, as experiências de aprendizado devem ser ricas, diversificadas e, acima de tudo, prazerosas. O brincar é a principal forma de expressão e aprendizado das crianças, e os ambientes que favorecem essa atividade são essenciais.

A importância da criação de um espaço lúdico de aprendizagem em um município é de extrema importância, especialmente para o desenvolvimento das crianças na primeira infância. Esses espaços não apenas promovem o aprendizado, mas também têm um impacto significativo na comunidade como um todo. Espaços lúdicos na comunidade acessíveis a todos com ambientes ao ar livre que oferecem atividades físicas e interação com a natureza; ambientes equipados com materiais diversos, com brinquedos que atende a todas as necessidades, contendo atividades lúdicas diferenciadas, espaço amplo com jogos

educativos e livros, que incentivam a exploração e a criatividade. Sendo espaços acolhedores onde as crianças podem brincar, ler, ouvir histórias, promovendo o gosto pela literatura desde cedo.

Abaixo, destacamos algumas das principais razões para a sua importância:

1. Desenvolvimento Integral das Crianças: os espaços lúdicos são projetados para atender às necessidades de desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo das crianças. Brincar é a principal forma de aprendizado nessa fase, e esses ambientes oferecem oportunidades para que as crianças explorem, experimentem e se relacionem com o mundo ao seu redor.

2. Promoção da Inclusão Social: espaços lúdicos acessíveis garantem que todas as crianças, independentemente de suas condições socioeconômicas ou habilidades, tenham a oportunidade de brincar e aprender juntas. Isso promove a inclusão social e a diversidade, ajudando a construir uma comunidade mais coesa.

3. Fortalecimento dos Laços Comunitários: ambientes de aprendizagem lúdica servem como pontos de encontro para famílias e crianças, fortalecendo os laços comunitários. Atividades em grupo, eventos e oficinas podem ser organizados nesses espaços, promovendo a interação entre os moradores e o fortalecimento da rede de apoio social.

4. Estimulo à Criatividade e Inovação: espaços lúdicos incentivam a criatividade e a imaginação, fundamentais para o desenvolvimento de habilidades inovadoras. Crianças que têm a oportunidade de brincar livremente tendem a se tornar adultos mais criativos e capazes de resolver problemas de maneira eficaz.

5. Educação de Qualidade: a criação desses espaços contribui para uma educação de qualidade, alinhada às diretrizes pedagógicas que valorizam o brincar como forma de aprendizado. Isso pode impactar positivamente o desempenho escolar das crianças, preparando-as melhor para os desafios futuros.

6. Saúde e Bem-Estar: ambientes lúdicos promovem a atividade física e o bem-estar emocional. Brincar ao ar livre e participar de atividades físicas são fundamentais para a saúde

das crianças, ajudando a combater problemas como a obesidade infantil e promovendo um estilo de vida ativo.

7. Valorização da Ludicidade na Educação: a criação de espaços lúdicos ajuda a consolidar a importância do brincar na educação. Isso pode influenciar educadores, gestores e famílias a adotarem práticas pedagógicas que priorizem o lúdico, transformando a forma como a educação é percebida e vivenciada na comunidade.

Esses espaços lúdicos apresentam as seguintes características:

1. Ambiente Estimulante: Os espaços devem ser visualmente atraentes, com cores vibrantes e elementos que despertem a curiosidade. Materiais variados, como blocos, brinquedos, livros e jogos, são fundamentais para incentivar a exploração.

2. Segurança: É crucial que esses ambientes sejam seguros, permitindo que as crianças brinquem livremente sem riscos de acidentes. O mobiliário deve ser adaptado à altura e às necessidades da faixa etária.

3. Flexibilidade: Os espaços devem ser configuráveis, permitindo que as crianças mudem a disposição dos materiais e criem diferentes cenários de brincadeira. Isso estimula a autonomia e a criatividade.

4. Interação Social: Ambientes que promovem a interação entre as crianças são essenciais. Atividades em grupo ajudam no desenvolvimento de habilidades sociais, como a empatia, a cooperação e a comunicação.

Benefícios dos Espaços Lúdicos na Primeira Infância:

➤ **Desenvolvimento Cognitivo:** O brincar estimula a curiosidade e a imaginação, favorecendo o desenvolvimento do raciocínio lógico e da resolução de problemas.

➤ **Habilidades Motoras:** Atividades lúdicas, como correr, pular e manipular objetos, ajudam a desenvolver a coordenação motora grossa e fina.

- **Emoções e Socialização:** O brincar em grupo ensina as crianças a lidar com emoções, a compartilhar e a respeitar as regras, promovendo a socialização.
- **Aprendizado Significativo:** Por meio do jogo, as crianças conseguem relacionar o conhecimento adquirido com suas experiências diárias, tornando o aprendizado mais significativo e duradouro.

Os espaços lúdicos de aprendizagem na primeira infância são essenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Eles proporcionam um ambiente seguro e estimulante, onde o brincar se torna a principal ferramenta de aprendizado. Ao valorizar a ludicidade, estamos contribuindo para formar indivíduos mais criativos, sociais e preparados para os desafios futuros. Portanto, investir na criação e na manutenção desses espaços é fundamental para garantir uma educação de qualidade e um desenvolvimento saudável na primeira infância.

A criação de um espaço lúdico de aprendizagem em um município é uma iniciativa que traz benefícios significativos para as crianças e para a comunidade como um todo. Ao investir em ambientes que promovem o brincar e a interação social, estamos contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças, fortalecendo os laços comunitários e promovendo uma educação de qualidade. Esses espaços são, portanto, fundamentais para o futuro das crianças e para a construção de uma sociedade mais justa e criativa.

4.3.2. Diversidade étnico racial

A diversidade étnico-racial é um dos pilares que sustentam a riqueza cultural de uma sociedade. Ela se refere à variedade de grupos étnicos e raciais que coexistem em um determinado espaço, cada um trazendo consigo suas tradições, crenças, línguas e modos de vida. No Brasil, essa diversidade é particularmente marcante, resultado de uma história complexa que envolve a presença de povos indígenas, africanos, europeus e asiáticos.

1. A Riqueza da Diversidade: A diversidade étnico-racial enriquece a cultura nacional e promove um ambiente de aprendizado e troca. Cada grupo contribui com suas singularidades, seja na música, na arte, na culinária ou nas práticas religiosas. Essa convivência resulta em uma sociedade mais dinâmica e criativa, onde diferentes perspectivas se encontram e se complementam.

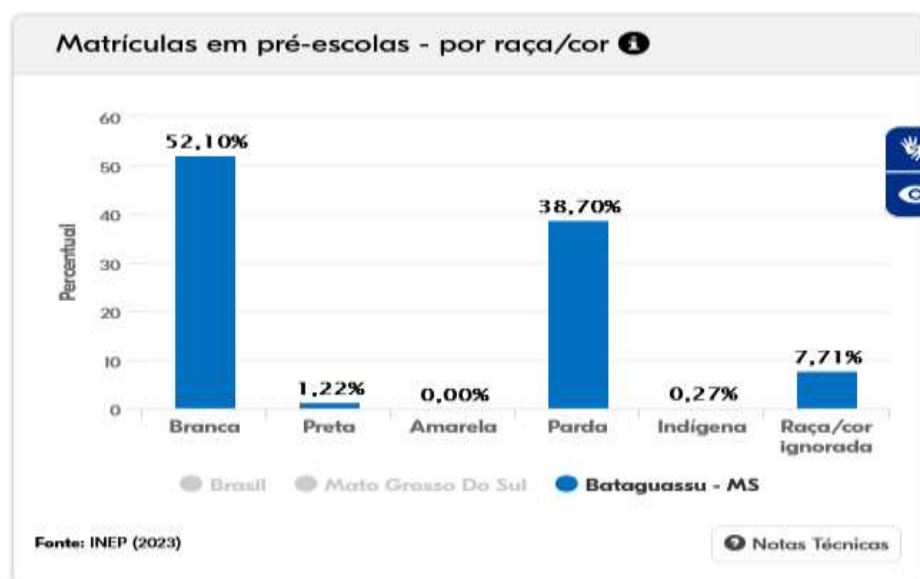
2. Desafios Enfrentados: Apesar de sua importância, a diversidade étnico-racial enfrenta desafios significativos. O racismo, a discriminação e a marginalização de grupos minoritários ainda são realidades presentes no cotidiano. Muitas vezes, as vozes de comunidades indígenas, afrodescendentes e de outros grupos são silenciadas, o que perpetua desigualdades sociais e econômicas.

3. Educação e Consciência Social: Promover a diversidade étnico-racial é fundamental, e a educação desempenha um papel crucial nesse processo. É essencial que as escolas abordem a história e a cultura de diferentes grupos, contribuindo para a formação de uma sociedade mais igualitária e respeitosa. A conscientização sobre a importância da diversidade deve ser uma prioridade, estimulando o respeito e a empatia desde a infância.

4. A Importância da Inclusão: A inclusão de diferentes grupos étnicos e raciais em todas as esferas da sociedade é vital. Isso inclui a representação na política, na mídia, nas artes e em espaços de decisão. A valorização das culturas minoritárias não apenas enriquece a sociedade, mas também fortalece a democracia e a justiça social.

5. Celebrando a Diversidade: Celebrar a diversidade étnico-racial é fundamental para promover a harmonia e o respeito entre os diferentes grupos. Eventos culturais, festivais e iniciativas comunitárias são formas eficazes de valorizar as tradições e promover o intercâmbio cultural. Essas celebrações ajudam a construir uma identidade coletiva, onde todos se sentem pertencentes.

A diversidade étnico-racial é uma riqueza que deve ser reconhecida e valorizada. Ao abraçar nossas diferenças e promover a inclusão, estamos construindo uma sociedade mais justa e igualitária. É fundamental que todos nós, como cidadãos, nos empenhemos na luta contra a discriminação e na valorização das culturas que compõem nosso tecido social. Somente assim poderemos construir um futuro onde todos tenham a oportunidade de brilhar e contribuir para o bem comum.



Fonte: IBGE / INEP

4.3.4. Educação Integral na Primeira Infância (4 e 5 anos)

A oferta da escola em tempo integral surgiu na década de 50, idealizada por Anísio Teixeira com o objetivo de oportunizar as crianças e adolescentes experiências de vida diversificadas por meio de atividades diferenciadas, com ampliação da permanência nas instituições de ensino.

O direito a uma educação de qualidade, equidade e em sua integralidade já está garantido em documentos como a CF de 1988, na LDB de 1996, no PNE de 2014, no PME de 2015 e também defendida por pesquisadores da educação. A meta 6 do PNE e PME corresponde a Educação em Tempo Integral: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica, até o final da vigência desse PNE/PME.

O Programa Escola em Tempo Integral é uma estratégia do Governo Federal com fomento financeiro e apoio técnico para viabilizar o alcance da meta 06 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014), política de Estado construída pela sociedade e aprovada pelo Parlamento brasileiro. Sua finalidade é estimular a criação de matrículas na educação básica em tempo integral, considerando os estudantes em maior situação de vulnerabilidade social, na perspectiva da educação integral e alinhada à BNCC. A ampliação do tempo integral, igual ou superior a sete horas diárias ou 35 horas semanais, tem como propósito a perspectiva do desenvolvimento e formação integral de bebês, crianças

e adolescentes a partir de um currículo intencional que amplia e articula diferentes experiências educativas, sociais, culturais e esportivas em espaços dentro e fora da escola, com a participação da comunidade escolar.

4.3.4.1. Implantação da educação em tempo integral no município de Bataguassu

No município de Bataguassu – MS no ano de 2024 foi implantado em dois centros de educação infantil, educação em tempo integral para crianças de 04 e 05 anos, atendendo aproximadamente 80 crianças. Sendo assim foi instituída no município a Política Municipal de Educação em Tempo Integral por meio da Lei nº 3.068/2024 de 17 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial nº 3575 de 24 de abril de 2024.

Para atender essa nova demanda foi preciso fazer adaptações na Matriz Curricular alinhada à BNCC e Referencial Curricular de Mato Grosso do Sul, priorizando os Campos de Experiências e ampliando o horário de atendimento das crianças de tempo integral e a carga horária dos docentes. Os docentes regentes das turmas ficaram responsáveis por trabalhar com a parte comum dos Campos de Experiência e os demais professores ficaram responsáveis pela parte diversificada, trabalhando com as disciplinas de: Música, Arte, Tecnologia e Educação Física alinhados à BNCC.

No período matutino a aula inicia às 08h00min e encerra às 11h20min, no vespertino inicia às 13h00min e encerra às 16h20min, em ambos os períodos as crianças permanecem com os docentes e no intervalo entre o matutino e vespertino ficam sob os cuidados dos ADIs – Auxiliar de Desenvolvimento Infantil.

Com esse atendimento percebeu-se algumas fragilidades e dificuldades no município, tais como:

- Falta de espaço para ofertar educação em tempo integral;
- Necessidade de profissionais qualificados para ministrar os conteúdos das atividades complementares;
- Dificuldades burocráticas para utilização do recurso financeiro;
- Meios a serem utilizados para levantamento das crianças mais vulneráveis para serem atendidas em tempo integral.

Diante deste cenário e das dificuldades apresentadas, identificam-se possíveis ações a serem desenvolvidas:

- Construção de creches e escolas nos bairros com crianças em situação de vulnerabilidade;
- Ofertar capacitação aos profissionais da escola em tempo integral;
- Incluir no orçamento da educação o atendimento em tempo integral;
- Assegurar que todas as crianças com violação de direitos tenham acesso à escola em tempo integral com qualidade e equidade.

Em relação a escola em tempo integral, apresenta-se as seguintes metas para 2025 – 2035:

- Ampliar o atendimento de tempo integral para aproximadamente 90 crianças;
- Ampliar o número de vagas em tempo integral nos CEIs e escolas;
- Capacitar profissionais para atuarem com as disciplinas complementares e Campos de experiência da escola em tempo integral;
- Oferecer educação em tempo com qualidade e equidade;
- Ofertar escola em tempo integral à todas as crianças em situação de vulnerabilidade social.

Com o surgimento do PMPI – Plano Municipal da Primeira Infância a Secretaria Municipal de Educação e Cultura já está fazendo um planejamento visando ampliar esse atendimento para atender um maior número de crianças, não só dos CEIs, mas também nas escolas que atendem a educação infantil. Não será uma tarefa fácil, pois é preciso pensar na clientela que será priorizada, (com maior risco de vulnerabilidade), a ampliação dos espaços a serem utilizados, contratação de profissionais qualificados, merenda e os recursos financeiros do governo federal e recursos próprios do município.

Diante do exposto compreende-se que a educação integral em jornada ampliada é uma política pública em construção e um grande desafio para secretarias de educação, gestores educacionais, professores e comunidades que, ao mesmo tempo, amplia o direito à educação básica e colabora para reinventar a escola. Porém esse é o início de uma longa jornada, onde surgirão percalços, dificuldades e dúvidas, mas, com o trabalho colaborativo, as parcerias e a intersetorialidade sairá às possíveis soluções para resolver essas questões, pois não basta apenas ampliar a jornada das crianças na escola, é preciso ofertar a todas

um ensino de qualidade pautado no desenvolvimento abrangendo a integralidade das mesmas.

4.3.5. Alimentação e Nutrição na primeira infância

A alimentação e nutrição estão presentes na legislação recente do Estado Brasileiro, seguindo a compreensão de que esta é um fator condicionante e determinante da saúde devendo as ações de alimentação e nutrição serem efetuadas de forma transversal às ações de saúde, em caráter complementar e com formulação, concretização e avaliação dentro das atividades e responsabilidades do sistema de saúde, (BRASIL, 1990).

No cenário das políticas públicas, o texto constitucional propõe a Teoria da Proteção Integral sendo também a forma de proteção garantida às crianças e aos adolescentes, desta forma, visando o respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento. Para estas ações, não só a família como o estado e toda sociedade são responsáveis por garantir esse direito (Brasil, 1988). O Estatuto da Criança e Adolescência vem regulamentar a proteção de que tem direito esse público (Brasil, 1990). Outros dispositivos também trazem em sua redação o olhar para a política de proteção integral destacando aspectos relacionados à alimentação e nutrição.

Nesse sentido, a lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei no 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei no 12.662, de 5 de junho de 2012.

Também o Ministério da Saúde com a portaria nº 1.130, de 5 de agosto de 2015 buscou instituir a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) com a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança. Brasília: Ministério da Saúde; 2009. Além desses, temos a Política Nacional a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) que traz como propósito a melhoria nas condições de alimentação, nutrição e saúde, em busca da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira. (Brasil, 2013).

Corroborando, a lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 cria o Sistema Na-

cional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN que apresenta como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada. Esta lei prevê em seu Art. 2º que a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (Brasil, 2006).

Na década passada, o principal progresso foi a incorporação da alimentação como um direito social. A Emenda Constitucional nº 64, aprovada em 2010, introduziu, no artigo 6º da Constituição Federal, a alimentação como direito (BRASIL, 1990). Dessa forma, o Estado Brasileiro, envolvido com a construção de uma nova abordagem para atuar no combate à fome, à pobreza e na promoção da alimentação adequada e saudável, publicou a Lei 11.346/2006 – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2006a) e o Decreto 7.272/2010 - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2010b). Tanto a Lei como o Decreto retratam, entre as suas bases diretrizes, o fortalecimento das ações de alimentação e nutrição no sistema de saúde.

Além dos textos legais que versam sobre o direito a nutrição e alimentação, temos estudos que indicam que a alimentação e a nutrição adequadas na infância representam a base para sobrevivência, crescimento e desenvolvimento infantil e estes repercutem nas etapas posteriores da vida, indicando a relevância e o lugar de prioridade nas agendas nacional e internacional de políticas públicas de saúde e de proteção à infância e figuram entre as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Kac, Castro e Lacerda, 2023).

No estudo de (Kac, Castro e Lacerda, 2023) são apresentadas diversas pesquisas que se propõe a compreender os índices de nutrição infantil no Brasil, um dos estudos citados foi o (ENANI-2019) - Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil. Sua relevância está no fato de que seu objetivo foi produzir evidências científicas para subsidiar avaliação, formulação e reorientação das políticas brasileiras na área de alimentação e nutrição infantil, segundo os autores, o ENANI-2019 foi o primeiro estudo brasileiro de base populacional e com representatividade nacional.

A partir dessa compreensão, apresentaremos algumas ações visando corroborar com a alimentação e nutrição infantil na primeira infância. De acordo com o marco legal da Primeira Infância, a lei nº 13.257 de 8 de março de 2016 a primeira infância compreende o período desde a concepção até os seis anos de vida. Assim seguem as ações:

Atenção precoce - Ações voltadas ao acompanhamento e orientação às mães e pais desde o primeiro trimestre gestacional até os seis anos de vida.

Primeiro Trimestre Gestacional - Acompanhamento e orientação para as gestantes e pais sobre alimentação, alimentação complementar saudável e seus impactos no desenvolvimento do gestacional do bebê. Os atendimentos acontecerão em grupos e rodas de conversa com as mães e os pais e orientação familiar.

Segundo Trimestre Gestacional: Acompanhamento e orientação sobre hábitos alimentares nutritivos e os desafios do terceiro trimestre nutricional através de grupos e rodas de conversa com as mães e os pais e orientação familiar. E sobre a importância do aleitamento materno e quais os benefícios do mesmo.

Terceiro Trimestre Gestacional: Acompanhamento e orientação sobre aleitamento materno, amamentação e alimentação complementar saudável através de grupos de mães e pais e orientação familiar.

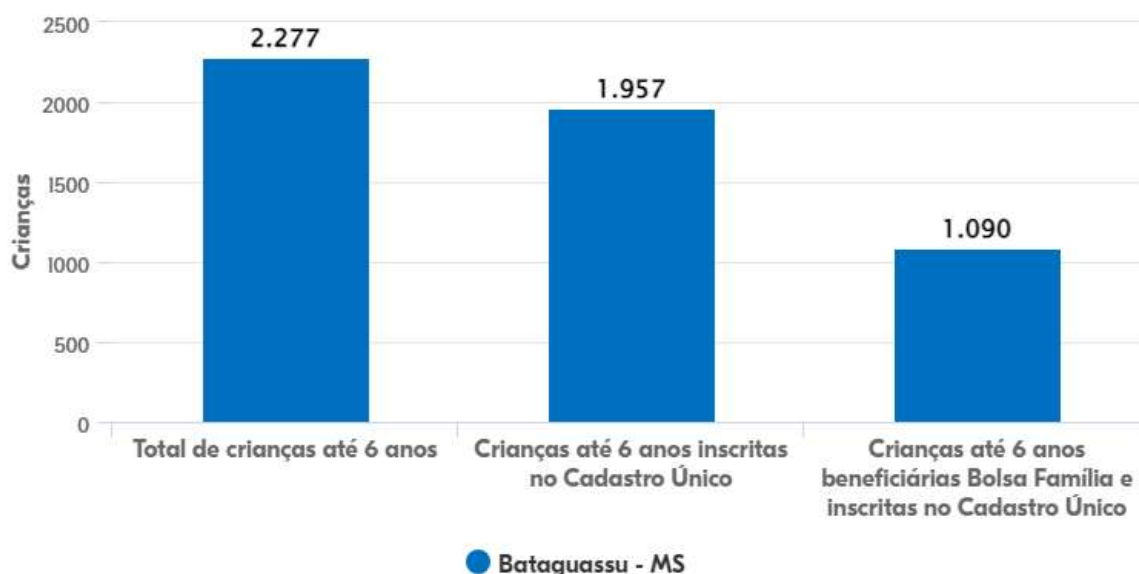
Zero a três anos: Acompanhamento e orientação nutricional, ganho de peso e crescimento, através de consultas de rotina e através de parceria com as creches e escolas e famílias.

Quatro a seis anos: Acompanhamento e orientação nutricional, através de consultas de rotina e de parceria com as creches e escolas e famílias.

4.4. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atualmente, segundo dados do IBGE, há um total de 2.277 crianças de até 6 anos no âmbito do município de Bataguassu, das quais 1.957 estão cadastradas no Cadastro Único e 1.090 figuram entre as beneficiárias do Bolsa Família:

Crianças entre 0 e 6 no Cadastro Único e Bolsa Família ⓘ



Fonte: IBGE - Censo Demográfico; SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação / Ministério do Desenvolvimento Social (2023)

Um olhar cuidadoso com investimentos na primeira infância configura-se como conduta ética, responsável e inteligente, pois esta fase da vida equivale ao momento de formação da personalidade do indivíduo, logo as experiências vivenciadas neste momento repercutem em sua vida futura e consequentemente na sociedade.

Também, deve-se considerar o contexto, a comunidade e a família na qual a criança está inserida. E a partir destas considerações desenvolver estratégias de trabalho com vistas a desenvolver um trabalho significativo e de qualidade para a primeira infância.

Portanto, o trabalho desenvolvido pela Assistência Social direciona-se ao fortalecimento da capacidade das famílias para o cuidado, proteção e educação das crianças, bem como fortalecimento da convivência familiar e comunitária, prevenção e atendimento em situações de violência e violação de direitos. Também, incentivo e apoio as Famílias Acolhedoras.

Proteção Social Básica (CRAS)

O município possui atualmente 2 (dois) Centros de Referência da Assistência

Social (CRAS), sendo um no Distrito de Nova Porto XV e o outro na cidade de Bataguassu.

O CRAS realiza serviços, programas e projetos de prevenção de risco e assistência básica para pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade social. O objetivo desse serviço é promover a melhoria da qualidade de vida da população, com ações focadas no atendimento das necessidades básicas. Ademais, o serviço busca prevenir situações de risco por meio de desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

São ações e atividades desenvolvidas no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF):

- Acolhida em Grupo realizada por profissional de nível superior;
- Acolhida Particularizada realizada por técnica (o) de nível superior;
- Acompanhamento de famílias;
- Elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar;
- Atendimento particularizado de famílias ou indivíduos;
- Registro do acompanhamento familiar em prontuário;
- Grupo/oficina com famílias;
- Visitas Domiciliares;
- Palestras;
- Campanhas ou eventos comunitários;
- Apoio para obtenção de Documentação pessoal;
- Encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço sócio assistencial;
- Encaminhamento de famílias ou indivíduos para outras políticas públicas (educação, habitação, trabalho, etc.);
- Encaminhamento para obtenção de Benefícios Eventuais;
- Encaminhamento para inserção/atualização de famílias no Cadastro Único e
- Acompanhamento dos encaminhamentos realizados.

O município também conta com (01) um Clube para a Melhor Idade no qual são realizadas as atividades do SCFV para pessoas idosas, assim como (01) um local para execução do SCFV para crianças/adolescentes.

Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS)

O município possui atualmente possui 01 (um) Centro de Referência Especializado (CREAS), que tem como objetivo promover atenções Socioassistenciais às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

São ações e atividades realizadas pelas (os) profissionais do CREAS no âmbito do PAEFI:

- Acolhida Particularizada realizada por profissional de nível superior;
- Acompanhamento individual/familiar;
- Acompanhamento dos encaminhamentos realizados;
- Registro do acompanhamento individual/familiar em prontuário;
- Elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e/ou individual;
- Elaboração de relatórios técnicos sobre casos em acompanhamento;
- Elaboração de relatórios técnicos para o sistema de justiça;
- Grupo/oficina com famílias ou indivíduos;
- Visitas domiciliares;
- Palestras;
- Ações de mobilização e sensibilização para o enfrentamento das situações de violação de direitos;
- Apoio para obtenção de documentação pessoal;
- Orientação/acompanhamento para inserção no BPC;
- Encaminhamento para o CRAS;
- Encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço sócio assistencial;
- Encaminhamento para serviços da rede de saúde;
- Encaminhamento de famílias ou indivíduos para outras políticas públicas (educação, habitação, trabalho, etc.);
- Encaminhamento para o Conselho Tutelar;

- Encaminhamento para órgãos de defesa e responsabilização (Defensoria Pública, Promotoria, Ministério Público, etc.);
- Encaminhamento para obtenção de Benefícios Eventuais e;
- Encaminhamento para inserção/atualização de famílias no Cadastro Único.

Proteção Social Especial de Alta Complexidade (Serviço de Acolhimento)

O município possui atualmente (01) uma unidade de acolhimento, que tem por objetivo o atendimento imediato e integral de crianças e adolescentes, na faixa etária de 0 a 18 anos incompletos, que se encontram em situação de risco social iminente, abandono, ou cujas famílias/responsáveis estão temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

O serviço de acolhimento de Bataguassu atualmente conta com duas modalidades: serviço família acolhedora e serviço de acolhimento institucional, sendo que o primeiro tem preferência absoluta em relação ao segundo. O serviço Família Acolhedora conta com (04) quatro famílias devidamente cadastradas e habilitadas.

4.4.1. Alguns indicadores da Assistência Social

A parentalidade na primeira infância desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral da criança. Esse período, que abrange desde o nascimento até os seis anos de idade, é crucial para o desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo.

Aqui estão alguns aspectos que destacam a importância da parentalidade nesse estágio:

Construção de Vínculos Afetivos: A primeira infância é marcada pelo desenvolvimento do apego, que é a base para relações seguras e saudáveis ao longo da vida. Pais e cuidadores que oferecem um ambiente de carinho, segurança e resposta às necessidades da criança promovem a confiança e a autoestima.

Desenvolvimento Cognitivo: As interações com os pais ajudam a estimular o desenvolvimento cerebral. Conversas, brincadeiras e leituras contribuem para o crescimento das habilidades linguísticas, motoras e de resolução de problemas. A parentalidade responsiva e estimulante pode ter efeitos duradouros na capacidade de aprendizagem da criança.

Regulação Emocional: Durante a primeira infância, as crianças estão aprendendo a lidar com suas emoções. Pais que oferecem suporte emocional ensinam estratégias saudáveis para enfrentar desafios e frustrações, ajudando a desenvolver resiliência.

Estabelecimento de Rotinas: A criação de rotinas regulares, como horários para alimentação, sono e brincadeiras, ajuda a criança a entender e antecipar o que vem a seguir, proporcionando segurança e previsibilidade.

Desenvolvimento Social: A interação com os pais é o primeiro contato social da criança. Esse relacionamento influencia como ela se relacionará com outras pessoas no futuro, ajudando no desenvolvimento de habilidades como empatia, cooperação e resolução de conflitos.

Prevenção de Problemas Futuros: Uma parentalidade positiva na primeira infância pode reduzir o risco de problemas emocionais e comportamentais mais tarde. Crianças que crescem em ambientes de apoio tendem a apresentar menos incidências de depressão, ansiedade e comportamentos desafiadores.

Em resumo, a parentalidade na primeira infância não apenas molda o presente da criança, mas também influencia seu futuro, tornando-se um investimento essencial para o desenvolvimento humano.

No âmbito do município de Bataguassu o percentual de nascimento somente em nome da mãe apresenta um índice menor do que a média nacional e estadual:



Fonte: Portal de Transparência do Registro Civil (2022)

No que se refere a violência contra crianças, o que se trata de uma grave violação e dos direitos humanos e um problema social que afeta milhões de meninos e meninas em todo o mundo, trata-se de um problema que pode ocorrer em diferentes formas, como abuso físico, emocional, sexual e negligência, e acontece em diversos contextos, incluindo o lar, a escola e a comunidade. Independentemente do tipo ou do local, a violência tem consequências devastadoras para o desenvolvimento físico, psicológico e emocional das crianças.

A violência contra crianças pode ser atribuída a uma combinação de fatores, incluindo pobreza, desigualdades sociais, uso de substâncias, histórico de violência familiar, falta de apoio comunitário e normas culturais que legitimam a violência como forma de disciplina.

Os impactos da violência infantil podem ser profundos e duradouros. Crianças expostas à violência têm maior risco de desenvolver problemas emocionais, como

ansiedade, depressão e baixa autoestima. Em alguns casos, essas experiências podem levar ao desenvolvimento de transtornos de estresse pós-traumático (TEPT). Além disso, há evidências de que a violência pode afetar o desempenho escolar e aumentar a probabilidade de envolvimento em comportamentos de risco na adolescência e na vida adulta.

Prevenir a violência contra crianças requer uma abordagem multidimensional que envolva famílias, comunidades e governos. Algumas estratégias incluem:

Educação parental: Ensinar práticas de disciplina positiva e comunicação eficaz.

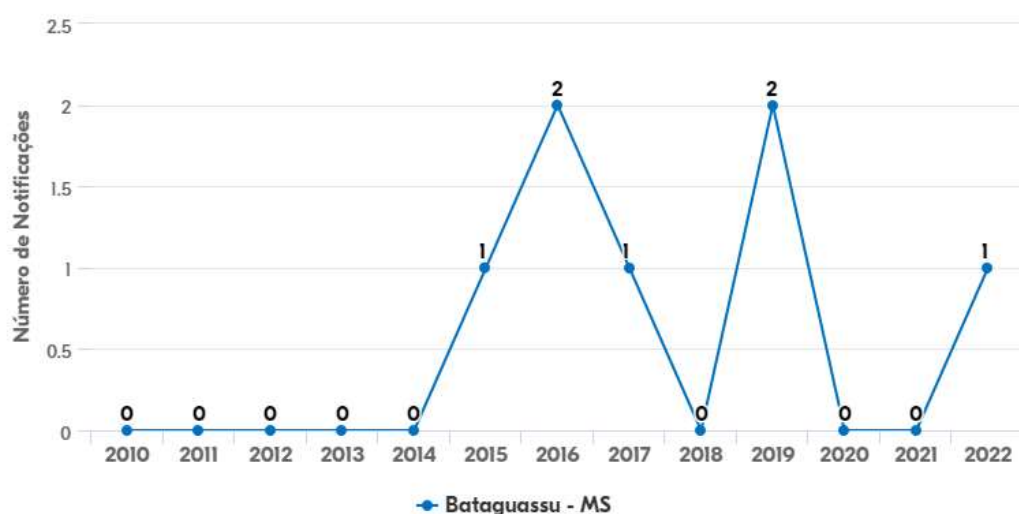
Fortalecimento das redes de apoio comunitário: Criar ambientes seguros e acessíveis para crianças e famílias.

Legislação rigorosa: Implementar e fazer cumprir leis que protejam os direitos das crianças e punam os agressores.

Campanhas de conscientização: Promover o conhecimento sobre os direitos das crianças e os impactos da violência.

No município de Bataguassu, as notificações de casos de violência contra de 0 a 4 anos não enfrentam grande variação nos últimos anos:

Notificações de casos de violência contra crianças de 0 a 4 anos ⓘ



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (2010 - 2022)

4.4.2 - O Conselho Tutelar e o enfrentamento da violência contra a primeira infância

O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

De acordo com a Lei nº 8.069/1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”, em seu art. 131, prevê que este órgão é zelador do cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes, na forma de aplicação de medidas, tendo entre suas responsabilidades: - orientação e apoio sociofamiliar; - apoio socioeducativo em meio aberto; - colocação familiar; - acolhimento institucional; - prestação de serviços à comunidade; - liberdade assistida; - semiliberdade; e - internação.

O Conselho Tutelar é um órgão fundamental para a proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes. Ele desempenha um papel importante na sociedade, atuando como uma instituição que zela pelo cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e intervindo em situações de violação dos direitos infanto-juvenis.

O serviço e processamento do Conselho Tutelar envolvem várias etapas essenciais, a seguir:

Recebimento de denúncias ou demandas: O Conselho Tutelar recebe denúncias ou demandas referentes a situações de violência, abuso, negligência, exploração, abandono ou qualquer outra violação dos direitos das crianças e adolescentes. Essas denúncias podem ser feitas por qualquer pessoa ou instituição que tenha conhecimento da situação.

Triagem e avaliação inicial: Após o recebimento da denúncia, o Conselho Tutelar realiza uma triagem para verificar a veracidade das informações e a urgência da intervenção. Essa etapa pode envolver a coleta de dados preliminares e a análise da situação, a fim de determinar a melhor forma de abordar o caso.

Intervenção e atendimento: Após a triagem, o Conselho Tutelar realiza a intervenção

adequada de acordo com a gravidade da situação. Isso pode incluir o encaminhamento da família ou do responsável pela criança ou adolescente para serviços de apoio, como assistência social, psicologia, saúde ou educação. O Conselho Tutelar também pode realizar visitas domiciliares, conversar com as partes envolvidas, ouvir testemunhas e adotar medidas para garantir a proteção e o bem-estar da criança ou adolescente.

Acompanhamento e encaminhamento: O Conselho Tutelar realiza o acompanhamento do caso, verificando se as medidas de proteção estão sendo efetivas e se os direitos da criança ou adolescente estão sendo respeitados. Também é responsável por encaminhar a situação aos órgãos competentes, quando necessário, como o Ministério Público ou a Vara da Infância e Juventude, a fim de garantir a continuidade das medidas de proteção.

Articulação com a rede de proteção: O Conselho Tutelar atua em conjunto com outros órgãos e instituições que compõem a rede de proteção à infância e juventude, como escolas, hospitais, delegacias, centros de referência, entre outros. Essa articulação é fundamental para garantir uma resposta integrada e efetiva diante das demandas apresentadas.

Registro e documentação: Durante todo o processo, o Conselho Tutelar deve manter um registro detalhado das denúncias, intervenções, atendimentos e encaminhamentos realizados. Essa documentação é importante para fins de prestação de contas, acompanhamento dos casos e histórico das ações do Conselho.

No âmbito do município de Bataguassu, o Conselho Tutelar está instalado à Rua Nova Andradina, 72, Centro, Bataguassu – MS, com funcionamento das 08h às 12h e das 14h às 17 horas (horário de Brasília) de Segunda a Sexta-Feira, trabalha em regime de plantão 24 horas, possuindo um total de 5 (cinco) conselheiros).

O Conselho Tutelar faz parte da Comissão de elaboração do Plano Municipal da Primeira Infância – PMPI, com busca ativa nos arquivos que trata de posicionamento contra a violência contra crianças dentro da primeira infância (0 a 6 anos), com a finalidade de contabilizar o número dos casos ocorridos nos últimos anos.

Foram feitos levantamentos de dados e sugestões para proteção dessas crianças, objetivando soluções para os casos em andamento e prevenção para inibir os casos futuros.

4.5. CULTURA, ESPORTE E LAZER

4.5.1. Esporte

A Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude– SEMELJUV, atende os projetos sociais AMAS e Leãozinho do Pardo, disponibilizando infraestrutura, materiais e professores, proporcionando iniciação esportiva através de jogos e brincadeiras.

As escolinhas esportivas, atende crianças, jovens e adolescentes com idade entre 07 (sete) a 17 (dezessete) anos, nas modalidades Futsal, Basquetebol, Voleibol, Natação, Karatê, Atletismo, além de ofertar Hidroginástica para o público adulto.

Em parceria com a população de atletas a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude - SEMELJUV propicia treinamentos de voleibol e basquetebol, feminino e masculino na categoria adulto.

Segundo Gallahue, a infância é entendida como um período de grande importância para o desenvolvimento motor, sobretudo porque é nesta fase que ocorrem o desenvolvimento das habilidades motoras fundamentais que servem de base para o desenvolvimento das habilidades motoras especializadas que o indivíduo utilizará nas suas atividades cotidianas, de lazer ou esportivas.

Considerando que o esporte também é um instrumento poderoso no contexto social, desenvolvendo o interesse pelo esporte, estudiosos da área, também têm constatado a importância dos jogos desportivos coletivos para a educação de crianças e adolescentes de todos os segmentos da sociedade brasileira, uma vez que sua prática pode promover intervenções quanto à cooperação, convivência, participação, inclusão, entre outros.

O esporte pode ser utilizado como ferramenta de inclusão a práticas corporais e de manutenção corporal na infância e na adolescência, demonstrando papel importantíssimo no desenvolvimento de futuros adultos ativos fisicamente, capaz de utilizar seu acervo motor para aprender novas experiências motoras na fase adulta, além de prevenir possíveis morbidades, garantindo hábitos de vida mais saudáveis.

Diante disso, o município de Bataguassu, através da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude -SEMELJUV, programou uma política de desenvolvimento do esporte, recreação, lazer e juventude distribuída dentro de diferentes programas de atendimento, abrangendo diferentes faixas etária e gênero, que compreenderam os âmbitos de atuação: Iniciação, formação, esporte de rendimento, exercício físico, saúde e bem estar, recreação e lazer, além de participação e mobilização social.

Os programas ofertados gratuitamente serviram de ferramentas para inserção e interação social, auxiliar no desenvolvimento do gosto pela prática esportiva. Considerando que, a partir dos 06 (seis) anos a criança entra na fase considerada dos movimentos especializados é um período no qual o movimento torna-se uma ferramenta que será útil para muitas atividades motoras complexas presentes na vida diária, recreação ou jogos esportivos.

Além disso, a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude atende também, através dos programas esportivos de iniciação esportiva e rendimento (médio desempenho) para crianças e adolescentes entre 07 (sete) a 17 (dezesete) anos, aproximadamente 600 (seiscentos alunos) por mês. E aproximadamente 90 (noventa) adultos na hidroginástica.

Através dos eventos esportivos promovidos no município de Bataguassu – MS, os atletas não profissionais residentes no município, contribuíram para o fortalecimento das organizações e entidades municipais praticantes do esporte e lazer, proporcionando momentos de descontração aos torcedores e familiares que acompanharam os eventos.

Os Jogos Escolares do Município de Bataguassu – JEMBA, tem como objetivo desenvolver o intercambio esportivo entre os estudantes das redes municipais, estaduais e particulares de ensino, estimulando a prática do desporto, como instrumento de integração, socialização e confraternização dos atletas, bem como, proporcionar o surgimento de novos talentos para integrar as seleções e representações esportivas do município.

A SEMELJUV também participa com a delegação do município dos Jogos Escolares do Mato Grosso do Sul e Jogos Estudantis de Mato Grosso do Sul, eventos realizados pelo Governo de Mato Grosso do Sul, através da Fundesporte. Através de parcerias a SEMELJUV apoiou as organizações e entidades na participação de eventos esportivos no âmbito municipal, estadual e nacional.

No âmbito do município de Bataguassu, há ainda o Programa Auxílio Atleta, amparado pela Lei Municipal nº 1605/07, de 18 de Dezembro de 2007, que disponibiliza o auxílio financeiro aos atletas que representam oficialmente o município em competições intermu-

nicipais, estaduais e nacionais foram concedidos para o pagamento de despesas com alimentação, transporte, estadia e inscrições. Neste programa muitos atletas do município foram contemplados. O programa de incentivo as manifestações esportivas e comunitárias auxiliaram os bairros e comunidades nos eventos esportivos através de doação de materiais esportivos, bem como premiação e serviços de arbitragem.

As modalidades e quantitativos pela SEMELJUV seguem apontados na tabela abaixo:

Nº	MODALIDADE	ALUNOS
01	FUTSAL	120
02	VOLEIBOL	80
03	BASQUETEBOL	70
04	KARATE	190
05	ATLETISMO	19
06	NATAÇÃO	100
07	HIDROGINÁSTICA	90
08	RECREAÇÃO/PROJETOS	80
TOTAL		749

Fonte: Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude

4.5.2. Lazer na primeira infância

A primeira infância é a fase de construção da base, onde o indivíduo irá erguer o futuro de sua existência. Segundo a educadora Ana Lucia Machado, tudo o que for vivenciado na infância terá impacto durante a vida toda do ser humano.

Considerando a importância da primeira infância, suas memórias e a construção do indivíduo e seu desenvolvimento, surgiu os estudos e adequações para atender ao público infantil, enfatizando o desenvolvimento do cidadão no período da primeira infância, que abrange o ser humano dos 00 aos 06 anos de idade.

Para Manoella Maria Mariotto, os parques infantis voltados para a primeira infância não são apenas locais para brincar, são espaços onde as crianças desenvolvem competências motoras, sociais e emocionais. O significado de brincar, vai além da diversão, inclui o desenvolvimento da capacidade da criança em resolver problemas, tomar decisões, explorar e expressar-se em situações relevantes e significativas para ela.

Diante da importância em destaque ao redor de tudo que acontece na primeira infância do ser humano, estudiosos buscam oferecer inúmeras opções de brincadeiras e brinquedos envolvendo a criança durante a primeira infância. As políticas públicas tendem a avançar nos estudos, a fim de atender com excelência ao público em questão.

Os parques infantis são opções agradáveis e de suma importância para as crianças que se encontram na primeira infância, visto que geralmente, estão situados ao ar livre, em meio à natureza, com uma paisagem agradável, não apenas para as crianças, mas para a família toda, ofertando momentos de lazer e ócio.

Considerando que através do brincar a criança desenvolverá aspectos e habilidades motoras, sociais, físicas, afetivas e cognitivas, as políticas públicas do município de Bataguassu, estuda a possibilidade viável em implantar parques voltados para a primeira infância, onde a criança terá a oportunidade de desenvolver sua criatividade, mantendo sua segurança e desfrutando da companhia dos seus familiares e ou entes queridos.

Segundo a educadora Ana Lucia Machado, a primeira infância é a fase onde o ser humano erguerá sua existência, tudo o que for vivenciado na primeira infância terá impacto a vida toda.

As equipes gestoras das cidades estão investindo em praças voltadas para a primeira infância, que além de estimular as capacidades esportivas, aproximam as crianças do ambiente natural. Promovendo a aproximação com a natureza, a aprendizagem ao ar livre, os estímulos sensoriais dos pequenos.

Para Piaget, ao brincar a criança assimila o mundo à sua maneira, sem compromisso com a realidade, representa uma fase importante no desenvolvimento da inteligência. Ao disponibilizar espaços voltados para as crianças que encontram-se na primeira infância, estaremos contribuindo para a formação integral e sólida da mesma, investindo em pessoas com qualidade de vida, proporcionando ao município cidadãos íntegros e ativos.

Situação Problema

Ao observar os espaços destinados ao lazer dos munícipes da cidade de Bataguassu-MS, percebe-se que não existe um espaço direcionado para atender ao público da primeira infância. Apesar das praças e alguns núcleos esportivos ofertarem parques públicos em meio à natureza, não apresentam as instalações adequadas para o público em questão. Os brinquedos instalados apresentam-se com brinquedos sem a segurança necessária para atender as crianças de 00 a 06 anos, bem como a infraestrutura, com poucas

sombras, alguns espaços sem banheiros e sem bebedouros.

Segundo estudos, é no espaço físico que a criança consegue estabelecer relações entre o mundo e as pessoas, transformando-o em um pano de fundo no qual se inserem emoções [...] nessa dimensão o espaço é entendido como algo conjugado ao ambiente e vice-versa. Todavia é importante esclarecer que essa relação não se constitui de forma linear. Assim sendo, em um mesmo espaço podemos ter ambientes diferentes, pois a semelhança entre eles não significa que sejam iguais. Eles se definem com a relação que as pessoas constroem entre elas e o espaço organizado.

Do Direito de Brincar ao Brincar de Todas as Crianças

Considerando que, a Rua de Lazer tem por objetivo proporcionar momentos de diversão, harmonia, socialização e interação, para crianças e adolescentes através de atividades recreativas e educativas, bem como oferecer-lhes atividades de lazer e diversão por meio de jogos, brincadeiras e brinquedos infláveis.

A Prefeitura Municipal de Bataguassu, através da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, apresenta em seu calendário atividades de lazer e recreação que inclui as crianças na primeira infância.

Através de Ruas de lazer, com brincadeiras com balões, bolas, cestas, tinta para pintura de pele e brinquedos infláveis a pasta propões momentos de lazer e ócio para os pequenos enquanto suas famílias acompanham e assistem a alegria deles enquanto brincam.

As atividades são desenvolvidas em praças ou espaços abertos, propiciando as crianças a oportunidade de brincar nos brinquedos que mais as atraem, como cama elástica, tobogã, piscina de bolinhas, guerra de cotonetes ou o futsabão. Observa-se que as atividades de recreação são ideais para o desenvolvimento da comunicação, assim como para o estabelecimento das relações sociais para as crianças, desta forma, elas podem trocar ideias, desenvolver a imaginação, a autodescoberta, entre outros.

Os eventos que atraem dezenas de crianças são desenvolvidos pelos colaboradores da pasta, com início ao entardecer, a partir das 18h00, possibilitando que os pais levem seus filhos para a diversão.

A brincadeira na primeira infância tem papel central no desenvolvimento da criança, servindo como porta de entrada para o desvendar de sensações e sentimentos. Entende-

se ainda este importante instrumento como estratégia de inclusão e socialização das crianças, envolvendo-as em atividades diversas, auxiliando no convívio com outras crianças, a fim de desenvolver a resiliência e o estímulo por hábitos saudáveis.

Em uma sociedade globalizada e cada vez mais tecnológica, capaz de gerar diminuição da integração social, transformação da estrutura familiar, sendo fatores que podem contribuir para inatividade das pessoas, oportunizar momentos de lazer em família proporcionando as crianças brincadeiras antigas, resgatando jogos que brincadeiras que tem desaparecido na atualidade, é um desafio para a equipe gestora.

"Além de incentivar a ocupação dos espaços públicos, o 'Ruas de Brincar' vai de encontro à nossa responsabilidade de afastar as crianças das telas em seus momentos de diversão, resgatando brincadeiras tradicionais como pular corda, amarelinha, corrida e esconde-esconde".

As brincadeiras são umas das principais maneiras da criança gastar energia na infância, e o efeito dessa ação faz com que as crianças tenham mais foco e atenção. As atividades recreativas também podem ser uma ótima maneira de desenvoltura de valores, como o respeito e a disciplina. A presença de autoridades e regras em jogos permite com que a criança comece desde cedo a desenvolver valores necessários no decorrer da vida, aceitando a perda, a decisão da maioria e a autoridade em sua forma.

Situação Problema

As atividades de recreação e lazer, desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Bataguassu-MS, através da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, são realizadas esporadicamente, sem datas e períodos fixos, bem como locais pré-definidos.

Devido à falta de um calendário pré-definido para os eventos, muitas vezes a população não tem o conhecimento e ou a informação necessária para levarem seus filhos.

4.5.3. Cultura

De acordo com estudos científicos, os primeiros anos de vida da criança são fundamentais para o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, pois o cérebro é muito receptivo a estímulos e forma milhões de conexões neurais. O cérebro da criança está em

atividade máxima entre os 0 e os 3 anos de idade, e até os 6 anos 90% das conexões cerebrais já estão estabelecidas. O processo de desenvolvimento do cérebro nos primeiros anos é especialmente intenso, pois são formadas as bases para as aquisições das capacidades físicas, intelectuais e emocionais da criança.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei federal nº. 8.069, de 1990, em seu artigo 4º, efetua referência à responsabilidade da família, da comunidade, da sociedade e do poder público para com a criança e com a garantia de seus direitos, dentre eles à cultura, ao esporte e ao lazer, em condição de prioridade absoluta.

A cultura desempenha um papel fundamental no desenvolvimento infantil, influenciando a forma como a criança interpreta o mundo. A educação cultural é importante para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, pois estimula a criatividade e a imaginação. Para que o processo de desenvolvimento pleno da criança ocorra, são fundamentais estímulo adequado, vínculo e afeto. Quanto melhores as experiências vividas pela criança nesse período, melhor o desenvolvimento do seu cérebro.

No processo de elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, o município vem se organizando no sentido de estruturar mais ações na área de Cultura voltadas à primeira infância, visto que são poucas ações desenvolvidas neste campo, dentre elas o Ballet contemporâneo. As ações vêm ocorrendo protagonizadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, ampliando sua atuação através da implantação e implementação de projetos para melhor atender o público da primeira infância.



ESCUTAS

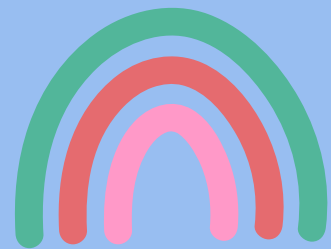
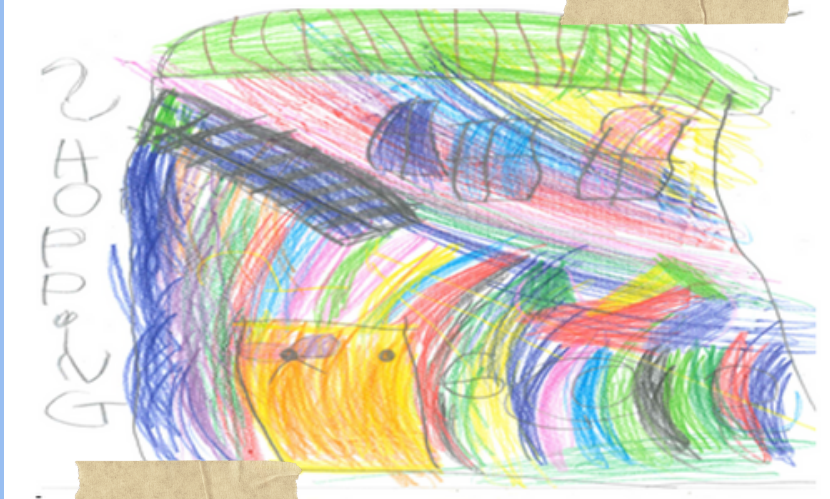


Alguns desenhos feitos pelas crianças durante a escuta:

Homem aranha



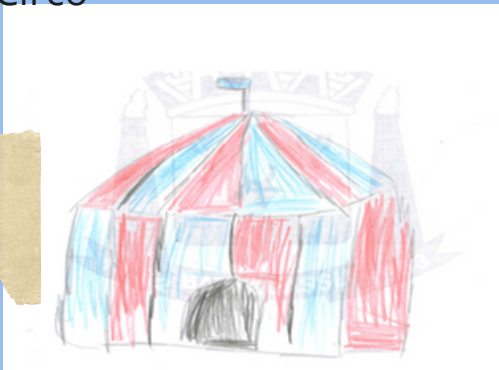
Shopping



Sorveteria



Circo



Cinema





“Desenhar é a expressão típica das crianças da primeira infância, principalmente no período pré-escolar”.

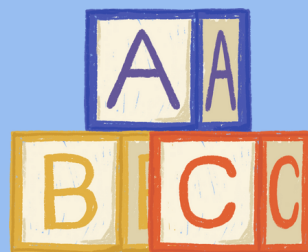
Prédios



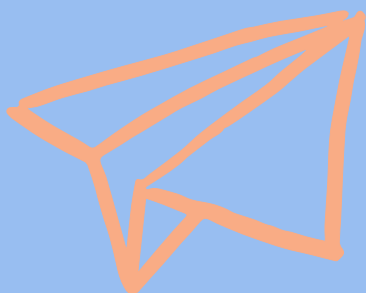
Parque de diversão



Shopping



Praia



5. RESULTADOS DAS ESCUTAS DAS CRIANÇAS, DAS FAMÍLIAS E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Este capítulo visa apresentar os resultados das escutas realizadas com as crianças, seus familiares e os profissionais da educação, os quais trabalham diretamente com as crianças e teve por objetivo ouvi-los, garantindo sua participação na construção de propostas para o Plano Municipal Pela Primeira Infância - PMPI, promovendo políticas públicas que assegurem os direitos das crianças, além de orientar a definição das diretrizes, objetivos e metas fundamentados na Constituição Federal de 1988, Convenção sobre os direitos da Criança, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, do Marco Legal da Primeira Infância e das leis setoriais da educação, da saúde, da assistência social, da cultura e de outros setores.

5.1. Metodologia e procedimento

Trata-se de uma pesquisa quantitativa por amostragem, dentre os vários tipos de amostragem a utilizada nesta pesquisa será a amostragem estratificada, que é explicada da seguinte forma, **“amostragem estratificada caracteriza-se pela seleção de uma amostra de cada subgrupo da população considerada. O critério para delimitar os subgrupos ou estratos pode ser encontrado em propriedades como sexo, idade ou classe social” (Gil, 2008, p. 92).**

A escolha desse tipo de amostragem se deu por julgar-se a mais adequada para alcançar os objetivos estabelecidos.

Para análise dos dados o método utilizado foi a estatística descritiva, com o objetivo de averiguar os resultados apresentados, os quais foram gerados através da ferramenta google forms por infográficos e demais informações descritivas.

Foi instituída a Comissão Intersetorial do Plano Municipal pela Primeira Infância - PMPI de Bataguassu/MS, através do Decreto nº.124/2024, de 05 de agosto de 2024, da Prefeitura Municipal de Bataguassu/MS, onde foi preestabelecido a realização de uma pesquisa, com o intuito de escutar as crianças, seus familiares e os profissionais da educação.

O setor psicossocial da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC ficou responsável por realizar as escutas e elaborar as entrevistas, as quais foram realizadas nas

unidades de ensino – Escolas e Centros de Educação Infantil - CEI da rede pública municipal, privadas e filantrópica. A pesquisa em questão foi submetida a uma Comissão de Ética em pesquisa.

As entrevistas das crianças foram realizadas com autorização dos responsáveis, que assinaram a declaração de consentimento e após esse procedimento foram realizadas as entrevistas com as crianças por meio de questionários físicos, aplicadas pelos professores da rede municipal, privada e filantrópica e analisadas pelos profissionais do setor psicossocial da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC.

As entrevistas com os familiares e profissionais da educação foram realizadas por meio eletrônico na plataforma do google forms e pôr fim a análise dos dados obtidos nas entrevistas foram realizadas pela equipe do setor psicossocial da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC, composta por Psicólogas e Assistente Social.

5.2. População, amostra e participantes

Ao realizar uma pesquisa algumas informações se fazem necessárias como: população, amostra e participantes. De acordo com Rudio (2002, p.121) **“população é conceituada como: a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características, definidas para determinado estudo”**. Nesta pesquisa a população selecionada foram 779 crianças entre 04 a 06 anos de idade, seus familiares e profissionais da educação que trabalham diretamente com essas crianças.

Nas palavras de Marconi e Lakatos (2003, p. 163), **“amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”**. Nesta pesquisa a amostra selecionada foi de 30% do número total das crianças entre 04 a 06 anos de idade, que totalizam 233 crianças, que estão no PRÉ I e PRÉ II – Educação Infantil III e Educação Infantil IV, nomenclatura utilizada pela rede privada de ensino, 233 familiares e 29 profissionais que trabalham diretamente com essas crianças nos Centros de Educação Infantil – CEI e nas Escolas.

Visando contemplar as diversas infâncias, durante a escolha da amostra, foi selecionado um percentual de crianças típicas e atípicas, sendo 05 crianças típicas e 01 criança atípica por turma e quando não houver alguma criança com deficiência, optou-se por ouvir 06 crianças típicas.

Para realização dessa pesquisa foram selecionados como participantes os descritos na amostra, os quais foram selecionados de acordo com a oportunidade e a conveniência em virtude de um tempo reduzido para conclusão da pesquisa.

5.3. ESCUTA DAS CRIANÇAS

É notória a importância de uma escuta ativa com as crianças da primeira infância, ouvi-las, validar seus sentimentos e valorizar suas opiniões, faz com que se tornem pessoas autônomas e confiantes. Um ambiente seguro e acolhedor permite que elas expressem seus desejos, suas fantasias, suas emoções, tendo em vista o imenso potencial que elas apresentam. O objetivo desse capítulo é apresentar os dados obtidos a partir da escuta das crianças, visando o protagonismo infantil na construção do Plano Municipal Pela Primeira Infância - PMPI. Para o levantamento de dados além do questionário, foi utilizado o desenho livre das crianças.

5.3.1. Identificação das crianças que participaram da escuta

A seguir será apresentada as respostas das crianças que participaram da escuta, sobre o que gostariam que tivesse na cidade de Bataguassu/MS e o que não gostam na escola em que estudam.

O QUE VOCÊ GOSTARIA QUE TIVESSE NA SUA CIDADE?	RESPOSTAS
Shopping.	20
Parque aquático.	11
Uma loja de sorvete.	1
Uma guarda.	1
Prédios.	5
Parque de diversão.	9
Cinema.	3
Carreta furação.	1
Circo.	3
Brinquedo de escalada.	1
Pula-pula, escorregador gigante e parquinho	3

Outros.	5
Aeroporto.	1
Praia.	8
Pousada Mãe d'água.	1
Mais árvores e flores.	3
Uma quadra para fazer esportes.	1
Carro de doces.	1
Doces e brinquedos.	1
Passeios e balanço no parque.	1
Uma sorveteria.	1
Gostaria que tivesse o homem aranha aqui na cidade.	1
Gostaria que tivesse o parque dos dinossauros.	1
Parquinho.	4
Trem.	1
Trem alegria.	1
Neve.	1
Gostaria de muitos brinquedos.	1
Gostaria de brincar com cavalos.	1
Gostaria de uma fazenda.	1
Gostaria que tivesse rio.	1
Câmeras.	1
Ônibus.	1
Brinquedo.	7
Girassol.	1
Piscina.	1
Mercados e loja de brinquedos.	1
A Disney.	1
Um tigre.	1
Uma sereia.	1
O castelo da frozen.	1
Estátua.	1
Carros, bicicleta e caminhões.	4

Meus avós.	1
Um clube.	1
Gostaria que reformasse a escola.	1
Um campo de futebol na escola.	1
Biblioteca.	1
Torre ou lago.	1
Resposta não identificada.	17

OBS.: As crianças deram mais de uma resposta.

O QUE VOCÊ <u>NÃO</u> GOSTA NA ESCOLA?	RESPOSTAS
Brigas.	7
Carne moída.	1
Legumes.	2
Assistir televisão.	1
De comer salada.	1
Não gosto de barulho.	2
Ser proibido trazer brinquedos de casa.	1
Que mostre o dedo e fale palavrões.	2
Que não tem quadra.	2
Que os amigos ficam mexendo com ele e também não gosta de educação física.	1
Banheiro é pequeno e fedido.	1
Outros.	3
Não gosto de maltratar.	1
Não gosto de estudar.	2
Fazer tarefa.	3
Quando os amigos brigam comigo.	3
Não gosto de máquina.	1
Brincar de amarelinha.	1
Não gosto de dormir.	4

Não gosto quando o amigo bate em mim.	3
Não gosto de desobedecer a professora.	1
Não gosto de ficar na sala.	2
Não gosto que o coleguinha bate na minha cabeça.	1
Não gosto que meus amigos me exclua.	1
Não gosto de fazer atividades.	3
Não gosto de brincar sozinha.	4
Não gosto de brincar de bloco.	1
Não gosto de comer bolacha.	1
Não gosto de sopa.	1
Resposta não identificada.	22
Não gosto de amigos desobedientes.	1
Não gosto de conversas na hora da explicação.	1
Não gosto de brincar quando a tia está falando.	1
Não gosto de fazer bagunça.	1
Não gosto dos dias que o ar da minha sala não funciona.	1
Não gosto de brincar.	2
Não gosto de correr.	1
Não gosto de feijão.	2
Não gosta da merenda.	1
Não gosto de ir para escola.	1
Não gosta das bolas murchas.	1
Não gosto dos brinquedos.	1
Não gosto de desenhar.	1
Não gosta de fazer prova.	1
Não gosto de faltar na escola.	3
Que grite.	4
Lição difícil.	1
Brincar na quadra.	1
Não gosta de brincar na grama.	1
Ovo e salsicha.	1
Não gosta de meninos.	1

Não gosta de frutas.	2
Não gosta de plantar.	1
Não gosta de ficar sozinha.	1
Quando não tem lição de casa.	1
Não gosta da quadra.	3
Não gosta que os amigos trata mal.	1
Não gosta do parquinho, porque está velho e perigoso.	1
Não gosto do parquinho por ser antigo e não ter sombra.	1
Não gosta do banheiro feminino.	1
Não gosto do lado de fora, do pátio externo da escola.	1
Não gosto do recreio.	1
Não gosto de brigar.	3

OBS.: As crianças deram mais de uma resposta.

5.4. ESCUTA DA FAMÍLIA

Ao tratarmos sobre a primeira infância, necessariamente precisamos falar do papel fundamental da família, com o passar dos anos, verificamos que a concepção de família e a sua composição ganhou múltiplos arranjos e configurações, mas em essência continua sendo o primeiro núcleo social, onde a criança é inserida, “entende-se “família” como uma organização social, em que podem ou não existir laços consanguíneos, com seus membros vinculados por afetos e por ações de proteção e de cuidado”. (Abuchaim et al., 2016, p.5).

Cabe destacar que essa proteção e cuidado não se esgotam na família, pois de acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Podemos a partir do exposto pela Constituição Federal verificar o quão importante é a coparticipação da família, da sociedade e do Estado quando tratamos dos direitos das

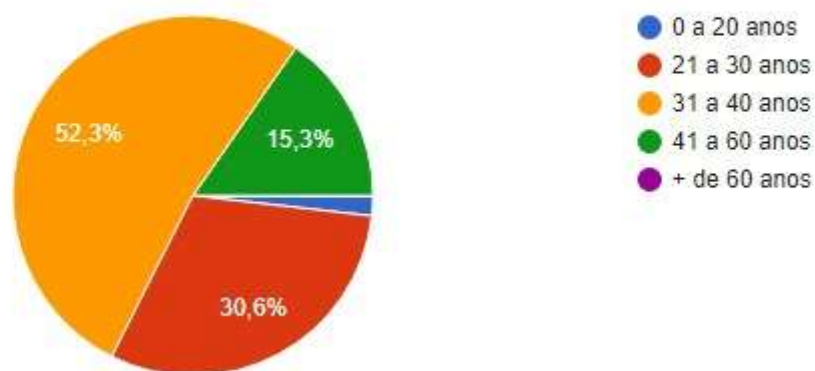
crianças e adolescentes, e a responsabilidade que cada um desses agentes têm com esse público alvo.

Portanto, o objetivo desse capítulo é apresentar os dados coletados através de entrevistas com os familiares das crianças de 04 a 06 anos de idade, visando a construção do Plano Municipal Pela Primeira Infância - PMPI.

5.4.1. Identificação da família

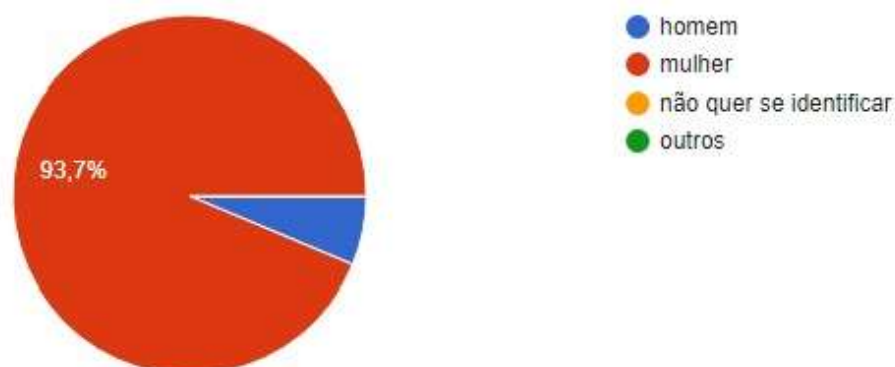
1) Quantos anos você tem?

111 respostas



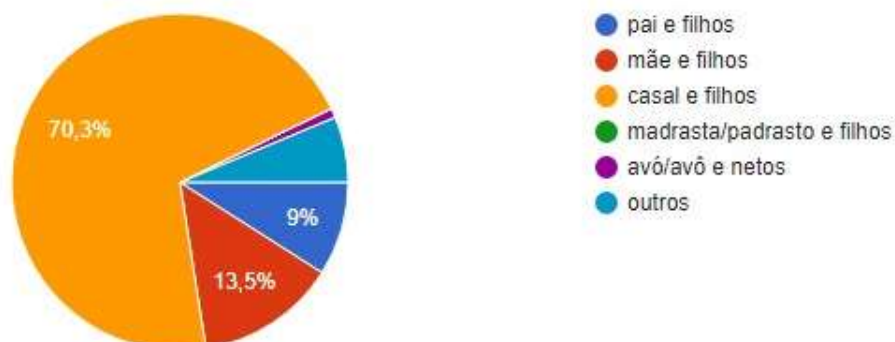
2) Você é?

111 respostas



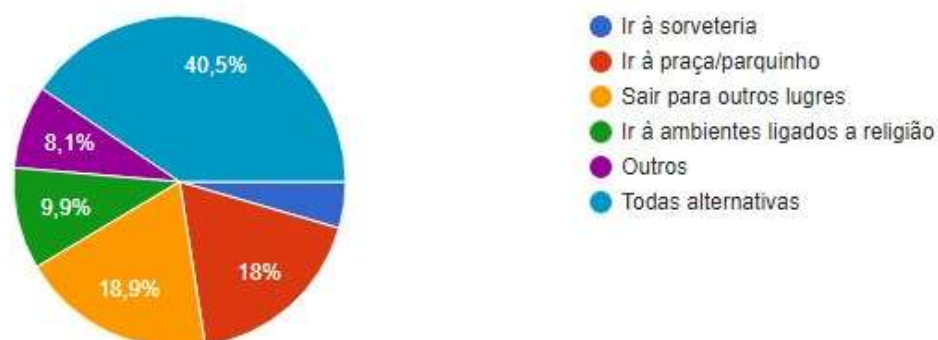
3) Quem mora com você em casa?

111 respostas



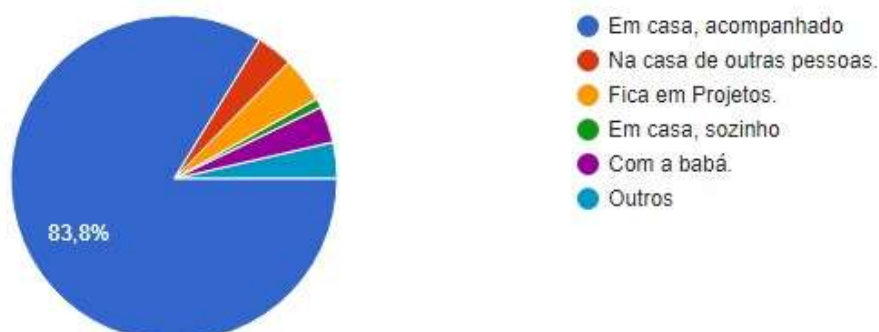
4) O que você mais gosta de fazer para se divertir em família?

111 respostas



5) Quando seu filho não está na escola, onde ele fica a maior parte do tempo?

111 respostas



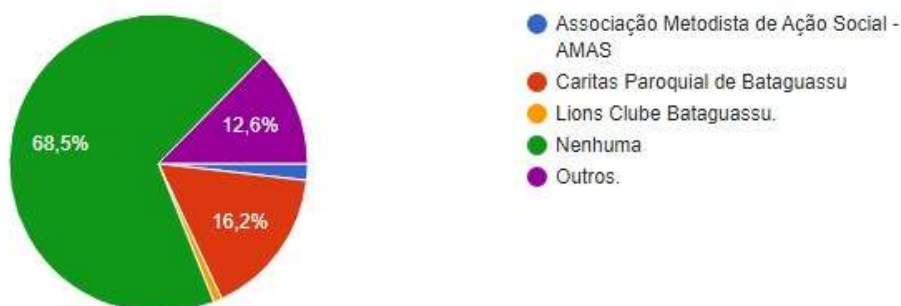
6-Quando seu filho não está na escola, o que ele faz nesses lugares?

111 respostas



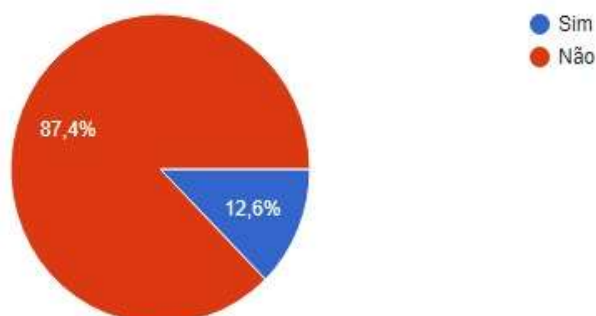
7- O que o município oferece de atividades no contra turno para seu filho?

111 respostas



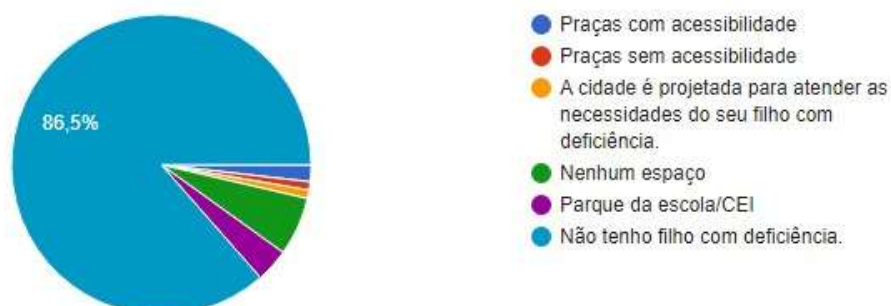
8-Você tem um(a) filho(a) com alguma deficiência?

111 respostas



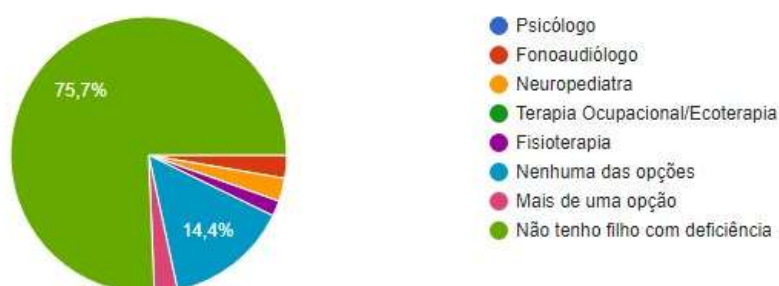
9- Em qual espaço da sociedade seu filho com deficiência tem lazer?

111 respostas



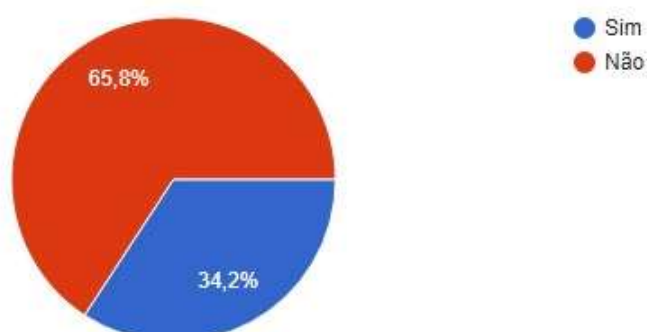
10- O que o município através da secretaria de saúde tem oferecido às crianças com deficiência em relação às terapias?

111 respostas



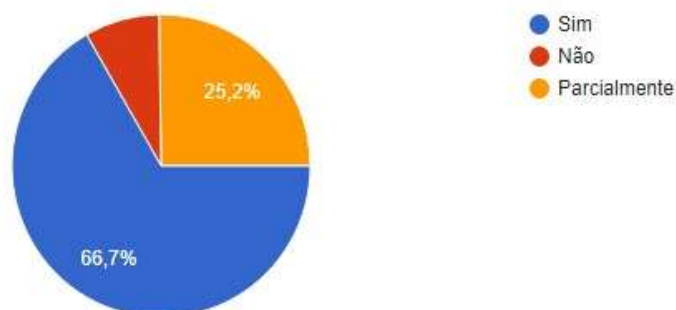
11- Você conhece alguma criança com deficiência que é público alvo da educação especial que tem seus direitos garantidos quanto ao atendimento educacional especializado (AEE) na escola com salas equipadas adequadamente?

111 respostas



12- Em relação a saúde do seu filho, ele é assistido em suas necessidades?

111 respostas



A seguir será apresentada as respostas que as famílias pontuaram em relação a pergunta número 13, onde foi perguntado o que o município não tem para oferecer para as crianças que representam o público da primeira infância.

13 - NA SUA OPINIÃO, O QUE O MUNICÍPIO <u>NÃO</u> TEM PARA OFERECER AO SEU FILHO?	RESPOSTAS
Especialistas para área da saúde.	20
Medicações.	3
Lazer.	22
Falta de pediatra.	1
Exames médicos.	1
Saúde.	23
Projetos sociais.	18
Parquinhos.	3
Não falta nada.	11
Esporte.	8
Saúde bucal na escola.	2
Segurança.	3
Treinamento para incêndio.	1
Porteiro na escola.	1

Meios de comunicação escolar que não seja apenas WhatsApp.	1
Educação foco na alfabetização.	1
Melhorar o ensino	1
Estrutura escolar melhor.	2
Aula em tempo integral.	1
Falta de profissional na saúde.	1
Sala de tecnologia nas escolas	1
As crianças ter contato com livros em sala de aula.	1
Pronto socorro com um especialista pediatra.	6
Falta manutenção e cuidados com as praças.	2
Os parquinhos estão abandonados, sem segurança.	2
Computação voltada para aprendizado.	1
Cultura voltado para crianças com deficiência.	1
Infraestrutura dos transportes públicos para crianças que moram longe da escola.	1
Educação básica de qualidade.	1
Escola mas equipada e docentes mais qualificados.	1
Resposta não identificada.	6
Cultura.	1
Projetos educativos.	3
Educação.	8
Precisa de mais projetos para crianças menor de 6 anos.	2
Capacitação dos profissionais da saúde.	1
Falta transporte escolar.	4
Falta de preparado dos profissionais do transporte.	1
Superlotação dos meios de transporte escolares.	1
Unidade de Pronto Atendimento para crianças.	1
Número suficiente de funcionários na escola Rondon.	1
Melhoria no atendimento e monitoramento da escola.	1
Melhor a segurança da escola.	1
Melhorar os kits escolares.	1

Falta de transporte para crianças acima de 10 anos de idade, pois atravessam a BR sem segurança.	1
Linha de ônibus para crianças que atravessam as rodovias para ir à escola.	1
Ambiente próprio para criança menor de 06 anos.	1
Atividades no contra turno para as crianças da primeira infância.	2
Pediatra nos postinhos.	1
Falta uniformes completos (camiseta, shorts, short saia, tênis)	1
Falta aulas ao ar livre e parquinho.	1
Passeios escolares.	1
Exposição dos conteúdos apreendidos na escola aos exemplo feira culturais, exposições e apresentações.	1
Lugares adaptados para autista, exemplo praças, lugares de lazer.	2
Parquinhos das praças destinado as crianças da primeira infância.	2
Vacinação.	2
Demora no atendimento dos especialistas da saúde.	2
Falta de dentista no SUS.	1
Praças e parques com brinquedos adaptados.	1
Qualificação dos profissionais da educação para trabalhar com crianças com Transtorno de Déficit de atenção e hiperatividade.	1
Asfalto.	1
Limpeza nas ruas e praças.	1
Tempo de sessão das terapias da saúde com tempo muito reduzido.	1
Sala de aula que não esteja super lotadas.	1
Leitura.	1
Consultas em curto prazo.	1

Eventos Infantis.	1
Monitores em ônibus.	1
Local para leitura.	1
Cuidadores no horário de recreio e saída da escola.	1
Não sei.	1

OBS.: Os pais deram mais de uma resposta.

5.5. ESCUTA DOS PROFISSIONAIS

Ao tratarmos das crianças da primeira infância é imprescindível ouvir o que os educadores têm a nos dizer sobre a realidade que vivenciam diariamente nas creches e escolas, quais tem sido suas potencialidades e quais tem sido suas dificuldades ao trabalhar com as crianças entre 04 a 06 anos de idade. Sabemos que os desafios são diversos, mas quando há profissionais capacitados o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças são favorecidos.

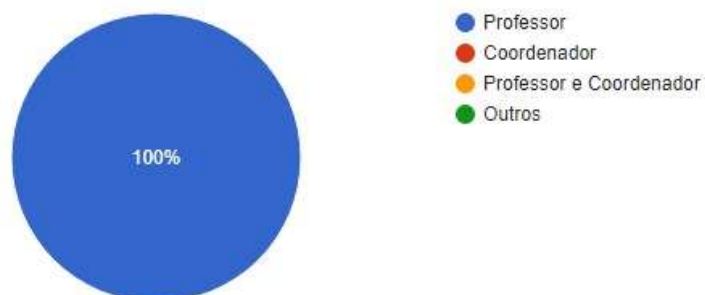
As creches e escolas devem apresentar ambientes favoráveis para as crianças e os profissionais que neles trabalham, portanto, além da estrutura física, um ambiente harmônico deve ser estabelecido, pensando no bem-estar de todos, pois essas características gerarão um impacto direto em como os trabalhos serão realizados e como as crianças perceberão esses ambientes.

Nesse capítulo será apresentado o resultado das entrevistas realizadas com os profissionais da educação, os quais trabalham diretamente com as crianças, afim de colaborar com o Plano Municipal Pela Primeira infância - PMPI.

5.5.1. Identificação dos profissionais

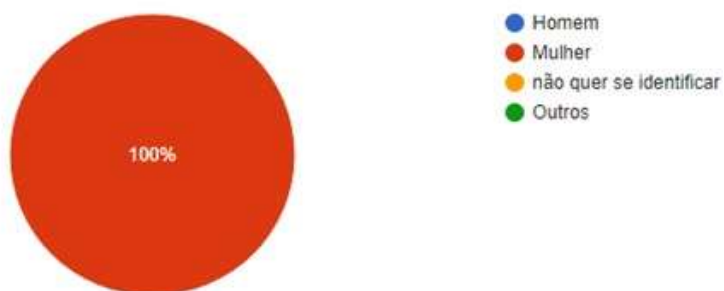
1- Qual a sua área de atuação?

17 respostas



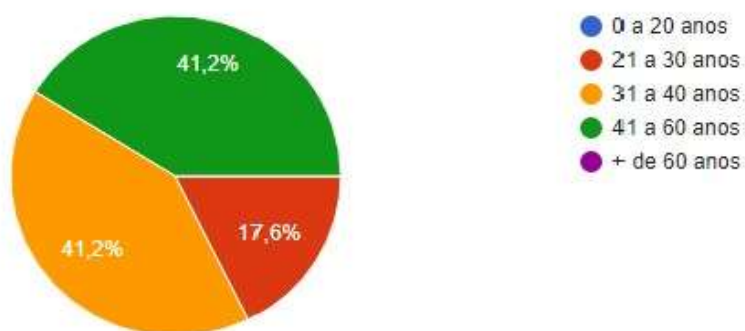
2- Você é?

17 respostas



3- Qual a sua idade?

17 respostas



A seguir será apresentada as respostas dos professores da educação infantil, em relação as dificuldades que eles têm encontrado em sala de aula.

4- QUAIS AS PRINCIPAIS DIFICULDADES QUE OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL TEM ECONTRADO EM SALA DE AULA?	RESPOSTAS
Sala numerosa, quando se tem autista com grau severo.	1
Falta de capacitação voltadas para o atendimento de crianças com TDH, TOD, AEE.	1
Sala Super lotadas.	3
Falta de recursos.	2
Falta de apoio dos familiares.	4
Presença de alunos com necessidades especiais, sem apoio adequado de assistentes ou materiais especializados.	1
Comportamento desafiadores das crianças.	4
Falta de sala de informática.	1
Espaço externo com parquinho.	1
Expectativa para alcançar resultados cada vez maior.	1
Aumento de alunos com TEA e outros transtornos.	2
É um desafio ensinar alunos atípicos, pois possui necessidades e modo de aprendizado diferentes.	1
Adultização infantil.	1
Outros.	2
A carência dos diagnósticos dos alunos.	1

OBS.: Os profissionais deram mais de uma resposta.

5- Quais recursos a instituição tem oferecido para ser utilizado com as crianças e quais faltam?

Fala 1: “A escola disponibiliza de: brinquedoteca, jogos sensoriais, blocos de montagem, barbantes, bambolês, cadernos, parque, quadra de areia, computadores, dentre outros. O que falta na escola é: linha de Internet que chegue em todas as salas; ter uma cobertura na

quadra de areia, no parque ter mais brinquedos como piscina de bolinha; ampliar a área do refeitório; ter uma área coberta com acesso a todos os ambientes na escola para quando tiver chovendo as crianças não se molharem; pisos emborrachados para evitar que as crianças caiam e se machuquem; dentre outros”.

Fala 2: “Atualmente a instituição tem pra oferecer uma brinquedoteca”.

Fala 3: “Livros, recursos pedagógicos (bonecos de inclusão, brinquedos educativos). Falta internet boa na escola toda, pois na minha sala a internet não chega”.

Fala 4: “Tem oferecido, brinquedoteca com livros para as crianças”.

Fala 5: “A escola é bem completa. Acredito que faltam profissionais de psicologia e professores de apoio para as crianças que necessitam”.

Fala 6: “Não falta nenhum recurso pedagógico”.

Fala 7: “Além do material Didático a escola oferece sempre matérias para trabalharmos o lúdico de forma mais ampla! A brincadeira está sempre presente no dia a dia”.

Fala 8: “A instituição nos oferece todos os tipos de recursos necessários para utilizar com as crianças. E quando falta algum se organizam para providenciar em tempo hábil”.

Fala 9: “Professores de apoio”.

Fala 10: “Sim oferece recursos”.

Fala 11: “Recursos tecnológicos, alguns brinquedos e formação continuada”.

Fala 12: “A instituição oferece diversos recursos”.

Fala 13: “Apoio pedagógico”.

Fala 14: “Recursos didáticos, apoio da coordenação excelente, e ainda sempre que necessário temos todo material necessário. O que falta é alguns aceitarem que seus filhos precisam de ajuda de profissionais de outras áreas”.

Fala 15: “Materiais didáticos na coordenação motora grossa e fina, creio que após o término da nossa quadra poderemos trabalhar com mais intensidade com nossos alunos”.

Fala 16: “Na medida do possível todos que são solicitados”.

Fala 17: “Oferece material didático. Faltam materiais lúdicos e espaço físico, pois nossa escola está em reforma”

Se não, o que falta?

Fala 1: “Não. Em relação ao espaço físico interno precisa ser calçado próximo ao refeitório para melhor visibilidade e segurança das crianças e externamente a calçada precisa ser concretada. ”

Fala 2: “Falta parque, jogos, sala de tecnologia”.

Fala 3: “Está faltando um parquinho no espaço externo para proporcionar para as crianças um momento de lazer, no espaço interno precisamos de sala de informática, e a salas de aula o espaço é pequeno para atender uma demanda de 25 crianças em sala de aula, pois a creche é período integral”.

Fala 4: “Não, espaço pequeno”.

Fala 5: “Não, devido à falta da quadra em andamento”.

Fala 6: “Não, falta uma área específica para a educação infantil”.

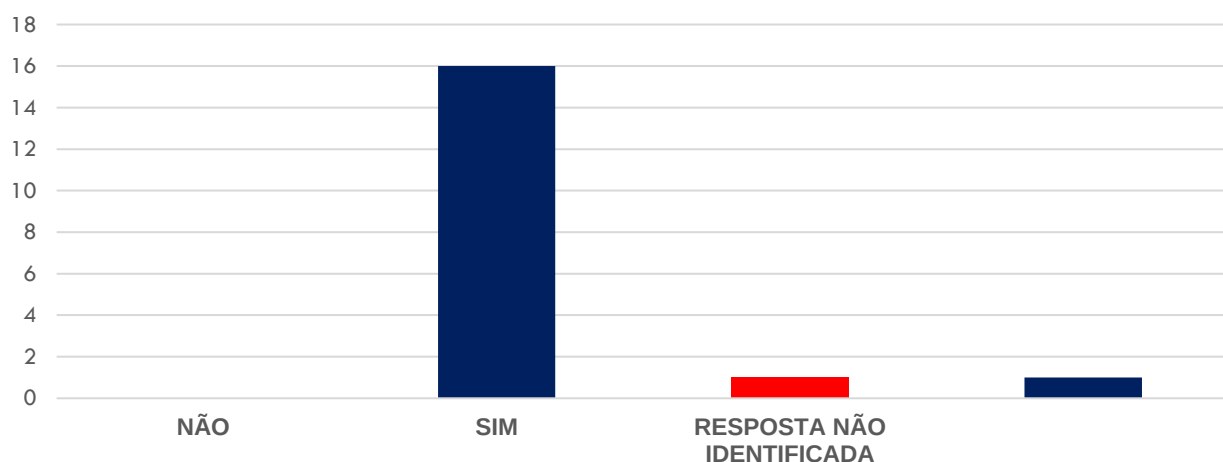
Fala 7: “Não, devido as constantes reformas”.

7- Quais os principais desafios que a instituição encontra para participação da família na vida escolar da criança?

17 respostas



8- VOCÊ TEM ALGUMA FORMAÇÃO NA ÁREA DA PRIMEIRA INFÂNCIA? SE SIM, QUAL?



Se sim, qual?

Fala 1: “Pedagogia”.

Fala 2: “Sim, tenho o Magistério, Pedagogia”.

Fala 3: “Tenho, Psicopedagogia Institucional e Clínica”.

Fala 4: “Pedagogia”.

Fala 5: “Pedagogia Licenciatura Plena; Pós em alfabetização, Pós em Psicomotricidade e Licenciatura em História”.

Fala 6: “Pós-graduação em Educação Infantil”.

Fala 7: “Sim, pedagogia”.

Fala 8: “Sim. Pedagogia”.

Fala 9: “Sim, licenciatura em pedagogia, pós-graduação em educação especial, espectro autista e psicopedagogia”.

Fala 10: “Curso MS Alfabetiza, curso PPI (Projeto Primeira Infância)”.

Fala 11: “Educação especial, neurociência, psicomotricidade, psicopedagogia, metodologia e prática em educação infantil, transtornos globais e desenvolvimento, inclusão tecnologia assistidas e comunicação alternativa, análise do comportamento ABA e comunicação e semiótica”.

Fala 12: “Sim, pedagogia e curso de capacitação”.

Fala 13: “Psicopedagogia e vários outros cursos na área de alfabetização”.

Fala 14: “Sim, alfabetização na educação infantil”.

Fala 15: “Normal Superior e Formação Continuada proposta pela Secretaria de Educação e Órgãos Superiores”.

Fala 16: “Participei o ano passado do MS alfabetiza e estamos terminando o LEEI, (Leitura e escrita na Educação Infantil)”.

9- Você tem alguma formação na área da educação especial? Se sim, qual?

Fala 1: “Pós autismo”.

Fala 2: “Sim, pós-graduação em neuropsicopedagogia, transtorno do espectro autista - TEA e educação especial.”

Fala 3: “Sim, pós-graduação de psicopedagogia. Educação especial e espectro autista”.

Fala 4: “Educação especial e TEA”.

Fala 5: “Pós-graduação, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades”.

Fala 6: “Psicomotricidade, psicopedagogia, metodologia e pratica em educação infantil, transtornos globais de desenvolvimento, inclusão tecnologia assistida e comunicação alternativa, análise do comportamento ABA e comunicação semiótica”.

Fala 7: “Sim, pós-graduação em educação especial”.

Fala 8: “Sim, educação especial em psicomotricidade em finalização”.

Fala 9: “Sim, pós-graduação em educação especial”.

Fala 10: “Atendimento educacional especializado”.

Fala 11: “Sim, psicopedagogia institucional”.

Fala 12: “Psicopedagogia institucional”.

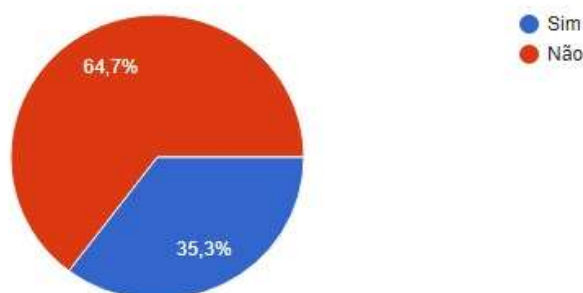
Fala 13: “Não”.

Fala 14: “Não”.

Fala 15: “Não identificada”.

10- Possui curso de tecnologia assistida/comunicação alternativa para o atendimento das crianças público alvo da educação especial?

17 respostas



11- Como você vê o crescimento de crianças com deficiência em nossa escola, você se sente preparado para atuar com esse público?

Fala 1: “É um grande desafio, que com uma boa formação e boa vontade pode ser superado. Eu procuro fazer o meu melhor, mas confesso não estar preparada para tal”.

Fala 2: “Não”.

Fala 3: “Estou em constante estudo de acordo com os alunos da sala. Atualmente, estudo sobre desenvolvimento motor, já que possuo uma cadeirante em sala”.

Fala 4: “O crescimento de crianças com deficiência nas escolas regulares é um avanço importante para a inclusão, pois permite que essas crianças convivam e aprendam em um

ambiente diversificado, porém vejo que é essencial uma formação específica, procuro atender e compreender as necessidades de cada criança, busco utilizar estratégias pedagógicas que possam ajudá-las, porém ainda sinto que tenho a necessidade de aprimorar mais os meus conhecimentos em relação as crianças com deficiência”.

Fala 5: “Nem sempre me sinto preparada, principalmente com aqueles que ainda não são possuem laudo e nem fazem o tratamento adequado”.

Fala 6: “Esse número aumenta mais a cada ano. Não me sinto preparada”.

Fala 7: “O crescimento da inclusão de crianças com deficiência nas escolas representa um avanço importante para a sociedade, mas o preparo das escolas para atendê-las ainda é um desafio. O estar preparado vai muito além, pq podemos expressar isso na prática! A escola sempre está oferecendo formações voltadas a essas necessidades e isso tem ajudado e facilitado o nosso trabalho!”

Fala 8: “Vejo que está aumentando cada ano que passa, em alguns momentos não me sinto preparada. Mas sempre aberta e buscando informações sobre cada caso que me é confiado”.

Fala 9: “Teve um crescimento bem significativo nos últimos tempos. Precisamos de mais preparação e recursos para trabalhar melhor com nossas crianças atípicas”.

Fala 10: “Aumentou significativamente, ainda temos muitos desafios para trabalhar com elas. Me sinto preparada, fazendo cursos para me aperfeiçoar sempre mais”.

Fala 11: “Vejo de forma justa e coerente, pois a inclusão deve ser realmente retirada da teoria e posta em prática. Estou buscando conhecimento e formação para lidar com esse público, acredito que a preparação é conquistada dia a dia”.

Fala 12: “Grande e sim estou preparada”.

Fala 13: “Acredito que a cada ano irá aumentar o número de crianças com deficiência. Não me sinto preparada”.

Fala 14: “Muito grande Não me sinto preparada, muito difícil lidar com a situação”.

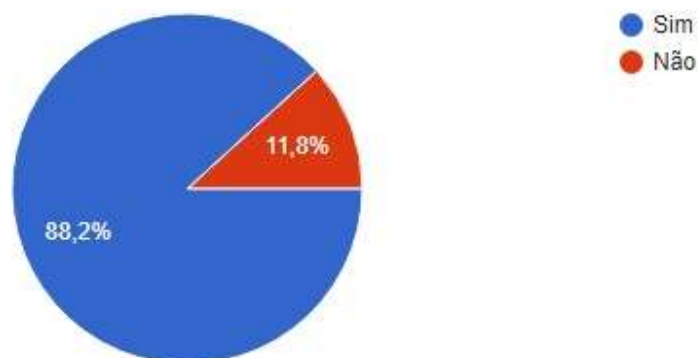
Fala 15: “Sim, o curso do Aba comportamental está me ajudando muito trabalhar com crianças com deficiências”.

Fala 16: “Sim”.

Fala 17: “Esse público vem crescendo progressivamente, por esse motivo procurei estudar mais sobre o assunto para melhorar meu desempenho profissional”.

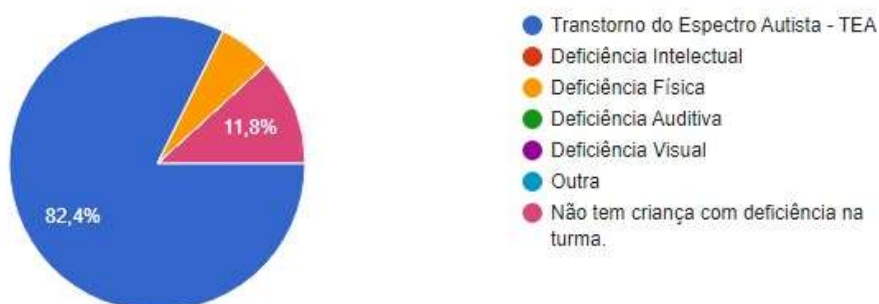
12- Você tem crianças com deficiência em sua turma?

17 respostas



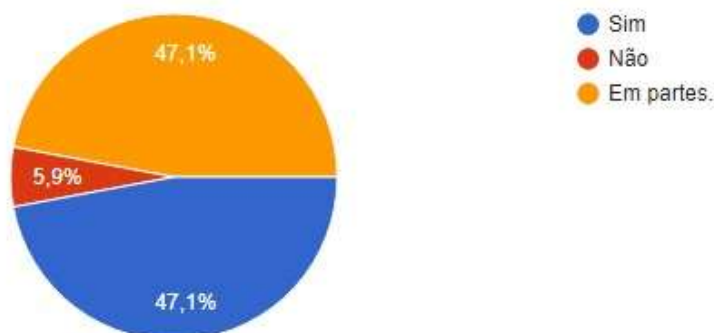
13- Se sim, qual deficiência?

17 respostas



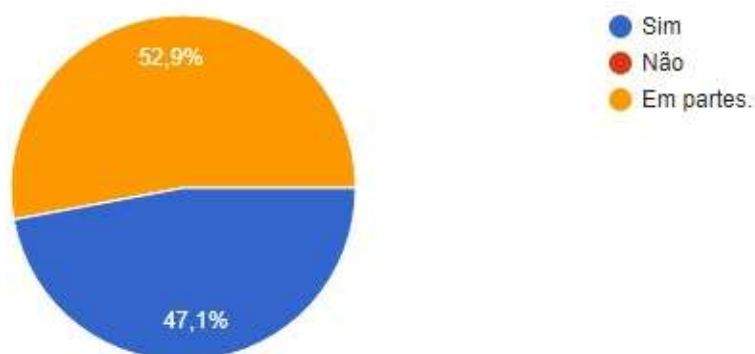
14- Se sente preparado para o novo perfil das crianças pós-pandemia?

17 respostas



15- Sua didática atende às novas demandas?

17 respostas



5.6. Conclusões:

Esse trabalho teve como proposta escutar as crianças entre 04 a 06 anos de idade, seus familiares e os profissionais da educação, afim de gerar dados que pudessem colaborar com a elaboração do Plano Municipal Pela Primeira Infância – PMPI e também dar voz e vez a cada um que participou da pesquisa.

Foram ouvidas 140 crianças do total de 233, as quais representariam a amostra inicial da pesquisa, isto é 60,08% das crianças participaram da escuta, 111 familiares do total de 233, os quais representariam a amostra, isto é, 47,63% das famílias participaram da escuta, 17 profissionais da educação do total de 29 profissionais, os quais representariam a amostra, isto é, 58,62% dos profissionais da educação participaram da escuta. Houve um índice de participação mediano nas escutas realizadas, onde vários fatores influenciaram nos percentuais apresentados, como: a disponibilidade dos familiares, o fator tempo, engajamento, etc.

A partir da escuta, foram apresentadas propostas para ampliar o acesso das crianças aos serviços de saúde, à assistência social, à cultura, ao lazer, entre outros, afim de proporcionar às crianças de 04 a 06 anos de idade uma melhor qualidade de vida e condições favoráveis para o seu desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial, para tanto é preciso elaboração de Políticas Públicas, as quais visam garantir os direitos das crianças da primeira infância.



AUDIÊNCIA PÚBLICA



Audiência Pública PMPI realizada em 28/11/2024



6. AUDIÊNCIA E CONSULTA PÚBLICA DO PMPI

O Plano Municipal pela Primeira Infância do município de Bataguassu/MS é um documento que guiará ações do município por um período de dez anos e está sendo construído de forma colaborativa e intersetorial, reunindo Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Esporte e outras áreas, com o objetivo de definir estratégias que garantam às crianças um ambiente saudável, seguro e favorável ao seu desenvolvimento.

No dia 28 (vinte e oito) de dezembro de 2024 na Câmara de Vereadores a Comissão intersetorial realizou uma Audiência Pública para apresentação da versão preliminar do Plano Municipal da Primeira Infância, onde reuniu a comunidade para conhecer como e de que forma o documento estava sendo construído e discutir e construir políticas públicas para o desenvolvimento de crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos. O objetivo da realização desse trabalho é que o plano municipal seja real, aplicável e consistente, e que integre a educação, assistência social, cultura, saúde, esporte e lazer.

A audiência pública é o instrumento adequado para fomentar a participação da sociedade nessa questão e para que seja feito um diagnóstico social efetivo. É importante viabilizar a contribuição dos cidadãos e entidades dos mais diversos setores à elaboração de uma legislação, para que ela esteja em plena consonância com a realidade e necessidades do município.

A audiência estabelece o compromisso do município com todas as crianças de zero a seis anos. Esse movimento é um cumprimento da legislação e tem o objetivo de integrar a educação, assistência social, cultura, saúde e o planejamento estratégico do município, focado na melhoria dos serviços que são disponibilizados e no atendimento das crianças.

A audiência Pública da primeira infância incluiu a Participação de representantes das instituições conveniadas, Conselho Tutelar, Ministério Público, instituições públicas, privadas e filantrópica. Foi realizado a apresentação de metas e eixos prioritários do plano, como saúde, proteção, educação e espaço da criança. Bem como apresentação de propostas e sugestões para melhorar os serviços prestados às crianças.

O Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI) é um documento político e técnico que orienta as ações de proteção e promoção dos direitos das crianças.

Foi realizado também na semana do dia 25 a 29 de novembro a Consulta Pública para o Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI) dando voz a população municipal visando obter sugestões e ideias para o desenvolvimento de políticas públicas para crianças de 0 a 6 anos.

A fim de garantir a participação da sociedade na construção do Plano Municipal Pela Primeira Infância - PMPI, foi realizada uma consulta pública, por meio de um link disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Bataguassu-MS, no qual a população pode contribuir com sugestões para a elaboração do PMPI, destaca-se que as sugestões pertinentes foram contempladas neste plano. A participação da sociedade é fundamental para a construção de um plano que atenda às necessidades específicas de cada criança.

A consulta pública incluiu o compartilhamento de opiniões sobre os desafios enfrentados na primeira infância e a oportunidade de receber as contribuições e sugestões propostas para as áreas de saúde, educação, assistência social, cultura, lazer, meio ambiente, entre outras. Ideias de curto, médio e longo prazo que promovam o bem-estar das crianças, dando qualidade de vida.

Concluindo, o PMPI é um instrumento que orienta a atuação do poder público, da sociedade civil e das famílias, garantindo o pleno desenvolvimento das crianças.



AÇÕES FINALÍSTICAS



7. AÇÕES FINALÍSTICAS

O Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI) estabelece 18 ações principais específicas para a atenção, proteção e promoção dos direitos fundamentais das crianças de 0 a 6 anos.

Com base nessas diretrizes, o Comitê Gestor Intersetorial, encarregado de elaborar o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), especificou essas ações em cinco Eixos Prioritários para o município de Bataguassu, a saber: 1. Direito à Saúde; 2. Direito à Assistência Social; 3. Direito à Educação; 4. Direito à Cidade, à Mobilidade e ao Meio Ambiente; e 5. Direito à Cultura, ao Lazer e ao Esporte.

Durante esse processo, o Comitê Gestor Intersetorial garantiu que as propostas de ações do PMPI incorporassem as ações finalísticas do PNPI. A definição dos Eixos Prioritários e, posteriormente, das Áreas Temáticas, foi fruto de um processo colaborativo e participativo. Esse processo incluiu workshops, encontros setoriais, reuniões, miniconferências por Eixo Prioritário e atividades de "Escuta às Crianças".

Na sequência, passa-se a demonstrar as ações propostas de forma individualizada:

AÇÃO Nº 1 – CRIANÇA COM SAÚDE

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
1	Reduzir a incidência de doenças respiratórias em crianças menores de 6 anos.	Expansão das equipes de Atenção Básica e especializadas, com capacitação contínua dos profissionais.	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Assistência Social.	2025-2035
2		Implementar campanhas de vacinação e orientação sobre qualidade do ar e higiene.	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Educação	2025-2027
3		Expansão das equipes de Atenção Básica e especializadas, com capacitação contínua dos profissionais.	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Educação	2025-2035
4		Firmar parcerias com as empresas e demais órgãos públicos: civil, militar e judiciário.	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Assistência Social, de Educação e Desenvolvimento.	2025-2026
5		Capacitar pais e cuidadores e aumentar as medidas preventivas para evitar as doenças respiratórias	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Assistência Social.	2025-2026
6		Campanha de conscientização sobre a importância das consultas pediátricas regulares.	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Educação	Contínuo

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
7	Reduzir a prevalência de desnutrição infantil para 8%	Fornecer suplementação alimentar e realizar campanhas de educação nutricional para famílias através de Programa de segurança alimentar e nutricional.	Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social	Secretaria de Educação (para orientação nas escolas)	2025-2026
8	Reduzir a seletividade alimentar	Acompanhar e monitorar os casos de Seletividade Alimentar das crianças com deficiências e ir introduzindo outros alimentos ao cardápio.	Secretaria de Educação (para orientação nas escolas)	Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social	2025-2035
9	Reduzir a obesidade infantil	Monitorar o estado nutricional na primeira infância, visando a vigilância alimentar	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social.	2025-2035
10	Implementação de controle de aleitamento materno	Orientação ao aleitamento materno exclusivo durante o Pré natal através de campanhas de conscientização das gestantes e famílias pelos meios de comunicação, redes sociais, grupos de gestantes e rádios.	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Assistência Social e Educação.	2025-2035

AÇÃO Nº 2 – EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
1	Ampliar o número de creches para atender a demanda por vagas e melhorar a estrutura das creches e da Pré escola com ampliação das que já existem no município.	Promover Consulta Pública através da busca ativa para mensurar a demanda por vagas em creche.	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.	2025-2027
2		Realizar um levantamento pela demanda por vagas em creches e Pré escolas	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento	2025-2026
3		Construção de creches e de Pré Escolas para atender a demanda por vagas.	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social, Esporte, Desenvolvimento econômico, Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura	2025-2026
4		Ampliação e melhoria de creches e Pré Escolas para atender a demanda por vagas	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Infraestrutura	2025-2026
5		100% de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos.	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social, Esporte, Desenvolvimento econômico, Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura	2025-2035

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
6	Garantir o desenvolvimento integral de todas as crianças na primeira infância com oferta de educação de qualidade.	Implantar padrões de qualidade para o atendimento na primeira infância, considerando o desenvolvimento individual das crianças e a especificidade de cada serviço.	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social, Esporte, Administração e Finanças e Superintendência de Meio Ambiente	Contínuo
7		Garantir a elaboração e implementação do Currículo de Educação Infantil do município.	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social, Esporte, Administração e Finanças e Superintendência de Meio Ambiente	2025-2026
8		Desenvolver programas de formação continuada para os profissionais da educação com foco no desenvolvimento integral da criança.	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social, Esporte, Desenvolvimento econômico e Superintendência de Meio Ambiente	Contínuo

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
9	Garantir o desenvolvimento integral em tempo integral de todas as crianças na primeira infância.	Ofertar ETI – Escola em Tempo Integral de modo a promover o desenvolvimento integral das crianças.	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social, Esporte, Desenvolvimento econômico e Superintendência de Meio Ambiente	2025-2035
10		Ampliar o número de vagas em tempo integral nos CEIs e escolas.	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social, Esporte, Desenvolvimento econômico, Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura	2025-2035
11	Localizar no município crianças em situação de vulnerabilidade social.	Ofertar escola em tempo integral à todas as crianças em situação de vulnerabilidade social.	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social, Esporte, Desenvolvimento econômico, Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura	2025-2035
12	Capacitar todos os profissionais da escola em tempo integral.	Capacitar profissionais para atuarem com as disciplinas complementares e Campos de experiência da escola em tempo integral.	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social, Esporte, Desenvolvimento econômico, Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura	Contínuo

AÇÃO Nº 3 – AS FAMÍLIAS E AS COMUNIDADES DAS CRIANÇAS

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
1	Promover o envolvimento das famílias e da sociedade na valorização dos cuidados, na formação de vínculos afetivos e no desenvolvimento integral das crianças na primeira infância.	Realizar oficinas de conscientização para os pais e responsáveis, abordando sobre a importância do vínculo familiar no desenvolvimento infantil.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Educação	2025-2026
2		Criar programas de orientação e apoio às famílias, oferecendo informações sobre o desenvolvimento infantil, cuidados básicos, e a importância dos vínculos afetivos.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Educação	2025-2026
3		Incentivar a participação dos familiares ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio de estreitamento das relações entre escola e família	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social, Esporte, Desenvolvimento econômico e Superintendência de Meio Ambiente	Contínuo

AÇÃO Nº 4 – ASSISTÊNCIA SOCIAL AS FAMÍLIAS COM CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
1	Informar a população sobre a importância legal e emocional de registrar o nome do pai na certidão de nascimento da criança.	Realizar campanhas públicas em escolas, postos de saúde, redes sociais e meios de comunicação locais, destacando os direitos das crianças e os benefícios do reconhecimento paterno, como acesso a pensão alimentícia, herança e outros direitos.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Saúde e Educação	2025-2027
2		Organizar mutirões periódicos, em parceria com o Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público, para facilitar o reconhecimento voluntário de paternidade e a realização de exames de DNA, quando necessário, sem custos para as famílias.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Saúde e Educação	2025-2035
3		Oferecer exames de DNA gratuitos ou a preços acessíveis por meio de parcerias com universidades, laboratórios públicos ou privados, ou por meio de convênios com o governo estadual ou federal.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Saúde, Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário	2025-2035

AÇÃO Nº 5 – CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA ÀS CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS: ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, APADRINHAMENTO AFETIVO, FAMÍLIA ACOLHEDORA, ADOÇÃO

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
1	Promover o trabalho em rede e a construção de fluxos para maior agilidade dos procedimentos de reintegração familiar, destituição do poder familiar ou adoção legal.	Formação continuada para toda equipe que irá trabalhar com famílias em situação de acolhimento.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário	2025-2035
2		Acompanhamento contínuo das famílias de origem e substitutas durante um ano a partir do período da adoção.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário	2025-2035
3		Após adoção da criança realizar encaminhamento de pais que sejam dependentes químicos para reabilitação.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário	2025-2035
4		Promoção de campanhas sobre o Programa Família Acolhedora.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário	2025-2035
5		Mapeamento de famílias cadastradas inseridas no cadastro de adoção.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário	2025-2035
6		Estimular a aceleração no processo de adoção	Secretaria Municipal de Assistência Social	Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário	2025-2035

AÇÃO Nº 6 – DO DIREITO DE BRINCAR AO BRINCAR DE TODAS AS CRIANÇAS

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
1	Criar espaços lúdicos acessíveis de aprendizagens nas comunidades promovendo a conscientização sobre a importância do brincar; estabelecendo parcerias com ONGs, empresas, Instituições locais e Secretarias.	Revitalização das escolas, nas áreas interna externa.	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e Superintendência do Meio Ambiente	2025-2035
2		Requalificação e construção de novos equipamentos praças públicas das crianças.	Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura	Superintendência do Meio Ambiente	2025-2035
3		Criação de ambientes verdes e incentivo a plantio de árvores em escolas e espaço Públicos.	Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura	Superintendência do Meio Ambiente	2025-2035
4		Construção para um espaço lúdico de lazer no município.	Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura	Secretaria Municipal de Educação, Assistência Social e Superintendência do Meio Ambiente	2025-2028
5		Promover um ambiente de lazer atraente e inclusivo, com a inclusão de espaços acessíveis e a criação de um calendário esportivo que contemple a primeira infância.	Secretaria Municipal e Esporte	Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Assistência Social e Superintendência do Meio Ambiente.	2025-2035

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
6	Criar espaços lúdicos acessíveis de aprendizagens nas comunidades promovendo a conscientização sobre a importância do brincar; estabelecendo parcerias com ONGs, empresas, Instituições locais e Secretarias.	Desenvolvimento de Atividades Lúdicas: Planejamento de oficinas e jogos educativos na primeira infância;	Secretaria Municipal de Educação e Esporte	Secretaria Municipal de Assistência Social	2025-2035
7		Capacitação de Educadores: treinamento sobre metodologias lúdicas;	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Esporte e Assistência Social	2025-2026
8		Parcerias: Estabelecer colaborações com escolas e organizações comunitárias.	Secretaria Municipal de Educação e Esporte	Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social	2025
9		Inserir elementos naturais como jardins sensoriais que estimulem o brincar e o aprendizado, incluindo brinquedos com materiais recicláveis.	Secretaria Municipal de Educação	Superintendência do Meio Ambiente	2025-2026

AÇÃO Nº 7 – A CRIANÇA E O ESPAÇO, A CIDADE E O MEIO AMBIENTE

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
1	Determinar que as políticas que tratam dos espaços urbanos deem atenção às características físicas, sociais e de aprendizagem das crianças de até seis anos de idade.	Campanhas de conscientização e formação de comportamentos em relação à proteção e à restauração a terra, ao meio ambiente, ao consumo.	Superintendência do Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Educação	2027-2028
2		Ações para a garantia de áreas verdes acessíveis em cada bairro, equipamentos lúdicos para que as crianças possam usufruir do contato com a natureza	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras	Superintendência do Meio Ambiente	2025-2035
3		Realização de palestras nos espaços verdes para alunos visitantes de escolas municipais e privadas.	Secretaria Municipal de Educação	Superintendência do Meio Ambiente	2027-2028
4		Ampliação de espaços arborizados e arborização de praças e escolas.	Superintendência do Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Educação e Infraestrutura e Obras	2025-2035
5		Inserir e desenvolver uma proposta pedagógica municipal da educação ambiental e sustentável na educação infantil	Secretaria Municipal de Educação	Superintendência do Meio Ambiente	2025-2026
6		Construção de parques infantis adaptados a criança com deficiência nas praças e escolas.	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras	Superintendência do Meio Ambiente e Assistência Social.	2025-2035
7		Manter mobiliários adequados a cada faixa etária da criança.	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças	2025-2035

AÇÃO Nº 8 – CRIANÇAS E INFÂNCIAS DIVERSAS: POLÍTICAS E AÇÕES PARA AS DIFERENTES INFÂNCIAS

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
1	Implantar o Centro de Atendimento multidisciplinar/especializado com olhar pedagógico, ou seja, para atender todas as crianças	Implementar programa de capacitação e conscientização para profissionais de saúde e gestores sobre a importância das terapias multidisciplinares, seguido pela criação de parcerias com instituições de ensino e associações de profissionais para garantir a formação contínua e a alocação de recursos humanos necessários.	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Educação	2025-2029
2	Construir e revitalizar as praças e parques do município de acordo com as normas da ABNT, atendendo os princípios da acessibilidade enquanto brinquedo para a primeira infância;	Desenvolver um projeto de reestruturação das praças e parques públicos, incluindo a instalação de brinquedos acessíveis e melhorias na infraestrutura para garantir a acessibilidade (calçadas, rampas, sinalização etc.).	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras	Secretaria Municipal de Educação	2025-2029

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
3	Criar e fortalecer os cursos de formação de profissionais de Educação Infantil, cujo objetivo é contemplar as especificidades étnico-culturais das crianças, respeitando sua identidade pessoal e coletiva	Implementar um programa de formação continuada para professores, administrativos, Auxiliares de Desenvolvimento Infantil/ADIs, gestores e coordenadores na primeira infância com foco no atendimento às crianças com deficiência, especialmente TEA, abordando metodologias inclusivas e práticas pedagógicas adequadas.	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Saúde	2025-2029
4	Criar e implementar Salas de Recursos Multifuncionais em todas as unidades de educação infantil e escolas regulares para atender de forma adequada e inclusiva as necessidades do público-alvo da educação especial, promovendo a equidade e o direito à educação de qualidade para todas as crianças.	Criar e equipar Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas e centros de educação infantil, para fornecer suporte pedagógico e materiais adequados para atender crianças com deficiência e neurotípicos.	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças	2025-2025

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
5	Necessidade de apoio a saúde mental para as famílias atípicas (TEA);	Implementar um programa de apoio psicológico e emocional para as famílias de crianças com TEA, incluindo grupos de apoio, oficinas, palestras e acompanhamento psicológico individual. Se identificar casos específicos, encaminhar para saúde (Centro de Especializados)	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social	2025-2026
6	Oferta de transporte acessível a todas às crianças com monitor.	Desenvolver e implementar um sistema de transporte escolar acessível que garanta o transporte adequado e seguro de todas as crianças, incluindo aquelas com deficiência, para escolas e serviços de atendimento	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Saúde	2025-2035

AÇÃO Nº 9 – ENFRENTANDO AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS CRIANÇAS

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
1	Orientar a sociedade, pais e professores às diversas formas de violência contra as crianças	Capacitação contínua dos profissionais do sistema de justiça e das redes de proteção sobre os direitos e o desenvolvimento na primeira infância. Implantação de espaços adequados para a escuta especializada de crianças em processos judiciais garantindo um ambiente acolhedor e seguro para seu depoimento.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Poder Judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público e Secretaria Municipal de Educação	2025-2035
2		Criação de Núcleos da Primeira Infância dentro do sistema de justiça, com equipes multidisciplinares (psicólogos, assistentes sociais, pedagogos) para apoiar juízes e promotores em casos que envolvam crianças.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Poder Judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público	2025-2035
3		Implantação de espaços adequados para a escuta especializada de crianças em processos judiciais garantindo um ambiente acolhedor e seguro para seu depoimento.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Poder Judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público	2025-2035
4		Desenvolvimento de campanhas de conscientização sobre os direitos das crianças e a importância da primeira infância, tanto no âmbito familiar quanto institucional.	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Assistência Social	2025-2035

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
5	Orientar a sociedade, pais e professores às diversas formas de violência contra as crianças	Monitoramento e avaliação de casos que envolvam crianças de 0 a 6 anos, garantindo o acompanhamento contínuo e a celeridade dos processos que envolvem essa faixa etária.	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Assistência Social	2025-2035
6		Parcerias com instituições de ensino e saúde para promover ações preventivas e de apoio a famílias em situação de vulnerabilidade.	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Assistência Social e Educação	2025-2035

AÇÃO Nº 10 – ASSEGURANDO O DOCUMENTO DE CIDADANIA A TODAS AS CRIANÇAS

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
1	Fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos para as crianças do município inclusive os direitos ao registro e à certidão de nascimento, livres de qualquer forma de discriminação seja racial, social ou étnica	Campanha de divulgação em carro de som, mídias sociais, escolas, rádio local.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Educação e Saúde	2025
2		Orientações sobre o direito ao registro civil de nascimento em núcleos de Assistência as famílias	Secretaria Municipal de Assistência Social	Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público	2025-2026
3		Palestra nas escolas durante encontros de pais e mestres sobre a importância do Registro de nascimento.	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Assistência Social	2025-2026

AÇÃO Nº 11 – PROTEGENDO AS CRIANÇAS CONTRA A PRESSÃO CONSUMISTA

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
1	Ensinar as crianças a não consumirem de forma inconsequente a fim de fazer com que elas não desenvolvam critérios e valores distorcidos em relação ao consumo.	Realizar oficinas pedagógicas nas escolas e CEIs para sensibilizar os educadores em relação ao problema	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social	2025-2035
2		Realizar o dia D com a comunidade escolar para a sensibilização do problema;	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social	2025-2035
3		Realizar mini palestras com as crianças do CEIs e estudantes das escolas;	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social	2025-2035

AÇÃO Nº 12 – EVITANDO A EXPOSIÇÃO PRECOCE DAS CRIANÇAS AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E AO USO DE TELAS DIGITAIS

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
1	Criar políticas educativas e de conscientização sobre o uso responsável de mídias e tecnologias e incentivo a atividades físicas, interações sociais e práticas educativas saudáveis no ambiente familiar e escolar.	Desenvolver campanhas educativas nas escolas, postos de saúde e mídias locais, alertando pais, professores e crianças sobre os impactos negativos da exposição excessiva às telas e promovendo o uso equilibrado das tecnologias.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Educação e Saúde	2025-2026
2		Organizar eventos comunitários e criar programas que incentivem as crianças a participarem de atividades físicas, brincadeiras ao ar livre e esportes, diminuindo o tempo em frente às telas.	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude	Secretaria Municipal de Educação	2025-2027
3		Implementar programas de educação digital nas escolas, ensinando o uso saudável e consciente das tecnologias, com ênfase em limites de tempo de tela, segurança online e escolhas digitais equilibradas.	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Educação	2025-2026
4		Oferecer oficinas e treinamentos para pais e responsáveis sobre o uso de ferramentas de controle parental, limites de tempo de tela e segurança digital, além de ensinar como escolher conteúdos adequados para diferentes faixas etárias.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Educação e Saúde	2025-2027

AÇÃO Nº 13 – EVITANDO ACIDENTES NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
1	Reduzir a taxa de acidentes domésticos em crianças	Promover campanhas de prevenção de acidentes e adaptar espaços públicos com medidas de segurança.	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Educação e Infraestrutura.	2025-2028
2		Orientações sobre primeiros socorros	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Educação	2025-2028

AÇÃO Nº 14 – A CRIANÇA E A CULTURA

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
1	Implementar ações para ambientar a primeira infância na área da cultura de forma mais concreta, garantir a acessibilidade de alunos com deficiência, considerando ações planejadas, ordenamento orçamentário e a criação de ferramentas e mecanismos de sistematização e de banco de dados que possibilitem colocar essa política fundamental no cenário da primeira infância.	Realização de ações (feiras) nas praças, núcleos esportivos em Bataguassu e Distrito Nova Porto XV e nos assentamentos com atividades voltadas para o público de crianças e idosos, promovendo o encontro de gerações.	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.	Secretaria Municipal de esportes	2025-2035
2		Reativar e revitalizar Biblioteca do Centro Cultural Josefina Alves Macedo dos Santos para pesquisa, contação de história e empréstimo de livros.	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.	Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças	2025-2035
3		Realização de “Bebeteca” com teatro de fantoches para estimular a imaginação, a interação, expressão oral, corporal socialização e cooperação e contação de histórias para despertar a criatividade e o interesse pela leitura.	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.	Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças	2025-2035
4		Ofertar oficina de arte com atividades de moldar e esculpir esculturas de massinha de modelar/argila, pintura a dedo, desenhar com lápis, giz de cera, caneta, pintar com diferentes tintas em diferentes superfícies, criar também obras tridimensionais.	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.	Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças	2025-2035
5		Ampliar o número de vagas para crianças de 4 a 5 anos nas oficinas de música (violão, teclado, bateria) já existente.	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.	Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças	2025-2035

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
6		Propiciar aos alunos da Educação Infantil aulas de música, canto e o uso de bandinhas rítmicas.	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.	Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças	2025-2035
7		Oportunizar Através da musicoterapia, as crianças podem aprender técnicas de respiração e relaxamento enquanto ouvem músicas suaves.	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.	Secretaria Municipal de esportes	2025-2035
8		Implantação do baby class (2, 6 a 4 anos) e pré ballet – (5 anos) que é o ensino da arte e familiarização da técnica clássica. Essas aulas partem da memória afetiva, esse é o vínculo da criança com o ballet, uma memória primária que ensina a criança a se relacionar, tendo como benefício também o desenvolvimento da musicalidade, ritmo, coordenação motora, flexibilidade e fortalecimento muscular.	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.	Secretaria Municipal de esportes e Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças	2025-2035

AÇÃO Nº 15 – O SISTEMA DE JUSTIÇA E A CRIANÇA

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
1	Educação e Sensibilização da Comunidade	Realizar campanhas educativas que mostrem os danos da violência infantil e incentivem uma cultura de proteção e respeito às crianças.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.	2025-2035
2		Oferecer cursos e palestras para pais, cuidadores e professores sobre métodos de educação positivos, gerenciamento de estresse, habilidades parentais e identificação de sinais de abuso ou negligência.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.	2025-2035
3	Promoção de Políticas Públicas	Acompanhamento e fortalecimento da implementação de leis, como o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que visam proteger as crianças de qualquer forma de violência.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público	2025-2035
4		Facilitar a criação de redes locais de proteção à criança, envolvendo serviços de assistência social, saúde, educação e órgãos de proteção, como conselhos tutelares.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Saúde,	2025-2035
5	Apoio Psicossocial	Oferecer apoio psicológico e social para crianças vítimas de violência, com foco em abordagens que ajudem na ressignificação de traumas	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Saúde	2025-2035
6		Apoio a Famílias em Situação de Vulnerabilidade: Trabalhar diretamente com famílias em risco, oferecendo assistência social, programas de geração de renda e suporte educacional, de modo a diminuir os fatores de risco que podem levar à violência.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público	2025-2035

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
7	Capacitação de Profissionais	Treinamento de Profissionais de Saúde, Educação e Assistência Social: Os profissionais que trabalham diretamente com crianças devem ser treinados para identificar sinais de abuso e saber como agir em caso de suspeita de violência.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Saúde	2025-2035
8		Formação de Conselheiros Tutelares e Agentes Comunitários: Oferecer capacitações contínuas para que possam atuar de forma eficaz na proteção das crianças.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público	2025-2035
9	Criação de Espaços Seguros	Ambientes de Proteção nas Escolas e Creches: Garantir que as instituições de ensino infantil e creches sejam ambientes seguros, livres de violência, e promovam um ambiente acolhedor.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.	2025-2035
10		Iniciativas de Recreação e Desenvolvimento: Projetos que incentivem atividades lúdicas e educativas que fortaleçam o desenvolvimento emocional e social das crianças, como artes, esportes e música.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Esportes	2025-2035

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
11	Monitoramento e Avaliação	Sistema de Monitoramento de Casos: Implementar sistemas de monitoramento de casos de violência, com protocolos claros para notificação, investigação e acompanhamento.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público	2025-2035
12		Avaliação de Impacto do Projeto: Avaliar periodicamente os resultados das intervenções, ajustando estratégias conforme necessário para garantir a eficácia do projeto.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público	2025-2035
13	Parcerias com a Sociedade Civil	Colaboração com ONGs e Iniciativas Locais: Trabalhar em conjunto com organizações não governamentais e comunitárias que já atuam na área, criando sinergias e otimizando recursos.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público	2025-2035
14		Envolvimento do Setor Privado: Buscar apoio de empresas locais para patrocinar ou financiar programas de prevenção à violência infantil.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	2025-2035

AÇÃO Nº 16 – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA E COM AS CRIANÇAS

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
1	Garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e as pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.	Instituir programas e projetos de fomento a erradicação da fome.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Educação e Saúde	2025-2035
2	Acabar com todas as formas de discriminação contra as mulheres e meninas do município.	Criar campanhas de combate à violência	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público	2025-2035
3	Conseguir o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos.	Adesão a programas federais e estaduais de saneamento básico, fazer o plano de saneamento básico	Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças	2025-2026

AÇÃO Nº 17 – AS EMPRESAS E A PRIMEIRA INFÂNCIA

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
1	Promover a responsabilidade social das empresas	Criar programas de responsabilidade social focados na primeira infância	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.	Secretaria Municipal de Assistência Social	2025-2035
2		Financiar ou apoiar projetos e iniciativas voltadas para a educação na primeira infância	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.	Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças	2025-2035
3		Implementar políticas de licença parental e horários flexíveis para colaboradores com filhos pequenos	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.	Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças	2025-2035
4		Oferecer treinamentos sobre desenvolvimento infantil e cuidados com a primeira infância	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.	Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças	2025-2035

AÇÃO Nº 18 – O DIREITO À BELEZA

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INTERSETORIALIDADE	PRAZO
1	Aumentar a autoestima das crianças, ajudando-as a se sentirem bem consigo mesmas e a desenvolverem autoconfiança, incentivar a valorização da diversidade nas características físicas e culturais, promovendo a aceitação e o respeito entre as crianças, promover uma compreensão saudável sobre o que é beleza, associando-a a saúde, autocuidado e bem-estar, em vez de padrões irreais.	Promover feiras comunitárias com serviços de beleza e cuidados pessoais gratuitos ou a preços acessíveis.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.	2025 - 2035
2		Desenvolver campanhas educativas nas escolas e na comunidade sobre a diversidade de beleza, promovendo a aceitação e a valorização das características únicas de cada criança.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.	2025-2035



PRIMEIRA INFÂNCIA E OS INTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO



8 – A PRIMEIRA INFÂNCIA NOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIOS DE BATAGUASSU/MS

A gestão e o orçamento desempenham papéis cruciais no funcionamento de qualquer organização, seja ela uma empresa privada, uma instituição pública ou uma entidade do terceiro setor. A gestão envolve o planejamento, a organização, a direção e o controle das atividades e recursos da organização, com o objetivo de alcançar resultados de maneira eficiente e eficaz. O orçamento, por sua vez, é uma ferramenta de planejamento financeiro que define os recursos disponíveis, as receitas e despesas previstas, além das metas a serem ocupadas em um determinado período.

No âmbito do Poder Público, a gestão e o planejamento do orçamento público fica a cargo do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orgânica Municipal (LOA).

Plano Plurianual (PPA)

O **Plano Plurianual** é um instrumento de planejamento de prazo médio que orienta as ações do governo por um período de quatro anos. Elaborado pelo Poder Executivo, ele estabelece diretrizes, objetivos e metas que orientam a alocação de recursos e a implementação de políticas públicas. Entre suas principais funções estão: **(I)** definir as prioridades e metas governamentais para quatro anos; **(II)** garantir a continuidade e integração das ações governamentais; **(III)** orientar a elaboração do orçamento público e **(IV)** promover a transparência e a participação da sociedade no planejamento.

O **PPA** é organizado em programas temáticos que abrangem áreas como saúde, educação, segurança e infraestrutura, com metas e indicadores de desempenho claros. A participação da sociedade na sua elaboração é essencial para que as políticas públicas atendam às necessidades reais da população.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A **LDO** é elaborada anualmente pelo Poder Executivo e conecta o PPA à LOA. Sua função é definir metas e prioridades para o exercício financeiro seguinte, além de estabelecer as regras para a elaboração e execução do orçamento público. A LDO

também inclui disposições fiscais, diretrizes para programas governamentais e normas de controle e avaliação das despesas públicas. É um instrumento essencial para garantir a eficiência e a transparência no uso dos recursos do Estado.

Lei Orçamentária Anual (LOA)

A **LOA** detalha a previsão de receitas e despesas do governo para o ano seguinte. Após ser elaborado pelo Poder Executivo, precisa ser aprovado pelo Poder Legislativo. Ela especifica como os recursos serão alocados em áreas como saúde, educação e segurança, além de estabelecer limites de gastos para cada órgão público. A LOA é vital para garantir o equilíbrio das contas públicas e a legalidade na execução orçamentária.

No âmbito do Município de Bataguassu, a fim de que as políticas propostas do PMPI possam ser iniciadas, foi realizado o devido planejamento, tendo sido criados no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2025 programas específicos para a primeira infância:

Programa: 0514 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Objetivo: FORTALECER AS AÇÕES E SERVIÇOS NO TOCANTE À PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE BATAGUASSU.
Justificativa: PROMOVER A ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS PARA UM CONVÍVIO SOCIAL FORTALECIDO
Público Alvo: CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS

Programa: 0513 EDUCAÇÃO E CULTURA

Objetivo: GARANTIR CONDIÇÕES PARA A OFERTA DE UM ENSINO DE QUALIDADE EM UNIDADES PRÓPRIAS PARA APROXIMADAMENTE 1000 ALUNOS.
Justificativa: CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DENTRO DA SALA DE AULA
Público Alvo: POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO

Programa: 0515 SAÚDE NOSSA PRIORIDADE

Objetivo: FORNECER ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE DAS CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE ATRAVÉS DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA, PROMOÇÃO E PREVENÇÃO À SAÚDE
Justificativa: POSSIBILITAR O ACESSO DIRETO DAS CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ÀS AÇÕES E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS
Público Alvo: CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE DO MUNICÍPIO DE BATAGUASSU

Conforme pode-se observar, com a implementação dos programas acima, voltados para a primeira infância, algumas das ações e medidas previstas no presente instrumento já poderão ser iniciadas a partir de 2025.



ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E TRANSPARÊNCIA DO PMPI



9. ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E TRANSPARÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO PMPI

O monitoramento e a avaliação da implementação do PMPI/Bataguassu são elementos cruciais para assegurar sua efetivação, sustentabilidade e eficácia, conforme destacado no Marco Legal da Primeira Infância e na legislação que regulamenta as políticas públicas para a primeira infância. Assim como a responsabilidade pela proteção e garantia dos direitos das crianças é compartilhada entre o poder público, a sociedade e as famílias, o acompanhamento da execução do PMPI/Bataguassu também deve ser uma tarefa conjunta, que envolva as contribuições de todos os atores envolvidos, incluindo as próprias crianças.

Esse acompanhamento, realizado tanto pelo poder público quanto pela sociedade, visa medir os avanços na execução do plano, avaliar o alcance das metas propostas e identificar eventuais ajustes ou mudanças de estratégia.

Os mecanismos de monitoramento e avaliação do plano devem basear-se na coleta sistemática de dados quantitativos e qualitativos, que permitam análises detalhadas e possibilitem compreender os resultados da implementação do PMPI/Bataguassu no que diz respeito à garantia de direitos e ao desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos no município. Diversas metodologias e instrumentos podem ser utilizados pelos diferentes atores para coletar e analisar esses dados. Para coordenar e integrar esforços, o processo de monitoramento e avaliação deve ser padronizado, transparente e assegurar o envolvimento da sociedade civil, além do corpo técnico da Prefeitura.

A divulgação periódica de informações sistematizadas sobre a evolução do PMPI/Bataguassu é essencial no processo de monitoramento e avaliação. Além de oferecer transparência sobre os dados de interesse público, esse processo promove o conhecimento da sociedade e das famílias acerca das políticas e ações destinadas à primeira infância.

Em relação as avaliações, estão abrangidas as seguintes espécies:

(a) Avaliação da execução das estratégias previstas no Plano: O primeiro aspecto a ser monitorado refere-se às estratégias mapeadas no PMPI/Bataguassu. É fundamental verificar se os programas e ações voltados à primeira infância estão sendo efetivamente implementados e se seguem o direcionamento proposto pelo plano. Para isso, é necessário estabelecer um marco lógico com indicadores que possibilitem o acompanhamento e a comparação ao longo do tempo.

Dentre as estratégias destacadas no PMPI/Bataguassu, encontram-se a avaliação

da qualidade dos serviços públicos voltados à primeira infância e a transparência orçamentária em relação às ações destinadas a essa faixa etária.

(b) Avaliação do alcance das metas e progresso rumo ao cumprimento: Essa dimensão busca determinar se os programas e ações estão contribuindo para alcançar as metas estabelecidas no plano. Indicadores específicos devem ser definidos para monitorar os avanços e subsidiar decisões sobre eventuais revisões ou adaptações no PMPI/Bataguassu.

(c) Avaliação dos impactos no desenvolvimento infantil: Com o apoio de organizações da sociedade civil, empresas e instituições de ensino superior, pode-se desenvolver uma metodologia de avaliação do impacto das ações no desenvolvimento das crianças. Isso orientará futuras iniciativas e ajustes nas políticas públicas.

O monitoramento e a avaliação do PMPI/Bataguassu serão conduzidos pelo Comitê Gestor Intersetorial, responsável pela supervisão das políticas e ações relacionadas à primeira infância no município. Técnicos das Secretarias envolvidas atuarão como relatores, coletando, sistematizando e analisando dados.

No âmbito do controle social, será formada uma Comissão de Avaliação composta por representantes do poder público e da sociedade. Essa comissão avaliará a execução das estratégias, o avanço das metas e a transparência orçamentária relacionadas à primeira infância.

O monitoramento do PMPI/Bataguassu será um processo contínuo, conduzido pela Prefeitura e periodicamente acompanhado pela Comissão de Avaliação, garantindo que o plano avance de forma consistente em direção ao desenvolvimento integral das crianças no município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Conhecimento e inovação para a competitividade. Brasília, 2008.

BARROS, P. S. et al. Corredor Rodoviário Bioceânico : caminho do Mato Grosso do Sul à Ásia Pacífico. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-018/2016/lei/l13257.htm

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Brasília, DF: MEC/Inep, 2021. Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI), de dezembro de 2010. Disponível em: <https://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PNPI.pdf>. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 nov. 2024.

BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

GIL, Antônio C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 92. gov.br

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico: livro para professores/ Lev Semionavich Vigotski; apresentação e comentários Ana Luiza Smolka; tradução Zoia Prestes, São Paulo: Ática, 2009, p. 61.

Importância dos vínculos familiares na primeira infância: estudo II/ organização Comitê Científico do Núcleo Pela Primeira Infância; redação Beatriz de Oliveira Abuchaim... [et al.]. 1 ed. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal - FMCSV, 2016. (Série Estudos do Comitê Científico: NCPI;2), p. 5.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica. Brasília, DF: INEP, 2021. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 20 set. 2022.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. 9394. Brasília: 1996. Disponível em: [http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

MARCONI, Marina de A. e LAKATOS, Eva M. “Pesquisa”. Fundamentos de Metodologia Científica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003, p.155-73.

Mato Grosso do Sul – 11º Mapa do Ensino Superior – Instituto Semesp. 2019. Disponível em: <<https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-11/regioes/centro-oeste/mato-grosso-do-sul/>>. Acesso em: 14 out. 2023.

MATO GROSSO DO SUL, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico: Estudo da Dimensão Territorial do Estado do Mato Grosso do Sul. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU. Portal da Transparência. Disponível em <http://web.neainformatica.com.br/transparencia/index.xhtml?cliente=pmbtg>
PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU. Site disponível em: www.bataguassu.ms.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Valores e Desenvolvimento Humano 2010 / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. – Brasília, 2010.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2021-22. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/publications/relatorio-de-desenvolvimento-humano-2021-22> Acesso em 12 out. 2023.

SEMAGRO – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar. Produto Interno Bruto dos Municípios de Mato Grosso do Sul – 2010-2019. Campo Grande. 2021.

SEMAGRO – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar. Perfil estatístico Bataguassu - 2022. Disponível em: <<https://www.semadesc.ms.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/Bataguassu-2022.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2023.

SEMAGRO – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar. Perfil estatístico de Mato Grosso do Sul. 2019. Disponível em: <<https://www.semadesc.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/Perfil-Estatístico-de-MS-2019.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2023.

SEVERINO, Antônio J. Metodologia do Trabalho Científico, 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 125.



Plano Municipal Pela Primeira Infância
2025 - 2035



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE BATAGUASSU**